



*“Práticas locais dos moradores e os problemas de saúde e ambiente de
Jardim Catarina, SG/ RJ”*

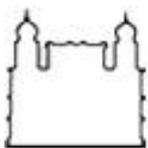
por

Marcos Thimoteo Dominguez

*Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na
área de Saúde Pública.*

*Orientador principal: Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto
Segunda orientadora: Prof.^a Dr.^a Marize Bastos da Cunha*

Rio de Janeiro, março de 2011.



Esta dissertação, intitulada

“Práticas locais dos moradores e os problemas de saúde e ambiente de Jardim Catarina, SG/ RJ”

apresentada por

Marcos Thimoteo Dominguez

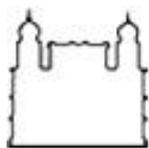
foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Prof.^a Dr.^a Rosely Magalhães de Oliveira

Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto – Orientador principal

Dissertação defendida e aprovada em 23 de março de 2011.



A U T O R I Z A Ç Ã O

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2011.

Marcos Thimoteo Dominguez

AGRADECIMENTOS

Chegando ao final deste processo, olhando para todo o percurso, relembro dos inúmeros gestos de amizade, de respeito e carinho que diversas pessoas tiveram comigo. Esta memória deixa claro como o trabalho de construção desta pesquisa foi árduo, mas repleto de apoio e de dedicação por parte de familiares, amigos, professores e orientadores.

Fez-me lembrar de meu pai que ao longo de sua vida quis me mostrar outro mundo, o concreto, das adversidades vividas por milhares de crianças e jovens de favelas cariocas. Porém, sem que em nenhum momento deixasse de me dar amor e a segurança necessária para eu ter condições materiais e emocionais na hora de encarar as dificuldades da vida. Agradeço ao apoio de minha mãe, incansável, que sempre defendeu o pensamento de que devo seguir meus sonhos, mesmo que eles demorem a se realizar. Ao meu irmão, companheiro desde sempre, amigo.

Agradeço a paciência e o carinho da minha esposa e dos nossos filhos, que tiveram que conviver com minhas noites em claro e com a minha ausência nos mais diversos momentos da família.

Não tenho gestos para retribuir a dedicação dos professores da Ensp, especialmente, da subárea Processo Saúde-Doença, Território e Justiça Social, que são representados aqui pelos nomes de Rosely e Marly, duas implacáveis pesquisadoras que dedicam sua profissão ao ensino e a formação de futuros sanitaristas.

Aos meus companheiros de turma, pois com eles pude compartilhar as angústias e obstáculos do mestrado, as dificuldades de conciliar a vida privada e a vida de estudos na academia. Conseguimos.

A todos os meus amigos e, especialmente, Zilah por ter me apresentado a Ensp e por ter me apoiado em momentos onde outras pessoas me deram as costas.

Ao Marcelo Firpo e a Marize Cunha. Nossa! Nunca me forçaram a mudar meus objetivos. Com a firmeza e com o rigor técnico e teórico que todo orientador deve ter, permitiram que eu sonhasse, mesmo diante da minha dificuldade de compreensão em relação ao campo da Saúde Pública, um mundo novo pra mim. Incentivaram-me no resgate as minhas origens e, com todo o cuidado, fizeram com que eu me motivasse e me dedicasse cada vez mais ao compromisso do fazer científico e da ética em pesquisa. Obrigado aos dois.

E por fim, o agradecimento mais importante: aos moradores do Jardim Catarina que destinaram tempo, recursos e trabalho sem nada pedirem em troca. A mobilização em torno desta pesquisa consolidou-se devido aos seus esforços. Obrigado ao Seu João Barbosa, ao Policarpo, a Monique, a Mãe Iva e aos jovens do CCJC. Muito obrigado a Rose, Rose Monnerat e Márcia, as Três Negras de Axé do Catarina, que tomaram como sua esta pesquisa.

Lista de Figuras

Figura 01: Mapa da cidade de São Gonçalo, com destaque para Jardim Catarina e os bairros adjacentes, bem como as vias BR – 101 e RJ – 104	39
Figura 02: Mapa das áreas de preservação ambiental de São Gonçalo	39
Figura 03: Mapa das áreas de risco e impacto das enchentes	87

Lista de Quadros

Quadro 01: Síntese dos procedimentos metodológicos da primeira etapa	45
Quadro 02: Síntese dos procedimentos metodológicos das 2ª e 3ª etapas	52
Quadro 03: Micro-áreas e alguns contextos e processos de formação	80
Quadro 04: as micro-áreas e seus problemas de saúde e ambiente	109
Quadro 05: as micro-áreas, seus problemas de saúde e ambiente e as práticas dos moradores	131

Lista de Tabelas

Tabela 01: Comparação entre as rendas das micro-áreas do bairro	73
-----------------------------------------------------------------	-----------

Lista de Imagens

Imagem 01: Foto do canal conhecido como Valão da Cedae	101
Imagem 02: Espacialização das micro-áreas e seus problemas no território de Jardim Catarina	111
Imagem 03: Vista da amendoeira (Ipuca)	144

RESUMO

Práticas locais dos moradores e os problemas de saúde e ambiente de Jardim

Catarina, SG/RJ

Marcos Dominguez

Os recortes acadêmicos em saúde pública dificilmente consideram o universo das micro-relações entre os sujeitos e os territórios de periferias urbanas. Não incorporam as ações cotidianas desses moradores, suas condutas culturais e formas de organização sócio-espacial e política. Este estudo visa identificar os problemas de saúde e ambiente dos moradores do Jardim Catarina, São Gonçalo, RJ e compreender suas práticas locais de enfrentamento, considerando a relação destas com a configuração sócio-espacial do território.

A pesquisa apóia-se em três eixos: nos processos de produção de desigualdades nas periferias das cidades, na complexidade e vulnerabilidade dos territórios e na produção compartilhada do conhecimento. Todos partem da necessidade da ciência em encontrar novos caminhos para compreender as tramas sociais da vida contemporânea e da busca pela superação de problemas de saúde e pela garantia de direitos.

Os conceitos de saúde e ambiente, utilizados em estudos sobre periferias urbanas, tendem a homogeneizar essas regiões que atualmente se configuram como extremamente diversificadas e fragmentadas. Diante de um ambiente de injustiça e vulnerabilidade ocasionado pelo modelo de desenvolvimento e concentração de capital, os grupos populares criam mecanismos de sobrevivência e produzem conhecimento a partir de suas experiências cotidianas.

Como procedimento metodológico, o estudo recorreu à base de dados de acesso público, revisão bibliográfica de estudos acadêmicos, além de entrevistas em profundidade, visitas guiadas, observação participante das ações desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa frente aos problemas de saúde e ambiente e, ainda, contou com um seminário final de apresentação dos resultados, com a presença e participação de alguns moradores do bairro, visando debater os dados levantados ao longo deste processo. Ao todo, 17 sujeitos participaram das entrevistas, muitas instituições locais foram conhecidas e inúmeras visitas e caminhadas ocorreram pelos territórios estudados.

Palavras-chaves: periferia, desigualdade social, justiça ambiental e práticas locais.

ABSTRACT

Health and environmental problems of Jardim Catarina, SG/RJ and its residents local practices

Marcos Dominguez

The universe of micro relationships between people and the urban periphery is hardly ever considered in academic studies on public health. They do not incorporate the daily actions of these area's residents, their cultural conduct and forms of socio-spatial and political organization. This study aims to identify the health and environmental problems of the residents of Jardim Catarina in São Gonçalo, Rio de Janeiro and to understand their local coping practices in considering the relationship of such practices with the territory's socio-spatial configuration.

This study is based on three axes: the production processes of inequality in cities peripheries, the complexity and vulnerability of territories and the shared production of knowledge. All of them depart from the science's need in finding new ways to understand the social plots of contemporary life and the quest for overcoming health problems and for warranty of rights.

Health and environment concepts used in studies on the urban periphery tend to consider homogeneous these areas that are currently has an extremely diverse and fragmented configuration. Facing an environment of injustice and vulnerability caused by the development model and concentration of capital, popular groups create survival mechanisms and generate knowledge from their daily experiences.

As methodological procedure the study made use of public database, bibliographical review of academic studies, in-depth interviews, guided tours, participant observation of actions developed by the study's subjects when facing health and environmental problems, and also included a final seminar presentation of the results, the event counted with the presence and participation of some residents of the neighborhood discussing the data collected during the process. Seventeen subjects participated in interviews, many local institutions have been known and there was innumerable visits and tours by the studied territories.

Key-words: periphery, processes of inequality, injustice environment and local practices

SUMÁRIO

Apresentação	11
Introdução	15
Cap.01 - Referencial Teórico do processo de pesquisa	23
1.1 Periferia e processo de produção das desigualdades na cidade	23
1.2 Complexidade e Vulnerabilidades nos Territórios	27
1.3 Processo de Produção Compartilhada do Conhecimento	32
Cap. 02 - Caminhos Metodológicos	37
2.1 Caracterização da localidade de estudo	37
2.2 Procedimentos metodológicos	40
2.3 Etapas do Estudo	44
2.4 Considerações Éticas	54
Cap. 03 - Das chácaras à efervescência da vida cotidiana no maior loteamento da América Latina	56
3.1 Jardim Catarina: um território em expansão ampliada e Concentrada	65
3.2 Os elementos da vida dos muitos “Catarinas”	70
3.3 A “territorialização” das práticas e a heterogeneidade do Jardim Catarina	75
Cap. 04 - Problemas de saúde e ambiente num território periférico e heterogêneo	81
4.1 Reprodução desigual do capital no espaço metropolitano, Políticas Públicas e Mobilização Social	82
4.2 O Mapa dos problemas	94

Cap. 05 - Práticas Locais: um movimento que se faz com os pés	112
5.1 Um lote, muitas famílias...	113
5.2 Trabalhador do social	116
5.3 Os filhos de santo do Catarina	123
5.4 O Sistema de Resgate do Pica-Pau	129
Cap.06 - Considerações finais	135
6.1 Transgredir para transformar	138
6.2 Um novo começo...	142
Referências Bibliográficas	145
Anexos	155

APRESENTAÇÃO

Esta proposta de pesquisa teve sua origem em uma experiência pessoal de trabalho, iniciada em 2007, quando conheci alguns grupos comunitários que se organizam em torno de pequenas associações (centros culturais, creches comunitárias e associação de moradores) na cidade de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro. Em sua maioria eram pessoas que moravam nas áreas periféricas da cidade e atuavam em suas localidades através de trabalhos ligados a promoção da cultura, lazer, trabalho, educação e saúde.

Com uma formação acadêmica em Ciências Sociais, atuava como assessor de uma ONG cuja missão era apoiar movimentos comunitários, contribuindo para sua “autonomia e libertação”. A linha de ação desta instituição era pautada por projetos sociais voltados para geração de trabalho e renda em populações de baixa renda. Contudo, no cotidiano e na relação de assessoria, diversas demandas, além do tema trabalho, surgiam através do diálogo com estes grupos.

O Centro Comunitário do bairro do Jardim Catarina, em São Gonçalo, o qual assessorava, tinha como proposta debater, além das temáticas citadas anteriormente, a questão da cultura a nível local. Após alguns seminários oferecidos pela ONG, que tratavam sobre o conceito de “Desenvolvimento Comunitário”, foi pensada por esta organização comunitária a realização de uma pesquisa com o enfoque na história e origem do bairro.

No processo de assessoria, estes mesmos sujeitos me solicitaram apoio técnico para a realização do trabalho, principalmente, após descobrirem minha participação em um laudo antropológico realizado em comunidades quilombolas. A idéia deles era inicialmente levantar informações sobre a história da comunidade para que estas pudessem ser trabalhadas junto aos jovens da região. Com o reconhecimento das origens da população, seria possível então, fortalecer a auto-estima dos meninos e meninas do Jardim Catarina, através de um sentimento de pertencimento.

A partir destas idéias, minhas visitas de assessoria ao bairro se transformaram em encontros para pensar métodos e formas de viabilizar o estudo que estava sendo proposto. Com o passar das discussões e os primeiros levantamentos, viu-se a necessidade de convidar outros sujeitos do bairro para participar deste trabalho. Afinal,

buscava-se uma identidade coletiva, e para isto, era preciso aproximar outras pessoas deste projeto.

Lembro que na primeira reunião oficial para a pesquisa estavam presentes membros da associação de moradores da região, algumas lideranças, professores de um curso pré-vestibular comunitário, as integrantes (são todas mulheres) do centro cultural comunitário assessorado pela ONG, o responsável pela biblioteca comunitária e “pessoas comuns”, que de alguma forma participavam ou realizavam atividades de caráter político e coletivo. Em um primeiro momento, todos se mostraram interessados na pesquisa. Porém, com o andar da discussão, ficou claro que os objetivos divergiam em relação ao que fazer e para que realizá-la.

Em diversos momentos fui indagado e questionado em relação à minha posição, afinal, eu era o “pesquisador”. Assumi o papel de mediador do debate, deixando claro que as decisões sobre os rumos do trabalho deveriam ficar a cargo deles. Foi decidido então, que cada um iria contribuir com aquilo que fazia parte de suas experiências de vida no dia-a-dia do bairro. O olhar sobre a história deveria ser múltiplo, ou seja, a percepção e representação de cada grupo e morador a respeito do Jardim Catarina seriam consideradas, e diante desta variedade de significados poderia surgir então, na idéia deles, uma identidade coletiva.

Esta diversidade no momento de definir os rumos da pesquisa me chamou a atenção. Para a associação era importante a pesquisa como subsídio para evidenciar as necessidades de saneamento básico; para o espaço cultural, este trabalho tinha como fundamento confirmar com os jovens uma história de luta, possibilitando o engajamento destes no enfrentamento ao preconceito, fruto do estigma por viverem em uma área considerada “perigosa, suja e empoeirada”; a biblioteca comunitária queria divulgar a história do local e promover feiras de livro para as crianças do bairro; os professores desejavam realizar um trabalho de educação ambiental com a juventude, com o foco na coleta de lixo, no tratamento de esgoto e na proteção do manguezal e rios e outros desejam pequenas melhorias nas condições de vida da população. Ou seja, metas distintas para um mesmo elemento, que era a pesquisa sobre a história do bairro.

Diante deste imprevisto percebi que havia um descompasso entre a proposta de atuação da ONG, e suas metas e cronogramas, com a realidade e o “tempo” das relações sociais das populações locais. A velocidade exigida pelos financiamentos dos projetos e o desejo de mudança social desta instituição em relação à vida das comunidades

assessoradas por ela, apresentava-se em desencontro com as demandas reais e com as formas cotidianas de se organizar e agir dos sujeitos do Jardim Catarina.

Enquanto nós falávamos de autonomia, libertação, transformação etc., eles falavam de preconceito, lazer, água, esgoto, mais escolas e saúde. Mesmo sendo possível fazer conexões entre essas duas dimensões, no contato diário elas aparecem como dois estranhos que não conseguem se entender. As teorias generalizantes e sistêmicas a respeito da “transformação social do ser e da sociedade”, idealizados por movimentos de classe média, representados pela ONG, não eram compreendidas pelos grupos populares, ou seja, bastou uma pequena reunião com membros da comunidade - para definir os caminhos de uma proposta de estudo - para desconstruir todo um aparato teórico reproduzindo por mim e pela instituição onde trabalhava: a idéia de que os problemas sociais eram generalizáveis e que estavam relacionados a todos os moradores de áreas pobres, que a princípio, desejavam as mesmas coisas.

Tal experiência mostrou-me que a falta de compreensão sobre o cotidiano das pessoas era minha, e me fez lembrar o estudo de Valla (1994) a respeito da crise de interpretação existente na relação entre produção científica e saber popular. Para este autor, há uma incompreensão por parte das ciências em relação à diversidade existentes no interior das classes populares, sendo preciso perceber a fala do outro dentro de seu contexto histórico, reconhecendo que a cultura popular deve ser tratada como uma forma de conhecimento, e não apenas, como fragmentos de rituais, utensílios e superstição (Valla, 1994).

Intervir num determinado lugar, seja através da pesquisa ou política pública, envolve confrontar-se com subjetividades e fatos concretos ao mesmo tempo, onde se encontram projetos de vida diversos e representações do meio social heterogêneas e conflituosas. Assim, revendo minha própria experiência profissional, meus valores e minha forma de agir, busquei me aprofundar teoricamente sobre o cotidiano das periferias urbanas, mas não através de um olhar espantado diante de uma cultura exótica ou externa à minha, mas com o intuito de compreender melhor os processos econômicos, sociais e culturais que contribuem ou interditam o “levar a vida” de milhares de pessoas que vivem nas cidades.

O campo da saúde coletiva me forneceu os pilares necessários para esta trajetória de estudo e pesquisa, pois é uma área que integra saberes e dimensões variadas das relações humanas, da mesma forma, que visa atuar tecnicamente e politicamente no

ambiente. A saúde então passa a ser vista como resultado de processos históricos e um direito pautado pela integração e confronto entre territórios e sujeitos (Barcellos, 2008; Cunha & Frigotto, 2010; Oliveira & Valla, 2001). Esta perspectiva nos obriga, no momento de contato e interação com o mundo e as pessoas, a considerar e respeitar as muitas interpretações existentes sobre as noções de cidadania, direito, planejamento e política, constantemente atravessados e entrelaçados a questões de ordem local como tradição, religião, juventude, pobreza, conflitos, violência, desigualdade, preconceito, construção, reconstrução e projetos de vida e sonhos.

INTRODUÇÃO

A proposta central deste trabalho visa compreender como os moradores das periferias urbanas reconhecem e enfrentam os problemas relacionados à saúde e ao ambiente no seu cotidiano. Como, mediados por suas experiências de vida e pelas condições materiais e elementos subjetivos e culturais, se organizam nestes territórios. Contudo, para alcançar este objetivo devemos, primeiramente, levar em conta que estamos entrando em um universo complexo e heterogêneo, com formações sócio-espaciais distintas e com uma diversidade cultural ampla. O conflito e a solidariedade entre os habitantes do Jardim Catarina estarão em constante diálogo com os agentes externos e instituições supra-locais e, ao mesmo, condicionarão as práticas e estratégias de sobrevivência e reprodução social das famílias neste loteamento urbano.

De que saúde e ambiente estamos falando

A saúde no Brasil, a partir da Constituição de 1988, tornou-se um direito universal e dever do Estado, tanto na sua promoção, como na garantia de serviços básicos à população. De acordo com esta nova proposta, germinada a partir dos movimentos políticos pela democracia nas décadas de 70 e 80, a saúde passou a ser vista dentro de um conceito amplo, englobando aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais. Ou seja, não bastava garantir apenas atendimento médico e tratamento terapêutico, o Estado e a população deveriam desenvolver saúde considerando e refletindo sobre as contradições e mudanças da própria sociedade, reconhecendo suas diferenças, desigualdades e injustiças. Foi introduzido ao campo da saúde pública, renomeada academicamente no Brasil de Saúde Coletiva, conceitos como a universalidade do direito à saúde, a participação popular e a integralidade dos serviços e da atenção. O diálogo passou a ser valorizado e buscou-se na relação profissional de saúde e paciente um encontro entre “sujeitos históricos” (Mattos, 2004).

Contudo, mesmo com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a incorporação na Constituição do conceito de saúde integrador, alguns autores vão identificar uma série de obstáculos e desafios presentes nas práticas e políticas de saúde em relação à garantia dos direitos. Camargo Jr. (1992), tratando dos paradoxos da clínica ocidental, vai destacar que na clínica, o diagnóstico ocupa o lugar central,

evidenciando o status e o saber médico. O autor vai afirmar que a racionalidade hegemônica no campo da saúde é aquela que privilegia o conhecimento sobre a doença e as técnicas biomédicas (Camargo Jr,1992). O método científico anátomo-fisiológico e os estudos por especialidades - característicos da racionalidade ocidental, “dividindo” o ser humano em aparelhos e sistemas fragmentados - foram alvos de críticas por parte dos grupos progressistas.

Um sistema de saúde defensor da autonomia dos indivíduos, da garantia dos direitos e como expressão de cidadania foi idealizado neste período. Contudo, as mazelas sociais se aprofundaram, e o que vemos atualmente é um setor saúde com grandes dificuldades para implantar e manter as propostas e políticas construídas durante a época da redemocratização do país (Mattos, 2004).

O Ambiente, como campo do conhecimento, também passou a ser valorizado e articulado com a saúde. Porém, até meados do século XX, a questão ambiental nas cidades resumia-se à visão *higienista* sobre as relações humanas e territoriais. Tinha como estratégia desenvolver a vigilância e o controle de espaços urbanos considerados insalubres e daqueles grupos sociais tratados como “sujos e perigosos” (Freitas, 2003). O ambiente da cidade era posto como produtor de doenças e, neste caso, deveria ser tratado sob a ótica da medicalização e “purificação”. Seriam os pobres, as classes trabalhadoras, os cortiços e as favelas os grandes focos das mazelas sanitárias nas regiões urbanas, devendo ser evitados por parte da cidade formal e moderna (Valladares, 2005).

Somente a partir dos anos 1960 e 1970 o ambiente passou a ser inserido nas discussões políticas dos movimentos sociais. Nos EUA, a exposição a produtos químicos e poluentes, resíduos da indústria pesada, e o surgimento de “zonas de sacrifício” foram inicialmente tratados como caso de racismo ambiental por parte do movimento negro (Bullard, 2004). Regiões cuja predominância dos moradores era de origem afrodescendente foram afetadas por empresas que lá se estabeleciam, gerando forte impacto ambiental e na saúde das populações locais. A luta contra a distribuição desigual de riscos vinculados ao trabalho e ao despejo de elementos tóxicos em territórios vulneráveis, ocupadas por grupos étnicos marginalizados, deu sustentação aos debates sobre justiça e ambiente e aos movimentos por justiça ambiental, consolidando assim, uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico onde operam relações que

destinam uma maior carga de danos ambientais às minorias e aos países em desenvolvimento (Bullard, 2004).

As “externalidades”, efeitos de um modelo de desenvolvimento sobre aqueles que “nada decidem”, ou ainda os impactos à saúde e ao meio ambiente de ciclos econômicos e produtivos que acabam sendo “pagos” pela sociedade e pelas populações atingidas (Porto, 2007), passaram a ser vistas como alvo de embate político e pauta na agenda das lutas sociais. No Brasil, “os fluxos de energia e matéria”, de apropriação e de rejeitos e seus impactos ambientais e sociais não foram levados em consideração pelos investidores de capital (Stotz & Perez, 2009). Da mesma maneira, o uso de recursos naturais era visto como inesgotável, livre de qualquer controle por parte do governo e da sociedade. O resultado desta apropriação do ambiente é o enorme custo “pago” pelas periferias das cidades, pelo Estado, sem ser contabilizados pelas empresas e pelo capital.

Os problemas vinculados à saúde e ao ambiente, principalmente em áreas periféricas urbanas, povoadas em sua maioria pelas classes populares, transformaram-se assim, nas últimas décadas do século XX, foco de debate político, “atravessados por um conjunto de processos sociais e, como tais, só vieram à tona porque, como ambientes criados, não se encontram alheios à vida social humana” (Freitas, 2003; p.138).

Falar em questão ambiental significa considerar interesses sociais distintos no uso e na apropriação do ambiente. Neste sentido, pensar a relação periferia/centro nas cidades, tendo como foco a saúde e o ambiente das populações, passa necessariamente pela consideração dos conflitos, heterogeneidade social e espacial, pelas negociações e tensões nas relações sociais do cotidiano urbano, além do reconhecimento das mudanças no padrão de consumo e mercado de trabalho.

A crise do Estado e do modelo de produção fordista no pós-segunda guerra, desestruturou territórios, as relações de trabalho e os papéis sociais baseados na imagem da família operária (Ribeiro, 1999; Oliveira, 2007), fazendo com que um vasto contingente de pessoas localizados nas metrópoles passasse de uma posição social reconhecida (ex: o operário) para uma de status ainda difuso (moradores de periferias urbanas, favelas e loteamentos clandestinos). Ou ainda, dada a condição de industrialização periférica e tardia das sociedades latinoamericanas, que muitos grupos populares chegassem aos territórios urbanos sem jamais possuírem relações de trabalho formais, seja na indústria ou no setor de serviços.

A apropriação do meio ambiente neste contexto passa por uma revisão crítica, sendo a capacidade de regulação do Estado de Bem Estar recondicionada a partir da intensificação dos movimentos globais de produção, alimentados cada vez mais pelos novos fluxos de mercadorias, capital, informação e pessoas (Sabroza & Leal, 1992).

A integração globalizada da economia não levou a uma redução da pobreza mundial. O discurso atual do desenvolvimento, além de não questionar os processos de acumulação e concentração de capital como gerador das desigualdades e injustiças, exige ainda mais investimentos e recursos como forma de ampliar desenvolvimento econômico, como caminho único para melhorar a distribuição de bens e serviços (Sabroza & Leal, 1992).

Essa posição política e econômica e os investimentos desta ordem são vistos por movimentos ambientais progressistas como a base para a exploração incessante dos recursos materiais do planeta e da geração de diversos conflitos ambientais pelo mundo e pelo Brasil, como nos casos atuais dos seguintes empreendimentos: a perfuração de mais poços de petróleo (ex: Pré-sal), a produção de energia (ex: Hidrelétrica de Belo Monte) e a construção do complexo químico em Itaboraí e da TKCSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico da empresa Thyssen Krupp em Santa Cruz, município do Rio de Janeiro (Martinez- Alier, 2008; Porto, 2008).

Com a reformulação da análise teórica, o ambiente se torna palco de lutas de diversos povos em inúmeros lugares, que visam conquistar oportunidades iguais de consumo, preservação das tradições e participação nas tomadas de decisões sobre os modos de ser e agir em sociedade e nas relações com a natureza (Acselrad, 2008).

Assim, a saúde como direito amplo e universal e o ambiente como palco da vida social devem ser considerados e compreendidos na sua relação com os “pequenos” elementos do dia-a-dia. Mas, atrelados aos contextos mais complexos e às interações e reciprocidades entre as estruturas das cidades com as dinâmicas locais.

A forma como as populações lidam com seus problemas de saúde e se organizam nos territórios traz consigo algumas contradições e impasses que merecem ser observados. Como garantir direitos universais vinculados ao ideal democrático e igualitário que embasam as principais bandeiras políticas relacionadas à saúde e ao ambiente se, nestes territórios periféricos, o conceito de cidadania é atravessado por questões locais, como problemas ligados à violência, à falta de serviços públicos básicos (saneamento básico, transporte, escola e hospitais), às precárias condições de

trabalho, ou até mesmo à falta dele e à dificuldade de acesso à própria cidade e suas áreas de lazer, cultura e equipamentos públicos? (Machado da Silva, 2004)

Tratar da saúde e do ambiente nas periferias das grandes cidades significa considerar a vivência dos problemas sociais e sua dimensão cultural no âmbito da comunidade. A vivência do cotidiano permite ao morador de favela produzir conhecimento a partir de uma experiência histórica acumulada. A diversidade nos territórios contidos na cidade deve ser apontada como um caminho para uma maior compreensão das grandes mazelas sociais em sociedades capitalistas como a nossa.

O reconhecimento das práticas locais como resultado desta experiência e sua incorporação nas análises de saúde fazem parte do esforço para entender as novas configurações urbanas, nas sociedades contemporâneas. De acordo com Santos (2005) o capitalismo global tende a uniformizar as relações econômicas e culturais ao redor do mundo, com o intuito de garantir mercado e abundância de recursos para a acumulação de capital. No entanto, os lugares, como “palco da vida cotidiana”, serviriam de resistência ao processo de globalização e à homogeneização do espaço. Para este autor, o espaço, no mundo globalizado, passaria de uma mera localização, sendo substituído pelo lugar como experiência, com padrão de troca e significado próprio (Santos, 2005). Portanto, conceitos como território e lugar permitem a emergência das vozes neles contidas e frequentemente veladas.

Esta resistência local sugerida pelo autor na nova organização mundial propiciaria o surgimento de “novos” atores e outras formas organizativas. O padrão das relações trabalhistas e políticas na sociedade global não nos permitem interpretar as ações dos sujeitos, de maneira a enquadrá-los unicamente em instituições centralizadoras e tradicionais como os sindicatos, partidos e associações de moradores. As ações destes novos grupos não se reduzem ao tema “trabalho”, o desenvolvimento de suas ações coletivas é pautado hoje por questões diárias, vinculadas à cultura e ao cotidiano locais.

Neste caso, definir um único problema de saúde e a relação deste com a população não permitirá percebermos a complexidade dos movimentos diários do Jardim Catarina, devendo este trabalho, em sentido inverso, partir das práticas dos moradores, diferenciando-as em termos de estratégia e trajetória, contextualizando-as em relação ao território e às distinções espaciais da comunidade. É a identificação desses sujeitos, suas ações e formas organizativas, como também, qual a visão de saúde e ambiente que eles

possuem que nos guiará para um melhor esclarecimento sobre a dinâmica social da situação de saúde das populações e dos lugares.

O desenvolvimento desta pesquisa também visa entender como um evento de saúde ou uma intervenção pública pode alterar, preservar ou agravar um problema social, interferindo diretamente na vida das pessoas e dos lugares. Ou seja, a consciência a respeito de um problema de saúde, por parte da população, gera formas distintas de estratégias e ações que possibilitam tanto uma reação a este problema, como contribui para uma aproximação entre sujeitos, permitindo a construção de identidades coletivas por parte dos moradores, assim como, formas complexas de organização sócio-espacial.

Buscando fugir das explicações sistêmicas, focadas exclusivamente em fatores sócio-econômicos, sobre as condições de vida, saúde e ambiente das cidades, esta pesquisa direcionará o olhar para o cotidiano das pessoas, que representa ao mesmo tempo um lugar de experiências, resultado da vivência e condição de vida, e um espaço rico em termos de criação e formas de reprodução social (Filgueiras, 2007).

Como são diferentes os sujeitos, suas ações e conflitos também o serão; como eles estão relacionados com os territórios, a organização sócio-espacial do bairro também apresentará distinções e, diante da diversidade e complexidade que se apresentam estas configurações, as políticas públicas e estudos em saúde deverão levar em conta os processos de produção da vida nesses territórios.

Perguntas centrais para as primeiras reflexões...

Diante do que foi exposto anteriormente, este trabalho parte de algumas perguntas norteadoras com o intuito de refletir a respeito das contradições e da complexidade existente no cotidiano das grandes cidades e, conseqüentemente, nas suas periferias e territórios. Torna-se fundamental, primeiramente, explicar os processos que ocorrem nestas regiões, bem como compreender as respostas dadas pelos moradores aos problemas diários, considerando as particularidades do lugar, seja do ponto de vista de ocupação, seja da do ponto de vista da dinâmica social e política.

Identificar quais são os principais problemas de saúde e ambiente de Jardim Catarina é um primeiro passo em busca de um conhecimento científico mais amplo sobre o campo da saúde pública e suas intervenções em periferias. Da mesma forma que, para conhecer as configurações sociais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, caberia perguntar: como seus moradores se organizam e enfrentam seus problemas de saúde e ambiente? Não é objeto específico deste trabalho a dinâmica política e suas relações de forças locais, porém, deve-se aceitar que tratam-se de elementos que atravessam a realidade social destes lugares, com características históricas espaciais e ambientais que levam a outra questão: como essas práticas estariam relacionadas com a organização sócio-espacial do território? E mais: em que medida esta organização sócio-espacial limita, possibilita, dificulta ou facilita a realização destas práticas de organização e enfrentamento?

Assim, esta pesquisa parte do pressuposto que as práticas locais de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente, desenvolvidas pelos moradores do Jardim Catarina, são diversificadas e estão relacionadas com suas experiências de vida e condicionadas pela organização sócio-espacial dos territórios heterogêneos em que vivem. Um mesmo problema de saúde, mediado pela experiência e pelo lugar que o sujeito ocupa no mundo social, e em particular na localidade, é capaz de gerar diferentes respostas. Dentro deste processo de produção de práticas, é possível que se desenvolvam por parte da população conflitos e processos identitários, fundamentais à sobrevivência dos moradores e ao encaminhamento de soluções dos problemas de saúde e ambiente.

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender as práticas locais de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente dos moradores do bairro popular de Jardim Catarina, São Gonçalo, periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, e sua relação com a configuração sócio-espacial do território de estudo.

Objetivos Específicos

1. Caracterizar a organização sócio-espacial de Jardim Catarina, segundo períodos históricos recentes, identificando as diferenças existentes no território;
2. Mapear os principais problemas de saúde e ambiente do bairro;
3. Descrever as práticas locais dos moradores no enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente;
4. Analisar a influência da organização sócio-espacial do Jardim Catarina na ocorrência dos problemas e das práticas locais.

CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO DO PROCESSO DE PESQUISA

1.1 Periferias e processos de produção das desigualdades na cidade

Nos centros urbanos, principalmente nos países em desenvolvimento, as populações pobres são “empurradas” pela modernização para ambientes ecologicamente mais frágeis – florestas, áreas secas e íngremes, ou para favelas de grandes áreas metropolitanas (Ianni,1999). No entanto, as equações população/recurso e riqueza/pobreza, que a princípio permaneceram sem uma grande solução – o que não significa que “pequenas soluções” diversas não sejam colocadas em andamento a todo o instante -, contribuem para uma constante tensão no cenário das cidades, gerando reflexos na qualidade de vida de seus habitantes. Nas periferias, as soluções são muitas vezes de ordem imediata, revelando o caráter dinâmico dos processos de produção e reprodução social.

Santos (1996), desenvolvendo o conceito de “Involução metropolitana”, afirma que a metrópole “involuída” é capaz de modernizar-se, atraindo ainda mais capital de investimento, atuando na concentração de renda, avanço tecnológico e serviços. Porém, esta mesma metrópole promove a expansão da pobreza, segregando o espaço, criando periferias, elevando o número de empregos mal remunerados, da informalidade e das precárias condições de vida das populações pobres.

A cidade em países periféricos apresenta um sistema perverso, pois, acumula poder, riqueza, de um lado, e expõe pobreza e marginalização de áreas e grupos sociais, por outro. O modernismo na cidade vem contribuindo para a segregação do espaço desde o início do sec. XX, onde as principais cidades brasileiras passaram por um processo de vitalização de suas áreas urbanas, buscando, assim, adaptá-las aos “novos tempos”: à indústria, à exportação agrícola, ao mercado internacional e à “nova” classe burguesa nacional. Nesta ordem, o saneamento básico tornou-se, neste momento, o argumento eficaz para a nova configuração espacial. Buscou-se a “limpeza”, a prevenção de epidemias provocadas pela densidade demográfica insalubre. Abriram-se avenidas, derrubaram cortiços, removeram populações. O investimento imobiliário requeria a “higienização” do espaço das cidades, retirando dos centros valorizados setores populares, obrigando-os a dirigirem-se para as margens, à periferia (Silva, 2005).

Nas últimas décadas o capital financeiro e a informação vêm alterando a dinâmica social e espacial dos grandes centros. A articulação entre lugares e territórios se ampliou. Áreas de periferia assumiram um novo papel na estrutura do capitalismo global: passaram a ser vistas como depósito de mão de obra barata, flexível, de baixa qualificação, pouca normatização e de elevada mobilidade territorial. Nessas áreas vulneráveis, o Estado e o capital privado aplicam poucos investimentos, favorecendo a implantação de recursos e o acúmulo de capital nas áreas mais ricas, onde o mercado financeiro e a tecnologia de ponta se aparelham, garantindo o funcionamento do sistema econômico e favorecendo uma extraordinária concentração de renda, radicalizando ainda mais a reprodução das desigualdades nos espaços urbanos (Stotz, 2005).

Através do processo de “espoliação urbana” (Kowarick, 1988) – que se caracteriza pela soma das extorsões que as populações de periferia sofrem, operadas pela inexistência de serviços e bens de consumo coletivo necessários à reprodução social – aguça-se ainda mais a precarização das condições de trabalho das classes populares, assim como dos seus direitos básicos como acesso à moradia e ao transporte. Este processo é mediado pelo capital privado e pelas instituições do Estado, que através de políticas públicas básicas (construção de algumas moradias em periferias, poucos postos de saúde e escolas), garantem a permanência das desigualdades sócio-espaciais, da situação de *pauperização* das classes pobres e a reprodução do espaço urbano central e o periférico (Kowarick, 1988).

Porém, de acordo com Sabroza (2001), os moradores de áreas populares urbanas se caracterizam hoje por sua integração precária ao sistema econômico, e não por seu possível isolamento. É no espaço da periferia, diante dos escassos serviços de saúde e das más condições de trabalho que o trabalhador contemporâneo, formal ou informal, encontra seus meios de sustento e de reprodução social.

No interior desta configuração de periferias urbanas são identificados processos de desigualdade e diferenciação social entre grupos e lugares. Para Pierre Bourdieu (1997), os agentes são constituídos como tais a partir de suas relações com o espaço social, da mesma forma como as coisas, na medida em que elas são apropriadas pelos agentes, tornando-se propriedades. Esta localização no espaço é definida pela posição de um lugar em relação a outro e pela distância que os separam, criando assim um movimento de *periferização* dentro das próprias camadas populares.

Em Jardim Catarina, os diversos processos históricos de ocupação e as intervenções de políticas públicas geraram no interior do bairro formações sócio-espaciais distintas. Foram produzidos processos de identificação entre os moradores das diversas áreas no bairro, e diferentes códigos culturais, normas de condutas e linguagens. Para nos auxiliar na identificação e posicionamento destas “partes”, utilizaremos os conceitos de “Micro-área” e instituições supra-locais, termos indicados por Marcos Alvito (2001) em seu estudo sobre a favela de Acari, Rio de Janeiro.

Para este autor, as segmentações existentes nas localidades de Acari obedecem aos diversos elementos e redes de reciprocidade destas micro-áreas, produzindo no espaço social rituais de reconhecimento e pertencimento. Em muitos casos, as micro-áreas podem servir tanto de suporte para a realização de atividades, tais como campeonatos de futebol, festas, casamentos, mutirões etc. Também funcionam como o “locus da memória”, onde se inscrevem as marcas das relações familiares, confundindo-se em grande parte os laços de vizinhança com os laços de parentesco (Alvito, 2001).

A despeito de tratar-se de territórios com processos de constituição diferenciados, pois Acari não resulta de processos de loteamento, a concepção de micro-área responde à heterogeneidade que observamos no bairro popular de Jardim Catarina, como também, nos ajuda a perceber a capacidade de interlocução destes lugares com redes sociais mais amplas.

No que se refere às estruturas supra locais, o mesmo autor destaca que o conceito de localidade comporta redes complexas de diversos tipos de relações. Já as estruturas supra-locais não têm sua formação governada ou relacionada a uma dada localidade. Neste caso, estão incluídos os partidos políticos, o sistema bancário, o mercado de preços, sindicatos, associações profissionais e, sobretudo, o Estado, que opera através de várias instituições. Alvito chama atenção ainda, em seu estudo sobre Acari, que incluem-se aí ainda, as ONG's, a Igreja Católica e o tráfico internacional de drogas (2001).

Assim, o espaço social será organizado pela “distinção” entre lugares e grupos sociais e suas redes de solidariedade e apoio. É a localização social que os constituem, ou seja, na estrutura social as hierarquias, a disputa de poder e o capital - material e simbólico - definirão as posições de cada lugar (Bourdieu, 1997):

Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima hierarquias e as distâncias sociais (...): diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer sugeridas da natureza das coisas. É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa) (Bourdieu, 1997, p.160).

Pensar na organização das periferias nos obriga considerar a relação capital/espço sugerida por Bourdieu. A distribuição dos agentes e recursos irá se orientar pela configuração do espaço social, que por sua vez, é formulado de acordo com a localização dos lugares e bens materiais e imateriais. Será na relação entre estes bens e os grupos sociais que as diferenças entre as regiões se materializarão. Acompanhando a lógica deste autor, o capital se concentrará nos lugares de maior hierarquia e poder, elevando o valor do território, promovendo distinções, que se refletirão na estética da organização espacial e nos serviços disponíveis.

Em regiões de constituição recente no Jardim Catarina, surgiram micro-áreas com condições precárias de infra-estrutura e saneamento, onde seus moradores convivem com o risco de alagamento, moram sobre o esgoto e próximo ao lixo. Em outras micro-áreas, há um grupo, vivendo sob padrões de vida e consumo característicos ao da classe média urbana. Neste sentido, os que são desprovidos de capital (econômico ou simbólico) serão mantidos à distância destas áreas valorizadas, seja fisicamente ou simbolicamente. Estarão sujeitos a conviverem com bens “indesejáveis” e menos raros.

A ação de agentes econômicos privados, articulados com instituições supra-locais (Alvito, 2001; Burgos, 2005) contribui tanto para a fragmentação dos territórios como para a desmobilização dos movimentos sociais e da formação de solidariedades horizontais entre sujeitos e lugares. Políticas e intervenções governamentais nas periferias são orquestradas pelas disputas de interesses e pelos conflitos entre os grupos de poder local, população e Estado.

Neste sentido, para aqueles que estão desprovidos de capital, há uma intensificação da experiência de finitude, fazendo com que populações inteiras fiquem presas aos seus territórios, em situação de marginalidade e vulnerabilidade (Bourdieu, 1997). Compreender não só a construção histórica da periferia, mas todo um campo subjetivo que a modula passa pelas relações de bens imateriais/materiais e capital/escassez.

É a necessidade de sobreviver em contextos de desigualdade e injustiça que guiará as ações das camadas populares no enfrentamento de situações adversas. A exposição aos riscos ambientais e sociais vividas pelos habitantes do Jardim Catarina vão dar significado às suas escolhas, e as alternativas encontradas pelos sujeitos deverão ser tratadas e incorporadas nas análises acadêmicas a respeito da saúde e do ambiente das cidades e seus territórios.

1.2 Complexidade e Vulnerabilidades nos Territórios

Os recortes utilizados em grande parte nas pesquisas em saúde dificilmente permitem observar os níveis adequados capazes de visualizar a riqueza das relações dos sujeitos, suas práticas cotidianas e as subjetividades que se apresentam no contato destes com o ambiente. Madel Luz (1993), ao analisar os paradigmas da medicina ocidental, ressalta que esta tem como objeto a doença e, por objetivo, o combate e a eliminação das doenças (Luz, 1993). Contudo, a autora salienta que o método biomédico hegemônico em saúde apresenta algumas contradições: de um lado, generaliza as “causas” das doenças, os usos de medicamentos e terapias, porém, individualiza o tratamento; por outro, “*desculpabiliza*” o saber médico e suas práticas, mas responsabiliza o comportamento dos indivíduos diante dos parasitas e de hábitos não-saudáveis (Luz, 1993). A integralidade na saúde fica assim desfigurada, cria-se uma relação desigual, onde basta ao saber médico o diagnóstico e à população cabe buscar a solução de problemas amplos, de caráter social, ambiental e psicológico.

Neste sentido, os níveis de abordagem das investigações em saúde dos grupos devem ser aplicados respeitando a complexidade da vida e dos espaços. Para Castellanos, ao definir um nível de abordagem, defini-se o âmbito de princípios e leis neles dominantes, que, “junto ao acaso”, representam a maior potência explicativa com relação aos fenômenos sociais e de saúde em cada nível (Castellanos, 1997). Para o autor, a capacidade da ciência se limita a prever as probabilidades de aparecimento das formas de comportamento conhecidas, em circunstâncias conhecidas, escapando a este método o reconhecimento da incerteza e das possibilidades de inovação.

Edgar Morin (2006) afirma que o conhecimento científico é aplicado de tal maneira, que a realidade é fragmentada por um racionalismo reducionista, inviabilizando a percepção de fenômenos complexos, impossíveis de serem entendidos

através de análises simplistas de partes isoladas do mundo social. De acordo com o autor, a história do pensamento ocidental foi comandada por um paradigma da separação. “Separou-se as disciplinas, as ciências e as técnicas. Separou-se o sujeito do conhecimento do objeto do conhecimento” (Morin, 2006, p.17).

Em relação ao ambiente, o pensamento hegemônico sobre “o que fazer” para enfrentar os impactos ambientais em sociedades contemporâneas e globalizadas procurou propor ações capazes de articular o desenvolvimento econômico capitalista com a minimização dos efeitos ecológicos negativos, oriundos dos modelos de industrialização, consumo e meios de produção, extremamente poluentes (Acserald, 2004).

A “modernização ecológica”, como ficou conhecida esta corrente, destinou-se a alcançar uma eficiência mercadológica, conciliando aspectos ambientais e econômicos. Ou seja, não teve como objetivo questionar o modelo de desenvolvimento, mas de adequá-lo aos “novos tempos” e demandas ambientais. Ambientalistas conservadores e empresários não consideravam em suas abordagens que a lógica política vigente fosse a manipuladora da distribuição desigual dos danos ambientais. De acordo com esta linha, não se encontrava relação entre degradação ambiental e situações de injustiça social. A questão ambiental resumia-se assim, a diminuir os impactos da indústria sobre o meio ambiente, mantendo as estruturas desiguais e injustas, que desconsideravam os diversos grupos tradicionais, agriculturas familiares, meios de produção artesanal e demandas de ordem local (Acserald, 2004).

Ainda em relação à questão ambiental é possível perceber a existência de duas tendências em termos de responsabilização dos problemas de saúde: na esfera local, os moradores de periferia são os responsáveis e os culpados por morarem em áreas de risco, de elevada vulnerabilidade social e de alto grau de exposição a elementos insalubres, como parasitas, lixo, esgoto áreas poluídas; na esfera global, os enfrentamentos das mudanças ambientais são tratados como meta para todos os habitantes do planeta, independente do modelo de produção industrial de cada país e de seus efeitos degradantes (Ángel, 2005). Pablo Ángel critica a idéia de que crise ambiental que vivemos atualmente seja “de todos”. Na verdade, a situação do meio ambiente vai traduzir-se de diversas formas nos territórios, conformados pelas condições de vida da população e suas redes de solidariedade e disputas (2005).

Uma possibilidade para a compreensão da questão ambiental contemporânea é representada pela análise das vulnerabilidades sociais e ambientais, funcionando como um elemento central para que os riscos a saúde sejam contextualizados. Será a partir da construção de estratégias mais amplas de prevenção e promoção da saúde que discutiremos de forma mais efetiva os modelos econômicos e políticos que expõem povos de todo mundo a situações de injustiça ambiental:

Uma cartografia das vulnerabilidades implica não só o mapeamento de grupos populacionais e territórios vulneráveis em situações de risco particulares, mas também análises que esclareçam processos que geram ou contribuem para tais vulnerabilidades e que iluminem a criação de estratégias para a sua superação. Este é um dos sentidos centrais da visão de promoção da saúde e da justiça ambiental que adotamos em nossa abordagem (Porto, 2007; p.40).

De acordo com Marcelo Firpo Porto, os aspectos da vulnerabilidade e sua relação com os riscos ambientais é um alerta sobre a distribuição desigual dos riscos sócio-ambientais (Porto, 2007). Os níveis de vulnerabilidade irão condicionar o grau de exposição aos efeitos ambientais de uma população, assim como, as formas como grupos vulneráveis irão se apropriar do território, reproduzindo desigualdades na distribuição dos impactos sócio-ambientais e produzindo diversos movimentos de resistência local.

A discussão sobre vulnerabilidade integra diferentes dimensões da realidade social, incorporando aspectos de ordem ética, “relacionados a importantes problemas decorrentes da iniquidade, pobreza, degradação ambiental e (re) emergência de certas doenças” (Porto, 2007, p.33). Para Acselrad (2004), tal realidade e coexistência configuram uma situação de Injustiça Ambiental, que neste sentido é conceituada como: “O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista, econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (Acselrad, 2004, p.10).

Porém, não basta apenas focarmos nossos estudos nos processos geradores de vulnerabilidade, devemos também nos atentar para as características das populações e regiões que possuem maior dificuldade de enfrentar as injustiças ambientais e de absorver seus impactos. O importante é garantir que áreas precárias em termos de

condições de vida, como as periferias e loteamentos urbanos, participem das ações e organizações de políticas de promoção de saúde e vigilância sócio-ambiental.

A baixa capacidade de mobilização social é um dos principais fatores que favorecem a manutenção de modelos econômicos desiguais: de um lado, há as forças econômicas e políticas interessadas no desenvolvimento das atividades geradoras dos riscos, e, de outro, a defesa dos interesses dos grupos afetados é ainda incapaz de impedir a expansão dos fluxos e concentração de capital que geram os elementos formadores das situações de vulnerabilidades.

O desenvolvimento de pesquisa sobre os grupos populares e suas práticas deve levar em conta a vivência, a resistência e a mobilização que cada sujeito terá diante de um quadro de incerteza e de convivência com exposições de riscos à saúde e ao ambiente. Na verdade, compreender a organização sócio-espacial de uma região e a apropriação de um território pela população significa, também, compreender os conflitos e a configuração de redes de apoio que atuam na busca de recursos e na disputa por poder.

Veremos que nas periferias dos grandes centros urbanos, como é o caso de Jardim Catarina, a escolha do local de moradia está direcionada pelas condições materiais e imateriais dos moradores, pela sua capacidade financeira e de mobilidade espacial (Durham, 1988). A convivência entre territórios e vulnerabilidades não faz parte de um desejo geral do indivíduo, mas uma escolha limitada por um reduzido número de oportunidades.

Os acontecimentos diários e as “lutas silenciosas” travadas pela população trazem aos estudos em saúde a incerteza e a complexidade características da dinâmica das cidades modernas. Porém, mesmo reconhecendo os distintos graus de imprevisibilidade da vida, precisamos realizar o diálogo entre o micro e o macro-social, pois, ao delimitarmos uma unidade de análise para a pesquisa, devemos considerá-la integrada a outros sistemas complexos. Um nível de abordagem sempre estará ligado a outro de maior complexidade, como também, aqueles de menor complexidade, gerando assim, uma organização de sistemas complexos (Castellanos, 1997).

Barcellos utiliza o conceito de “escala de análise” para referir-se a “profundidade do olhar” sobre os territórios, ou seja, podemos trabalhar com divisões territoriais definidas pela delimitação político-administrativa, como bairros, regiões administrativas, municípios, como podemos também ir mais adiante, penetrando nos

“territórios utilizados” e, com a escala aproximada, enxergar o múltiplo, contextualizado, onde se dão as diversas relações humanas. Essa escala “aproximada” dos indivíduos permite mapearmos alguns movimentos e pontos de vista, que dependendo do terreno em que se desenvolvem as pesquisas, raramente serão incorporadas na discussão sobre a situação de saúde da população e na construção de políticas públicas (Barcellos, 2008).

O rumo tomado pelas cidades, com disputas desiguais por recursos e espaços, acentuou o processo de segregação sócio-espacial das metrópoles, que se fragmentaram numa variedade de territórios, muitas vezes submetidos à lógica de mercado e produção capitalista que dificulta a formação de coletividades mais amplas e integradoras. Por isso, o conceito de território deve ser aplicado a partir de sua face mais dinâmica, entre o cruzamento dos elementos subjetivos da vida, ligados à cultura dos lugares e dos sujeitos, e os fatores de produção, ditados pelo mercado global e economia de escala (Oliveira, 2007).

A cidadania defendida nas cidades pela ideologia política hegemônica é baseada na capacidade e no padrão de consumo das classes dominantes (Oliveira, 1999; Santos, 2000; 2005). No entanto, com a nova abordagem sobre territórios nas pesquisas sobre periferias e problemas de saúde e ambiente, podemos contribuir nas discussões acadêmicas com a inserção da diversidade e dos sentimentos particulares das populações marginalizadas e vulneráveis.

Os territórios possuem, assim, a capacidade de reconstrução e reorganização, transformando-se em espaços produzidos tanto pelas interações humanas nos ambientes como na utilização dos bens materiais que os sujeitos dispõem (Haesbaert, 2004). Desta forma o território se converge em um conceito amplo:

Relativo tanto ao espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é um conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (Haesbaert; p.121)

Desta forma, o problema das enchentes na comunidade do Pica-Pau, área periférica do Jardim Catarina, que afeta quase que exclusivamente seus moradores, além

de ter ligação com questões de ordem estrutural como, por exemplo, as políticas habitacionais e de saneamento do Estado para áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário, abrange também as formas psicológicas e culturais dos indivíduos de percorrer a história, contribuindo para a produção de experiências que organizam os grupos populares e os territórios cotidianamente.

A consideração deste tipo de relação com o todo e com a escala local, nas pesquisas em saúde e ambiente, nos permite não apenas perceber os movimentos dos grupos e seus processos de reprodução social, mas todo um conjunto de processos produtivos e a sua apropriação por parte dos sujeitos, que interagem em lugares específicos.

A falta d'água, o esgoto a céu aberto, a carência de espaços culturais e de lazer, a exposição a elementos poluentes, rios degradados e a presença de lixo e valas ao lado das moradias faz com que os moradores se organizem na busca pela sobrevivência imediata. É justamente a vivência de um problema de saúde e ambiente, presente no tempo do dia-a-dia, que permite ao sujeito produzir conhecimento a partir de suas experiências construídas historicamente (Oliveira & Valla, 2001). Cabe às pesquisas em saúde dialogar com estes sujeitos visando construir novas metodologias e um novo grau de conhecimento produzido de forma compartilhada.

1.3 Processo de Produção Compartilhada do Conhecimento

O aparato industrial exige a existência de áreas com baixa valorização imobiliária, possuidora de meios de transportes e alguns serviços básicos. Desta forma, devido ao custo da terra e das possibilidades de trabalho gerados pelas indústrias, assim como pelos serviços produzidos nas cidades modernas, as populações vão ocupar estas regiões, expondo-se aos riscos sócio-ambientais. A facilidade de locomoção do capital permite sua rápida expansão, atuando sobre toda área do país, as privatizações e desregulamentações ambientais e trabalhistas transformaram as multinacionais em agentes políticos autônomos, de alta mobilidade, impactando a saúde e o ambiente e a condição social dos grupos mais vulneráveis. Diferentemente de instituições menos móveis – sindicatos, partidos e organizações locais – que se viram incapacitados de enfrentar isoladamente o poder das empresas e do mercado.

Para Acserald (2008), esta organização no território onde indústrias se instalam, é conhecida como “chantagem locacional”. As grandes empresas passaram a pressionar governos locais, prometendo grandes investimentos, empregos e desenvolvimento para as regiões que aceitassem reduzir a regulamentação ambiental e os custos econômicos e sociais, ou ainda pressionam regiões com avanços sociais ameaçando-as com a possibilidade de retirarem delas seus investimentos. Desta forma, os lugares resistentes diante da pressão do capital, estariam fadados à perda de recursos e ao enfraquecimento político governamental (Acserald, 2008).

O que o autor destaca é que, com essa situação, muito dificilmente as regiões e seus líderes políticos negariam tais investimentos, gerando, assim, uma quebra nas resistências dos movimentos sociais e fortes impactos em termos de meio ambiente e qualidade de vida das populações locais (Acserald, 2008). A luta pelo recurso levou uma competitividade excessiva entre estados e cidades, fragmentando a resistência e encobrendo direitos antes conquistados pela sociedade.

Pensar os danos causados pelos modelos de produção e desenvolvimento capitalista, necessariamente passa pela incorporação das subjetividades das classes populares. Sem considerar a dimensão da cultura nas análises contextuais sobre saúde das populações, estaremos perdendo a oportunidade de desenvolver políticas com real poder de transformação. Como nos alerta Henri Acserald (1999):

Um desenvolvimento democrático e sustentável será a expressão da diversidade de leituras e projetos em confronto ao processo de homogeneização social que transforma os recursos materiais em mercadorias e subordina as diferentes formas socioculturais à dinâmica do mercado e do capital (Acserald; p. 25)

O fato de existirem resistências locais, em um mundo globalizado que tende a uniformizar as relações econômicas e culturais, com o intuito de garantir mercado e abundância de recursos para a acumulação financeira, não significa uma homogeneidade dos sujeitos e suas práticas. Ao contrário, a partir da diversidade dos lugares, ricos em projetos de vida distintos, podem ser construídas identidades coletivas, organizações de debates e alternativas apontando outros caminhos à formação de políticas, voltadas para saúde e o ambiente.

A racionalidade dominante no campo científico impõe barreiras ao comportamento humano, *coisificando* o mundo e a natureza. A crise ambiental que vivenciamos hoje pode ser vista como uma crise do pensamento uniforme, que buscou a unidade, negando o tempo, a história, a diversidade e as experiências dos sujeitos (Leff, 2003). O modelo biomédico não reconhece o saber popular e as particularidades dos lugares e, neste sentido, é mais do que necessário direcionarmos as pesquisas em saúde para o rompimento da dicotomia entre sujeito e objeto, incorporando suas múltiplas identidades, internalizando suas subjetividades (Morin, 2006; Leff, 2003).

A Justiça Ambiental, como campo político e intelectual, além de concretizar e fortalecer as críticas ao modelo econômico e ao plano de desenvolvimento em nosso país abre espaço para que comunidades tradicionais, grupos populares e agricultores familiares tenham um espaço político e argumentativo para se organizarem em redes e gerar visibilidade aos inúmeros conflitos que vem ocorrendo entre governos, corporações e instituições de pesquisa, de um lado, e movimentos sociais, universidades, ONGs e instituições comunitárias de ação regional e local, de outro (Acsegrad & Herculano & Pádua, 2004).

A introdução de “novos saberes” nas discussões sobre os problemas de saúde e ambiente, possibilitada por áreas como a Educação Popular e Saúde (Freire, 2005; Valla, 1994) e a Justiça Ambiental (Acsegrad, 2004), representam o esforço para superação da crise que a “ciência normal” vem vivenciando (Funtowicz e Ravetz, 1997). As demandas sociais e ambientais complexas de hoje, pautadas pelas incertezas e pela falta de ética, requerem uma maior participação dos sujeitos que antes não eram “convidados” a discutir devido ao poder incontestável das respostas e verdades da ciência (Funtowicz e Ravetz, 1997).

Todos os envolvidos nos processos de produção social - principalmente aqueles que mais vulneráveis aos reflexos do “crescimento”- deverão contribuir com uma parcela de conhecimento: a ciência com seu aparato técnico, a política com seu caráter coletivo e mobilizador e os grupos populares - culturas tradicionais ou não - com seus conhecimentos e práticas locais e particulares. Diante dos desafios ambientais, sociais e sanitários o aumento da participação de novos sujeitos é essencial.

Assim, a produção do conhecimento nesta pesquisa funcionará também como um processo de compreensão mútua e convivência. O pesquisador acadêmico, durante sua formação, é treinado para transformar seus pressupostos teóricos em possíveis hipóteses

de trabalho. Contudo, estudar as práticas e ações organizadas pelos sujeitos e grupos comunitários do Jardim Catarina exige da pesquisa algo novo, exige com que os próprios pressupostos sejam colocados em questionamento, devendo sempre buscar, através do diálogo e da negociação junto aos moradores, a revisão destes pressupostos, possibilitando a construção de novas hipóteses, nascidas da produção coletiva do conhecimento.

Goldmann (1972), ao apresentar a idéia de sujeito *transindividual*, nos indica um método de pesquisa, que surge da fusão entre o conhecimento do “sujeito-pesquisador e do sujeito-pesquisando” (Romão, 1998). Ou seja, não basta um sujeito-individual, com seu conhecimento aprisionado, como também, não interessa um conjunto de sujeitos aprisionados em “uma caixa”. A construção do conhecimento, numa perspectiva compartilhada, passa pelo entendimento a respeito dos distintos papéis sociais que cada ator envolvido neste processo possui (Goldmann, 1972).

Pierre Bourdieu (1997), no capítulo *Compreender* do livro *A Miséria do Mundo*, afirma que toda a relação de pesquisa acaba sendo um meio de “intrusão”. Que através de uma comunicação “não violenta” o pesquisador deve tentar identificar a diferença entre os sentidos dados pelos pesquisados à pesquisa com aqueles atribuídos pelo pesquisador. É o cálculo desta distância, diz o autor, que permitirá a redução de distorções em um processo de pesquisa a respeito de grupos sociais. A (tentativa de) superação da relação de poder desigual, entre campo acadêmico-científico e o espaço do cotidiano das organizações comunitárias e das pessoas de uma forma geral, será central neste trabalho de pesquisa. O diálogo no processo de produção do conhecimento buscará “reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através dela (*pesquisa*)” (Bourdieu, 1997; p. 695 – grifo meu).

A identificação das “situações limites” – elementos que criam obstáculos à autonomia dos indivíduos e à construção de processos coletivos de libertação social - originárias dos problemas de saúde e ambiente, enfrentadas pelos moradores do Jardim Catarina, exige uma atividade de convivência e diálogo entre pesquisador e pesquisando. O olhar crítico dos sujeitos deve levar em conta as “partes” de um sistema, a totalidade. Compreender o local de onde se observa significa conectá-lo aos níveis mais elevados de complexidade das relações humanas. O trabalho de “descodificar” a totalidade e a realidade dos grupos sociais permitirá aos homens exteriorizar sua visão

de mundo, percebendo as situações limites a as possibilidades de sua superação (Freire, 2005).

O diálogo na pesquisa deve considerar a diferença entre os “tempos”, ou seja, o processo de produção técnico-científica é distinto do processo de organização das práticas e ações dos moradores e grupos comunitários. De acordo com Martins, as relações de produção são apropriadas pelos grupos locais de maneira diária:

As práticas dos grupos e classes subalternas, com suas valorações morais e o questionamento moral das relações imediatas, põem em questão não só a exploração, mas também as diferentes formas assumidas pelo poder na vida cotidiana dos diferentes grupos. Ganham força e importância as injustiças e opressões cotidianas na formulação crítica da realidade e no desencadeamento dos movimentos sociais (Martins, 1989).

No clássico *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (2005) defende o diálogo como reflexo de duas dimensões: ação e reflexão. Não é possível produzir conhecimento sem que haja reflexão a respeito das situações limites vivenciadas pelos “oprimidos”; da mesma forma, é inconcebível produzir uma transformação social sem que o diálogo possua um caráter político, pedagógico, de ação.

Pensar a produção compartilhada do conhecimento e a relação pesquisador-pesquisando nos obriga a assumir um compromisso diante da pesquisa, ou seja, uma atividade pautada pela ética e pelo reconhecimento de outras formas de produção de saberes, práticas e técnicas. Victor Valla falava de postura, referindo-se “à nossa dificuldade em aceitar que as pessoas humildes, moradoras de periferia são capazes de produzir conhecimento, são capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade” (Valla, 1994, p.02). A experiência da realidade vivida pelos moradores do Jardim Catarina pertence a eles, o papel de pesquisador se resume ao esforço de interpretá-las, compreendê-las e dialogar com elas na busca pela transcendência do conhecimento técnico hegemônico.

CAPÍTULO 02 – CAMINHOS METODOLÓGICOS

2.1 Caracterização da Localidade de Estudo

Jardim Catarina é um bairro popular localizado no município de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Em 1996, foram registrados 60.000 habitantes na localidade (*Plano Diretor da Cidade de São Gonçalo*). Em 2008, o Plano Diretor da Secretaria de Urbanismo assinalava que a mesma região possuía 49.000 domicílios e 174 ruas, contabilizando aproximadamente 150.000 habitantes, o que evidencia um elevado crescimento demográfico na região.

Esta mudança no padrão espacial e populacional do Jardim Catarina é própria de territórios que ficam à margem de áreas que vivenciaram ou vivenciam processos de desenvolvimento econômico tardios, mas acelerados, como foi o caso das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, vizinhas de São Gonçalo. Outro aspecto que faz parte da dinâmica de ocupação de periferias, ao entorno dos principais centros, são as construções e a formação de loteamentos tangentes às grandes vias expressas. A formação atual do Jardim Catarina acompanhou a construção da BR-101 (nos limites municipais de Niterói e Itaboraí) e da RJ-104 (na divisa com o bairro de Alcântara) e, ao visualizarmos a Figura 01, percebemos que estas duas estradas representam as extremidades geográficas do bairro.

O processo de construção do bairro acompanhou ainda as diversas etapas de crescimento e decadência econômica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Durante a década de 40, com a urbanização e o desenvolvimento industrial da cidade do Rio, áreas periféricas a este centro passaram a receber migrantes de diversas partes do país, principalmente do nordeste, que, em busca por moradia de baixo custo, ocuparam municípios próximos, como São Gonçalo.

Nos anos 1950, São Gonçalo chegou a ser considerado um pólo industrial, possuindo além das fábricas, uma quantidade expressiva de fazendas - como é o caso de Jardim Catarina, onde a citricultura esteve presente (Freire, 2002). Grupos populacionais da cidade do Rio e Niterói foram sendo realocados em outras cidades, devido ao aumento do valor da moradia destes municípios. Com a construção, na década de 70, da Ponte Rio-Niterói, muitos vieram para a região do Jardim Catarina (Pinho, 2006).

A partir de dois estudos realizados sobre o bairro é possível identificar três etapas históricas de ocupação e loteamento (Mendes, 2000; Tavares & Buriche, 2000).

- **Anos 50** – No início da década, as fazendas conhecidas como Luiz Caçador e Julio Lima foram vendidas à Imobiliária Jardim Catarina por seus proprietários, iniciando assim, o processo de repartição das antigas propriedade rurais em lotes, localizadas entre as margens do Rio Alcântara e a atual Avenida Padre Vieira, cuja localidade é conhecida como “Jardim Catarina Velho”. Este momento foi o ponto de partida para a transição de um ambiente agrário em direção a consolidação de uma área urbana voltada para moradias populares;
- **Anos 60** – A expansão do loteamento prosseguiu seguindo as rodovias estaduais, porém, sob responsabilidade de uma nova imobiliária, Solar Organização, Loteamento e Administração. Este foi o início do período de decadência das indústrias na região. Os lotes foram sendo formados até a Rua Lamartine Babo, originando a área do bairro conhecida como “Jardim Catarina Novo”;
- **Anos 70 e 80** – O processo mais recente de ocupação seguiu uma nova impulsão: mesmo com o declínio industrial de São Gonçalo e a crise econômica do Estado do Rio de Janeiro, a construção da Ponte Rio-Niterói e da BR-101 facilitou acesso aos municípios de Niterói e Rio de Janeiro, valorizando os lotes e atraindo migrantes do interior do Estado do Rio, Minas Gerais e Nordeste e dos próprios centros urbanos. Além disso, neste período, com a contribuição da especulação imobiliária, áreas de preservação ambiental, como margens de rios e manguezal, foram sendo demarcadas e ocupadas para receberem os moradores mais vulneráveis em termos econômicos e sociais, incapazes de se instalarem no “centro do bairro”. Desta forma comunidades menores surgiram, como são os casos da Ipuca e Pica-Pau;
- **Início dos 90:** algumas intervenções públicas foram realizadas na região, como o “Projeto Viva São Gonçalo” do governo do Estado em parceria com Prefeitura, criando no interior do bairro um espaço com melhor infra-estrutura, conhecida pelos moradores como “Jardim Catarina Novíssimo”.

Em relação aos atuais problemas ambientais vividos pela comunidade, há a relação direta com a presença da baía de Guanabara, dos rios que desembocam em suas

águas e do manguezal da Apa de Guapimirim (Mapa 02). Estes elementos naturais e os processos de ocupação das áreas ao seu entorno criaram um ambiente de risco e de vulnerabilidade, pois suas margens foram tomadas por moradias populares, indústrias e aterros, onde o lixo e esgoto são despejados sem o tratamento adequado.

Figura 01: Mapa da cidade de São Gonçalo, com destaque para Jardim Catarina e os bairros adjacentes, bem como as vias BR – 101 e RJ - 104

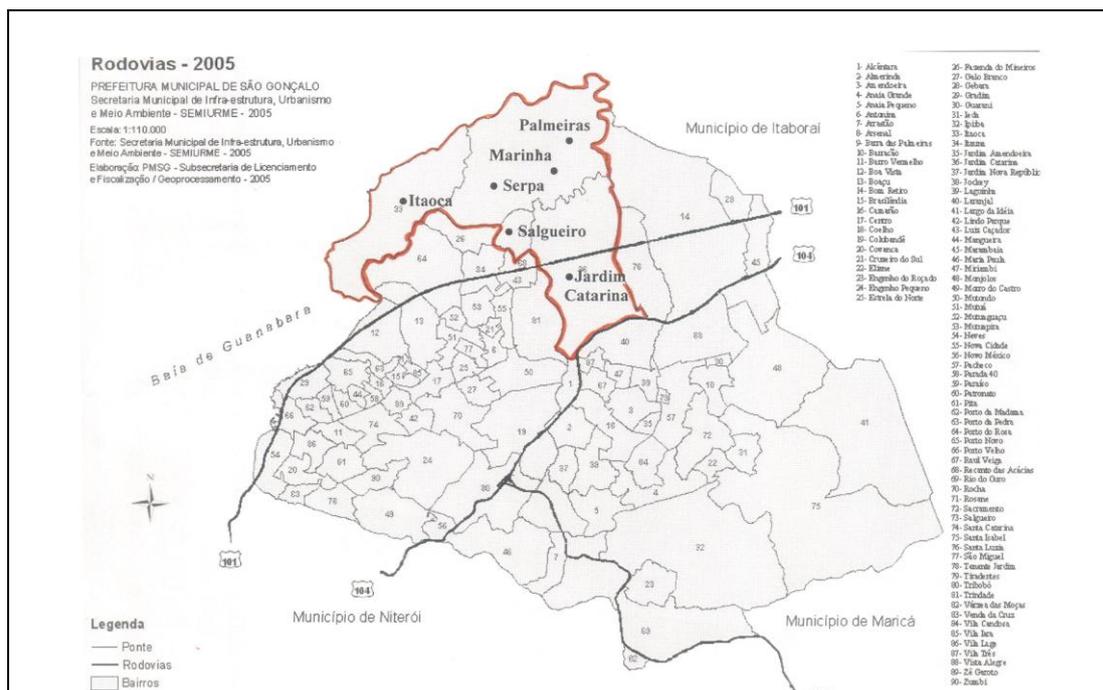
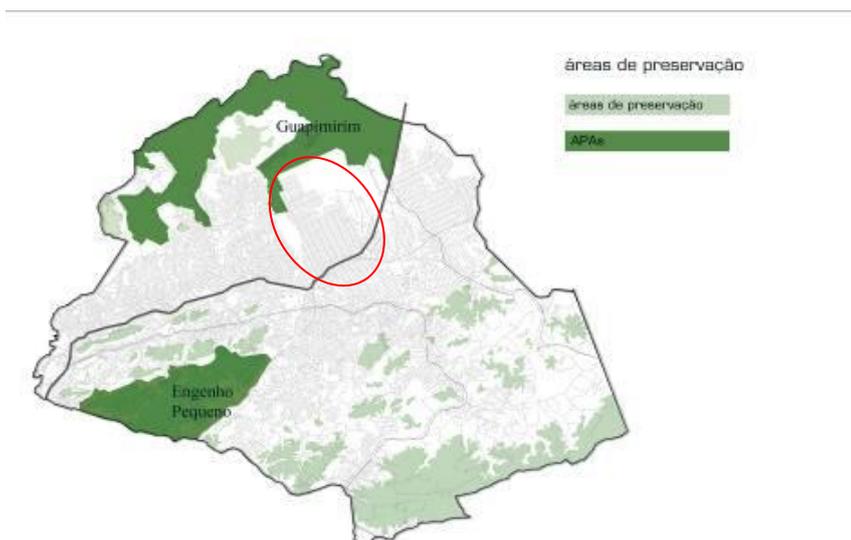


Figura 02: Mapa das áreas de preservação ambiental no município de São Gonçalo



O Mapa acima, com a presença das Áreas de Proteção Ambiental, indica a proximidade de Jardim Catarina (indicada pela forma vermelha) com áreas de manguezal e a APA de Guapimirim. Detalhe também para a Apa do Engenho Pequeno, na outra extremidade da cidade.

No que se refere à situação de saneamento básico do bairro, destacamos alguns dados: 45% dos domicílios estão ligadas à rede de esgoto (IBGE: Censo 2000). Porém, estudos indicam que somente 5% dos dejetos das residências e empresas da cidade são coletados e os canais e rios da cidade estão assoreados e poluídos, gerando risco de enchentes nos períodos de chuva (Plano Municipal de Segurança de São Gonçalo: Nufep/UFF, 2008); 60% das casas possuem integração com a rede geral de água (IBGE: Censo 2000). Contudo, de acordo com os moradores, estar ligado à rede não é garantia de abastecimento.

Abaixo apresentamos algumas reportagens de jornais do estado do Rio de Janeiro, com depoimentos de moradores que ilustram a situação de saneamento básico do bairro e abastecimento de água na região: “É com vergonha que mostro como o bairro de Jardim Catarina está abandonado. Na foto, a esquina da Rua Fernando Floriano e Avenida Santa Catarina” (fonte: www.globo.com/rios/bairros).

O bairro, completamente abandonado pela Prefeitura, não conta também com coletas regulares de lixo. A lixeira da foto, onde os porcos fazem a festa, fica na Rua Gonçalves Lêdo, ao lado de um colégio municipal (fonte: <http://g1.globo.com/VcnoG1/foto/0,,20482730-EX,00.jpg>).

Na casa de Dona Socorro Nascimento, a caixa d'água está seca. Ela não tem poço. Resultado? Roupas acumuladas e prejuízo. “Às vezes, pensamos em vender nossas casas, mas ninguém quer comprar. Quem vai querer se não há água?” (fonte: rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV).

Antônio da Silva diz que as contas da Cedae não param de chegar. O aposentado paga em média R\$ 30 por mês por um fornecimento irregular. “Tive que fazer um empréstimo pelo INSS, que vou pagar até 2009, para poder fazer um poço artesiano”, conta (fonte: rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV).

Se por um lado, pensamos que os problemas relacionados integram dilemas centrais referente ao saneamento básico de territórios periféricos, passíveis de serem observados, em São Gonçalo, mas também em outros, como Duque de Caxias, Nova

Iguaçu, ou Itaboraí. Por outro lado, nosso pressuposto nos indica que a história de ocupação e construção do Jardim Catarina vai nos levar elementos específicos fundamentais na organização deste território. A aproximação da dinâmica social e política e desta com a cidade, permitirá identificar questões de ordem local que influenciam na organização do espaço e no comportamento dos moradores.

2.2 Procedimentos metodológicos

Este estudo se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa, voltada para o levantamento dos problemas de saúde e ambiente dos moradores de Jardim Catarina e a compreensão de suas práticas de enfrentamento a tais problemas.

A fim de responder a nossas perguntas e atender aos objetivos da pesquisa, optamos por um caminho que dê acesso aos modos de produção e reprodução coletiva da vida nas periferias da região metropolitana do Rio de Janeiro. Foram, pois, selecionados como sujeitos da pesquisa os moradores envolvidos em organizações ou ações comunitárias, concebidos aqui como aquilo que os estudos qualitativos denominam atores ou informantes chaves (Becker, 1994). Compreende-se neste estudo que tais agentes possuem um horizonte particular de experiência e percepção dos problemas de saúde e ambiente do território. Tais como os trabalhadores sociais aos quais se refere Bourdieu, eles:

(...) são extraordinários “dispositivos analisadores práticos”: situados em pontos onde as estruturas sociais “estão em ação” e, por este fato, movidos pelas contradições destas estruturas, eles são obrigados, para viver ou sobreviver, a praticar uma forma de auto-análise que, muitas vezes, dá acesso às contradições objetivas de que são vítimas e às estruturas objetivas que se exprimem através delas (Bourdieu 1997; p. 693).

Sendo assim, os agentes sociais escolhidos como sujeitos da pesquisa, atuam como mediadores da comunidade, circulando entre “dois mundos”, que se encontram em conexão: o lado da cidade democrática, da luta por direitos universais, e o lado do Jardim Catarina, das redes, das interdições, dos “silêncios”, dos códigos culturais e das condutas ditadas pelas relações de poder local. Para Cunha,

“(...) a atuação deste ator social particulariza-se pela ação nas margens das esferas de poder instituído na comunidade, no caso a associação de moradores. Aproxima-se da liderança pelo conhecimento do jogo político, acumulado na prática no movimento comunitário, mas dela distingue-se pela forma de ação na luta. Diferencia-se dos demais moradores pela experiência no movimento e pelo conhecimento das regras do universo político” (Cunha, 1995, p. 393).

A autora destaca que estes sujeitos atuam em suas comunidades, principalmente, através da proximidade com os outros moradores, oferecendo outro ângulo de percepção das relações sociais, diferentemente das lideranças comunitárias tradicionais (Cunha, 1995). Neste sentido, suas formas de luta são variadas e diversificadas, pois, são pautadas tanto por suas experiências históricas, como também, por questões imediatas. Ou seja, buscam atender às necessidades dos moradores e a resolução de problemas estruturais, porém, sofrem com os mesmos dilemas característicos de um cotidiano adverso, complexo e contraditório, característico da dinâmica social das cidades contemporâneas e da política local de territórios de periferia.

Desenvolver um trabalho de campo, acompanhando grupos específicos exige alguns cuidados. Uma primeira questão para pensarmos a relação com sujeitos que fazem parte do “objeto de estudo” nos é apresentada por Alba Zaluar (1986): ao nos prepararmos para ir a campo, precisamos nos desfazer de certo “menosprezo” em relação ao outro, pois não podemos considerar esta relação pesquisador/outro dentro de uma lógica onde apenas o primeiro é possuidor de uma consciência histórica, enquanto o “nativo” se apresenta como incapaz de perceber a sua própria trajetória, como se tivesse parado no tempo (Zaluar, 1986).

Devemos olhar para o universo social e cultural dos sujeitos e considerá-los como produtores de conhecimento, identificando os significados que estes atribuem aos aspectos e cotidiano da vida. Daí a necessidade de um caminho que nos possibilite o acompanhamento sistemático dos sujeitos da pesquisa, através de visitas guiadas e de entrevistas em profundidade, bem como grupos de discussão para a apresentação de resultados e sua análise. Esta aproximação permite desvendar determinados processos sociais que contribuem para a configuração sócio espacial do território, reconhecendo grupos específicos e suas práticas. Possibilita ainda observarmos o conhecimento

produzido pelos diferentes grupos de moradores, suas percepções e os significados atribuídos a suas ações. Essa variedade de subjetividades não se coloca explicitamente, então, precisamos buscar seus códigos e significados, dialogando em conjunto com as pessoas num processo de construção compartilhado de conhecimento e saber (Minayo, 2006).

Ao partimos em busca de respostas para as nossas perguntas de pesquisa, nos dirigimos ao campo com uma série de teorias previamente estudadas, tentando encontrar neste lugar padrões de comportamento, valores e relações similares aqueles lidos nos livros, teses e estudos anteriores, sejam eles clássicos ou não. A nossa angústia, resultado desta corrida por respostas, se torna uma personagem constante na caminhada do estudo, pois, o encontro entre você, pesquisador, e o outro, aquele que você decidiu estudar vai proporcionar um incessante surgimento de questões, na maioria das vezes inesperadas.

Neste caso, a resposta tão aguardada vai se transformar em inúmeras dúvidas, perguntas e novos questionamentos. As etapas de produção de uma pesquisa nos parecem, no momento do trabalho de campo e no encontro com o outro, um procedimento às avessas: partimos de uma certeza e de modelos teóricos para nos defrontar com a incerteza da vida, do mundo dos humanos, das realidades percebidas por cada um deles, das experiências construídas e acumuladas historicamente (Morin, 2006; 2007). E é neste ponto que tudo pode acontecer.

Ao se defrontar com o inesperado, aquilo que foge ao método rigorosamente estipulado pela academia, devemos tomar uma das decisões mais difíceis: que papel assumir! Devemos encontrar a qualquer custo as tais repostas relativas às tais perguntas previamente formuladas, na segurança das salas de aula, ou devemos nos transformar, ser outro sujeito, um sujeito consciente que sua pesquisa pode ter uma consequência na vida do outro, na estruturas sócio-culturais do cotidiano de um lugar ou comunidade?

O caminho gerado pelo desenvolvimento de estudos acadêmicos não pode ser considerado como um caminho a parte dos fatos e eventos da vida dos atores que se busca “conhecer”. Bourdieu (1997) vai nos falar de “invasão cultural”, e neste sentido vale a pena destacar que a mais pretensa pesquisa em termos de imunidade e neutralidade em relação à vida das pessoas, inevitavelmente vai influenciar em algum ponto as relações e instituições sociais que estruturam o cenário do dia-a-dia destes personagens.

O exercício de estranhamento é a chave para conseguir produzir uma reflexão crítica a respeito de algo percebido e vivenciado pelas pessoas. Contudo, tanto o excesso de afastamento – em estudos urbanos se apresenta como uma tarefa inviável, pois, existe uma série de categorias semelhantes compartilhadas entre os moradores da cidade –, como o “encantamento” com a vida do outro podem causar distorções e influenciar as análises finais da pesquisa (Brandão, 2007). É o equilíbrio (como processo e não de forma estática) que deve ser buscado na relação entre o pesquisador e o outro.

Outro ponto a ser colocado são as seguintes questões: quem decidiu estudar sobre as práticas locais, experiências de vida ou culturas diferentes? Como foi o processo de tomada de decisão para a escolha do objeto de pesquisa? Foi um posicionamento exclusivo do pesquisador, ou foi algo compartilhado, surgindo também das necessidades do sujeito “alvo”? O fato de haver um problema identificado pelo pesquisador, mas que não foi levantado pelo “pesquisado”, não significa que exista falta de relevância na proposta ou que não mereça ser estudada – a contribuição que a ciência pode melhor oferecer à sociedade é justamente o levantamento de indagações, dúvidas, questionamentos e perguntas.

No entanto, pensar em um objeto de estudo, que esteja relacionado diretamente com pessoas e lugares onde o trabalho de campo será executado como metodologia, exige um diálogo com os atores locais tanto sobre a importância como a consequência de tal pesquisa, e principalmente, sobre os caminhos, acessos, e porque não obstáculos, que ela pode oferecer para a compreensão da vida local.

A percepção de que aquilo que ocorre com o outro, de alguma forma, afeta o que ocorre comigo poderia ser um primeiro passo para uma aproximação entre a responsabilidade na produção científica e a realidade social dos sujeitos. Se levarmos em conta estudos sobre saúde das populações, torna-se ainda mais necessário uma aproximação entre ética e produção de conhecimento científico. A superação de problemas de saúde vai exigir uma ampliação da compreensão das relações sociais, aproximando o campo científico do campo cultural, religioso e moral dos distintos grupos. Afinal, um problema de saúde, ou melhor, a análise da vivência de um problema de saúde não se reduz a uma abordagem única, mas a diversas perspectivas, ou seja, todas aquelas que estão presentes nas subjetividades e objetividades dos sujeitos (Rodrigues, 2005; Herzlich, 2005).

2.3 Etapas do Estudo

1ª Etapa: Caracterização da organização sócio-espacial do Jardim Catarina, segundo períodos históricos recentes, identificando as diferenças existentes no território

Buscamos aqui um caminho que articule o levantamento de marcos históricos fundamentais à ocupação e desenvolvimento da localidade, oriundos das bases de dados do poder público e de estudos técnicos e acadêmicos, aos procedimentos de investigação da história oral, que nos permitiram ter acesso à memória dos moradores a respeito dos processos que marcaram a formação do Jardim Catarina, e sua configuração sócio-espacial, com a conformação de diferentes micro-áreas. Neste sentido, na metodologia aqui adotada, a história oral “não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” (Alberti, 2004, p.29). Um meio que se articula a outros caminhos, de forma a compreender as questões deste estudo.

Caracterizar a constituição e organização do território, identificando os períodos históricos representou a obtenção de dados sobre os momentos de construção desta região e, ao mesmo tempo, nos fez perceber como certos acontecimentos e comportamentos favoreceram a construção de um imaginário que pauta, tanto subjetivamente, como materialmente, as condutas e as práticas de sobrevivência e proteção dos moradores diante das dificuldades do dia-a-dia.

A seguir, apresentamos um quadro que sistematiza as fontes de informação desta etapa, bem como os tipos de dados obtidos.

Quadro 01: Síntese dos procedimentos metodológicos da primeira etapa

Fonte	Dados levantados
a) Banco de dados de acesso público: IBGE; Prefeitura do Município de São Gonçalo	Dados de ocupação e expansão da localidade; delimitação das micro-áreas; dados censitários; utilização do solo.
b) Estudos acadêmicos	Dados de ocupação e expansão da localidade em articulação com o desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro; uso do solo; políticas

	públicas implantadas.
c) Depoimentos Orais – roteiro aberto (Anexo 1)	Ocupação e expansão da localidade; origem social dos moradores e sua relação com o desenvolvimento econômico da região; relação com diferentes agentes sociais ao longo do tempo (poder público; igreja etc); diferenciações nas micro-áreas
d) 1º Encontro com Jovens do bairro	Levantamento de informações referentes à família e aos costumes e tradições do passado e presente

No que se refere à amostra para os depoimentos orais, considerando os procedimentos da história oral, os critérios de seleção fundamentaram-se na particularidade do lugar social ocupado pelo entrevistado, e sua potencialidade em fornecer dados relevantes à compreensão do desenvolvimento e configuração histórica social do território. Assim, como critério para definição dos participantes, observamos o tempo de vida dos moradores no bairro, em particular nas diferentes micro-áreas que obedecem a diferentes tempos de ocupação. A cada citação de depoimento e narrativa, respeitamos o sigilo das identidades dos sujeitos, tratando-os através de siglas relativas aos nomes próprios e ainda alterando suas denominações (ex: moradora Maria passa a ser moradora N. ou P.; agente de saúde Paula, transformou-se em agente de saúde L.).

Tendo como base a história o loteamento, a proposta inicial, apresentada no projeto de pesquisa, previa moradores das mais diversas micro-áreas. No entanto, a dificuldade em acessar não só estes territórios, mas seus habitantes, fez com que ao longo da pesquisa a seleção dos entrevistados sofresse algumas alterações.

Conhecendo e caminhando pelo bairro o que acreditávamos ser uma micro-área se transformou em duas ou três. O que era chamado de Ipuca virou Ponto-Final, Maré e “Fundão da Ipuca”. O Catarina Novo foi dividido em Novo e Conjunto da Cehab ou “Conjunto da 40”.

Na primeira proposta de metodologia desenhamos as entrevistas com a seguinte divisão espacial e critério de seleção:

- 01 morador da Micro-área Catarina Velho – Residir no mínimo 40 anos na região;
- 01 morador da Micro-área Catarina Novo – Residir no mínimo 30 anos na região;
- 01 morador da Micro-área Catarina Novíssimo – Residir no mínimo 20 anos na região;
- 01 morador da Micro-área Ipuca – Residir no mínimo 20 anos na região;
- 01 morador da Micro-área Pica pau – Residir no mínimo 10 anos na região.

O número mínimo de participantes foi respeitado, concluindo com um total de 07 moradores antigos entrevistados. A única mudança se refere à falta de um morador do Catarina Novíssimo. Um dos motivos para esta alteração é a falta de clareza na divisão sócio-espacial do Jardim Catarina. Pois, esta micro-área sempre esteve integrada ao Catarina Novo. Apenas na década de 1990, em função de algumas intervenções urbanísticas pontuais, que privilegiaram apenas uma parte das ruas e micro-áreas do bairro, foi quando houve a diferenciação entre o Novo e Novíssimo.

Após a revitalização das vias, canteiros, pavimentação e criação de calçamento, o restante do bairro passou a se dirigir a área beneficiada por estas melhorias de Catarina Novíssimo. Mas para seus moradores, ali sempre foi conhecido como Catarina Novo. Neste caso, é o “lado de fora” da micro-área que não os vê como semelhantes, com definição de critérios de diferenciação, distinção social e estética determinados pelos próprios moradores. Esta divergência de imagem e identidade produz processos distintos de coletividades, que interferem nos meios de articulação política entre as localidades do bairro e na solidariedade entre elas (Bourdieu, 2007).

Outra dificuldade foi a realização de um encontro comunitário para a discussão sobre o andamento desta pesquisa junto com os moradores participantes. Previsto no projeto de pesquisa, não foi possível realizar esta atividade. Por motivos de trabalho e das obrigações do cotidiano e também pela idade avançada de alguns entrevistados tornou-se inviável a realização de um encontro que conseguisse agregar todos em um só momento. Também, nesta etapa, muitas dúvidas e questões novas foram surgindo, existindo a necessidade de desenvolver uma revisão bibliográfica mais completa e busca

por dados secundários para uma melhor comparação com as informações coletadas através da história oral dos antigos habitantes.

No lugar deste encontro realizamos outro com jovens do bairro, com idades entre 18 e 21 anos. Diferente do primeiro grupo, os jovens já atuavam em um mesmo espaço, onde funciona um centro cultural. Aproveitando um projeto já existente com atividades culturais e de lazer e contando com o apoio da instituição local, mobilizamos esses jovens e, apresentamos uma nova proposta de trabalho.

Buscando integrar a família e tendo como foco o objetivo desta etapa (“caracterização histórica do lugar e suas diferenças sócio-espaciais”), pedimos aos jovens que realizassem um questionário com seus pais, irmãos e avós, perguntando sobre costumes e condições de vida do passado no Jardim Catarina e, posteriormente, comparando com a percepção que eles têm (os jovens) sobre o contexto do bairro atualmente.

Ao todo participaram 11 jovens e os resultados foram trabalhados ao longo desta pesquisa, ajudando na identificação de diferenças nos comportamentos, nas formas de organização familiar e nos valores e transições históricas no bairro. O que contribuiu na reconstrução da trajetória de vida do bairro e da sua população, dando visibilidade a seus aspectos culturais, aos problemas de saúde e às suas práticas de enfrentamento.

2ª Etapa: Mapeamento dos principais problemas de saúde e ambiente do Jardim Catarina.

O mapeamento dos problemas de saúde e ambiente do território se deu através de levantamento de dados secundários, presentes em bases de dados de acesso público, de visitas guiadas e entrevistas em profundidade com moradores atuantes e integrados em ações comunitárias e instituições locais.

Os indicadores sociais e ambientais foram extraídos da base de dados dos setores censitários do IBGE (Censo 2000), onde cada micro-área foi identificada, permitindo a comparação entre localidades do bairro, evitando que os dados gerais do Jardim Catarina obscurecessem a dinâmica social e heterogênea dos territórios. Os sites oficiais do governo do estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura de São Gonçalo também serviram para a retirada de mapas e gráficos que tratavam das características ambientais, político-administrativas e espaciais da cidade. Os temas buscados foram: indicadores de

infra-estrutura urbana e meio ambiente, de saúde e educação, renda, serviços, cultura e lazer.

Um outro encontro com jovens do bairro também foi realizado. Mas, desta vez o foco foi os especificamente os problemas de saúde e ambiente da comunidade e as possíveis práticas locais. Para facilitar esta atividade foram distribuídas máquinas fotográficas descartáveis a cada dupla de jovens moradores, cada equipamento contanto com 20 fotografias. Eles tiveram 15 dias para registrar as imagens do próprio cotidiano, especialmente o ambiente do lar, da escola, das ruas e dos espaços de lazer. A quantidade de imagens e a discussão posterior através de uma dinâmica de apresentação das fotos permitiram o conhecimento, mesmo que parcial, do universo da juventude do Jardim Catarina e sua relação com a família e com a comunidade.

As entrevistas em profundidade foram realizadas nas moradias e nos locais de trabalho dos sujeitos. E serviu para levantar os principais problemas de saúde e ambiente, buscando as aproximações, diferenças e conflitos entre os sujeitos. Este método contribuiu também para a descoberta de novos documentos e fontes, permitindo revelar os aspectos fundamentais para a compreensão social da área de estudo, e para uma aproximação entre pesquisador e entrevistados (Thompson, 1991).

A perspectiva inicial era de 10 entrevistas em profundidade, sendo selecionados participantes oriundos de partes distintas do bairro, sendo 02 moradores por região. O diferencial nesta etapa foi o critério de seleção que incluiu o fato de que os sujeitos deveriam participar de organizações comunitárias ou ações coletivas distintas, garantindo uma maior variedade de informações, de pontos de vista e de diversas formas de se relacionar com a vizinhança e meio social.

Para as entrevistas, foi elaborado um roteiro aberto (Anexo 02), de forma a permitir maior liberdade ao entrevistado na expressão dos seus relatos e na exposição de suas experiências a respeito dos problemas. Evitando assim que nossa visão preliminar a respeito da realidade do lugar condicionasse as resposta.

Durante este procedimento tivemos dificuldade de agendar entrevistas com moradores do “Conjunto da 40”. As informações sobre esta micro-área surgiram dos relatos de membros de outras localidades. Chamado por muitos de “Favela da 40”, o conjunto assume uma posição marginal em termos espaciais e sociais no loteamento. Simbolizado como um local violento foi no depoimento dos jovens, durante o encontro, que encontramos as denominações mais radicais:

Todo mundo diz que no Catarina só tem marginal e violência. Mas aqui é tranquilo. O único lugar violento aqui é lá na 40. É lá que tem tráfico e tiroteio. Eu mesmo nunca escutei um barulho de tiro, mas tenho um amigo meu que mora perto do Conjunto e diz que ouve toda hora (Jovem P. J)

O imaginário e os fatos concretos são os elementos que ditam as caracterização do Conjunto da 40. Porém, deve-se ter cuidado ao descrever este lugar. Os dados (as falas dos moradores) podem se tornar enganosos se apresentados de maneira acrítica (Becker, 1994). Realmente, pelos indicadores do IBGE, a área que abrange o conjunto apresenta algum dos piores dados em termos de condições materiais das famílias do bairro. Os baixos índices de renda e educação, somados ao depoimento de quem apenas “houve dizer” podem criar uma interpretação equivocada em relação ao contexto desta micro-área. Ao invés de caminhar na direção da compreensão dos problemas e das práticas, corre-se o risco de contribuir ainda mais para a precariedade social de territórios e populações.

O diálogo entre dados quantitativos e qualitativos, não representam a totalidade dos fenômenos sociais. Mesmo quando apresentamos indicadores estatisticamente confiáveis, as fontes de informação silenciam ou distorcem sistematicamente a realidade estudada, principalmente em se tratando de grupos populares. Um documento pode ser mais revelador do que mil documentos estereotipados, “quer dizer, funcionam como indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral não deixa transparecer” (Ginzburg, 1989).

Por detrás destes sinais expressos pelo morador da periferia, que surgem silenciosamente como pistas, podemos encontrar o verdadeiro sentido das redes de significados culturais e sociais, que por outros métodos seriam inacessíveis (Ginzburg, 1991). É o caso do Conjunto da 40 e outras micro-áreas não acessadas ao longo da pesquisa, pois suas “barreiras” não estavam claramente definidas, mas foram sussurradas pelo o tom da voz dos entrevistados ou pelo silêncio após uma simples pergunta: “Mas afinal, o que acontece no Conjunto da 40?”

Outro método utilizado foi a visita guiada, consistindo em excursões pelas diferentes micro-áreas e sendo realizadas com o auxílio dos mesmos sujeitos das entrevistas. Entretanto, buscamos diversificar “os guias”, visando gerar uma maior

riqueza em termos de relatos ao longo das “caminhadas” e, também, uma maior segurança para os próprios sujeitos, evitando que uma mesma pessoa fosse excessivamente vinculada à pesquisa e à presença do pesquisador no Jardim Catarina.

Nesta etapa, a meta era comparar as características e diferenças sócio-espaciais. Ao identificar e visualizar alguns pontos centrais na observação de campo (Anexo 03) realizamos um comparativo entre as informações oriundas das entrevistas, a organização sócio-espacial e os dados secundários oficiais.

A partir daí, criamos um mapa dos problemas de saúde e ambiente, visualizando a espacialização da situação de saúde e ambiente do bairro, de forma a analisar e relacionar a organização sócio-espacial com a ocorrência de problemas e as práticas de enfrentamento. Este primeiro exercício de mapeamento direcionou a pesquisa para a identificação das práticas dos próprios moradores.

Após estes procedimentos, com o auxílio de imagens disponíveis publicamente (imagens de satélites gratuitas - Google earth) criamos nosso mapa dos problemas de saúde e ambiente de Jardim Catarina, onde em um seminário final disponibilizamos estes dados aos moradores e as instituições comunitárias. Acreditamos que esta seja uma maneira de facilitar a discussão, pois permitimos uma melhor visualização do território, onde cada sujeito pode se identificar nele, questionando-o, debatendo-o, acrescentando informações ou simplesmente identificando-o com a região onde vive e onde se relaciona. O mapa dos problemas de saúde e ambiente também constitui um importante instrumento de discussão com os moradores, bem como pode oferecer subsídios para ações políticas.

3ª Etapa: Descrição das práticas locais dos moradores no enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente

A identificação e descrição das práticas frente aos problemas de saúde e ambiente foram realizadas a partir das entrevistas em profundidade e das visitas guiadas, já explicitadas na etapa anterior e, complementadas através de uma observação participante no ambiente do Jardim Catarina.

A observação participante se deu nos espaços de atuação política dos sujeitos, em suas residências, nos lugares de lazer, nas vias, em templos religiosos e nos fóruns comunitários. Interpretando os detalhes do dia-a-dia que caracterizam as formas de agir dos moradores e analisando-os com a ajuda do campo teórico crítico da antropologia

visamos articular o mais singelo elemento do ponto de vista do “micro”, com os contextos mais amplos e complexos, que interferem diariamente nas relações e culturas locais (Vogel & Mello, 1993). Através deste método foi possível não apenas descrever as práticas, mas observar os processos e eventos que as estruturam e as dinamizam.

Elementos do cotidiano citados ou ocultados nas etapas anteriores foram observados neste procedimento metodológico. Observamos contradições entre o discurso e a prática, estratégias de defesa frente aos obstáculos representados pelos problemas vividos, assim como, formas de representação social e de organização e ação na tentativa de superá-los.

Cientes que esta atividade não deu conta da totalidade e da riqueza das manifestações e traços culturais dos moradores, conciliamos com este exercício aspectos referentes ao cenário do bairro, à fala dos moradores e ao ato em si, ou seja, como eles enfrentam os problemas e suas aparições imediatas e estruturais.

A visualização da segunda e terceira etapa, ocorridas concomitantemente, pode ser observada no quadro a seguir.

Quadro 02: Síntese dos procedimentos metodológicos das segunda e terceira etapa

Fonte	Dados levantados
a) Banco de dados de acesso público: IBGE; Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura do Município de São Gonçalo	Indicadores de infra-estrutura urbana e meio ambiente, de saúde e educação, renda, serviços, cultura e lazer
b) Entrevistas em profundidade com moradores envolvidos em ações comunitárias – roteiro (anexo 02)	Principais problemas de saúde e ambiente; práticas de enfrentamento aos problemas por eles apresentados
c) Visitas guiadas – Elementos a serem observados (anexo 03)	Características e diferenças sócio-espaciais; identificação dos problemas e práticas de enfrentamento;
d) Observação Participante	Eventos e elementos do cotidiano que limitam ou contribuem para a realização das práticas de enfrentamento;

	Eventos e elementos cotidianos que agravam ou amenizam os problemas de saúde e ambiente do Jardim Catarina
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4ª Etapa: Análise da influência da organização sócio-espacial do Jardim Catarina na ocorrência dos problemas de saúde e ambiente e das práticas locais de enfrentamento destes.

A última etapa da pesquisa diz respeito fundamentalmente à análise dos dados coletados e sistematizados nas etapas anteriores. Buscamos aqui, relacionar as informações obtidas, e particularmente os resultados anteriores (processo de ocupação e configuração espacial; mapeamento dos problemas, descrição das práticas), de maneira a responder nossa principal pergunta e compreender as práticas de enfrentamento dos moradores de Jardim Catarina, considerando a configuração do território.

Desta forma, compreendê-las representa fazer uma conexão entre a configuração espacial e as normas, condutas, disputas de poder, redes de solidariedade e os conflitos, mediados pela experiência prévia destes problemas, pelas condições atuais para enfrentá-lo e pelo planejamento futuro, onde o sujeito colocará na balança as possibilidades e os pontos positivos e negativos, ou seja, aquilo que representa as prioridades de momento (Sader, 1989; Oliveira & Valla, 2001).

A partir dos resultados parciais realizamos um encontro com os sujeitos da pesquisa intitulado *I Seminário da História e Cultura do Jardim Catarina*. Foram convidados a participar tanto os moradores antigos, que atuaram na primeira etapa deste estudo, como aqueles que estão envolvidos em organizações comunitárias ou ações coletivas, presentes nas etapas metodológicas posteriores. O evento ocorreu em dezembro de 2010 e foi dividido em dois dias, no primeiro o tema foi “*Lutas e Movimento Sociais do Jardim Catarina*”, onde apresentamos os resultados relacionados a este assunto, focando nas diversas formas de mobilização histórica que conhecemos durante a pesquisa.

No segundo dia a temática era “*Trajetórias e Memórias*”, e o objetivo desta discussão era dar visibilidade tanto as histórias e experiência de vida de alguns personagens do bairro como destacar a importância da memória e da linguagem local na produção de conhecimento e construção de formas de superação de situações limites.

Em ambos os dias lideranças, profissionais de saúde, professores da rede pública e pesquisadores tiveram a oportunidade não só de conhecer um pouco mais sobre a história da formação e dos movimentos sociais do bairro, como também, puderam aproximar suas experiências e saberes.

Pretendeu-se, em particular, exibir e discutir o mapa dos problemas de saúde e ambiente e a sistematização das práticas de enfrentamento. Mas o encontro foi além. A partir desta interlocução houve uma revisão dos resultados preliminares da pesquisa, consolidando alguns pontos e exigindo a alteração de outros. O objetivo era garantir que a pesquisa fosse desenvolvida dentro dos interesses acadêmicos, dialogando com o referencial teórico, porém, em debate com os sujeitos e com a realidade concreta dos lugares em questão. Serviu para não permitir que este estudo alcançasse apenas um status científico, na verdade, fez com que alguns moradores percebessem não só a importância de suas práticas, como o papel central que cada um deles possui nas relações do cotidiano e nas mudanças históricas do Jardim Catarina.

2.4 Considerações Éticas

O projeto que deu origem a esta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública (CEP/ENSP), em sua reunião no mês de maio de 2010. Esta pesquisa respeita as diretrizes e normas reguladoras estabelecidas pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde 196/96, que têm como princípios básicos o livre consentimento dos indivíduos pesquisados, beneficência, a previsão de danos à integridade física, psicológica e social dos sujeitos da pesquisa e a relevância social, vantagens e proteção para os indivíduos e coletividades a serem estudadas.

Nas etapas de realização de entrevistas e observação participante buscou-se assegurar o sigilo das informações prestadas e a privacidade e anonimato dos participantes. Um termo de “Consentimento Livre e Esclarecido”, informando sobre a ciência a respeito dos objetivos deste estudo, seus riscos e benefícios foi assinado pelos sujeitos da pesquisa e moradores antigos. No caso da etapa 01, constou no termo a previsão de retorno dos conteúdos das entrevistas ao morador. Na etapa 02, as informações coletadas através das entrevistas com os sujeitos participantes de organizações ou ações coletivas comunitárias foram guardadas com segurança, e os

documentos e arquivos digitais referentes à pesquisa serão armazenados no computador do pesquisador, sob senha, pelo tempo mínimo de 05 anos.

Uma medida para diminuir o risco de exposição dos entrevistados perante a comunidade do bairro, e a vinculação direta destes aos resultados foi a utilização de pessoas diferentes como “guias” nas visitas e a busca por uma variedade de sujeitos nas entrevistas. Além de garantir o rigor acadêmico, a diversidade de participantes, moradores de áreas distintas, permitiu que os dados levantados por este estudo fossem tratados de forma agregada. A discussão no encontro (etapa 04) permitiu que as informações não sejam individualizadas, mas, relacionadas ao contexto do próprio bairro.

CAPÍTULO 03 - Das chácaras à efervescência da vida cotidiana no maior loteamento da América Latina

A origem do bairro de Jardim Catarina deve ser compreendida no âmbito do processo histórico de formação da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A partir dos anos 30 e 40, o cenário social e político do país, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, passou por mudanças profundas. Com a crise do regime político oligárquico, originada pelas crises econômicas e sociais, os estados de São Paulo e Minas, principalmente, viram sua hegemonia, ditada pelas relações da antiga república, dar lugar a um Estado mais centralizador, iniciado a partir da Revolução de 30, tendo a frente o governo de Getúlio Vargas. Da mesma forma, a economia tradicional da “república velha”, agrária e voltada para o mercado exportador, sofreu forte baque após o início da segunda guerra mundial (Valladares, 2005). Os países europeus reduziram drasticamente suas importações, afetando em cheio os proprietários de terras brasileiros, além, é claro, do próprio mercado interno nacional. Pois, diversos produtos industriais deixaram de chegar aos portos do país, devido à dedicação exclusiva dos países centrais ao conflito mundial (Silva, 2005).

Com estas mudanças no âmbito internacional, o Brasil se viu na necessidade de promover uma transformação na estrutura de sua sociedade. As antigas formas de fazer política e o próprio modelo econômico tiveram que buscar novas maneiras de funcionamento, adaptando-se ao contexto daquela época e ingressando em um processo de urbanização e industrialização de suas principais cidades.

Particularmente no Estado do Rio de Janeiro, tendo a cidade do Rio como a capital nacional, as mudanças foram consideráveis. As grandes fazendas das cidades fluminenses perderam o status central de eixo exportador de produtos agrícolas para, aos poucos, serem vendidas e transformadas em áreas para instalação de fábricas e loteamentos urbanos, buscando assim, oferecer estrutura básica às primeiras industriais, e para o acolhimento das camadas populares como fonte de mão-de-obra e mercado consumidor. Diante de um discurso político de reformulação da economia, com o foco na cidade moderna e industrial, muitos trabalhadores deixaram o campo, migrando para os centros na procura por emprego e oportunidades, direitos sociais e novas formas de consumo, individual e coletivo (Valladares, 2005; Silva, 2005).

O governo federal iniciou neste período uma série de políticas voltadas para uma nova classe de trabalhadores. Os Institutos de previdência (IAP), uma nova legislação trabalhista, serviços de saúde e de ensino foram criados para garantir à população urbana elementos necessários para a sua reprodução e consolidação. O Estado passa a ser o principal provedor das garantias sociais e o grande agente na transformação e mediação do modo de vida da sociedade brasileira (Oliveira, 1999).

Na área da moradia, os IAPs foram criados para absorver o proletariado e suas famílias, permitindo uma proximidade destes com as indústrias. Inúmeras regiões foram expandidas e ampliadas com auxílio de grandes vias de comunicação territorial (exemplo: construção da Av. Brasil em 1946). As áreas suburbanas e as periferias metropolitanas se tornaram espaços voltados para a consolidação deste recente processo de produção e crescimento econômico.

No entanto, as diversas políticas governamentais, centradas no modelo capitalista de cidade, não foram suficientes para oferecer oportunidade de trabalho e moradia para os milhares de imigrantes, recém chegados. Os institutos de previdência, por exemplo, eram voltados para os indivíduos que já estavam de alguma forma, inseridos no mercado formal, com capacidade de endividamento e aquisição de crédito junto às instituições públicas. Era um momento em que o país se voltava quase que exclusivamente para os centros urbanos. Não havia uma política capaz de garantir direitos sociais e políticos aos homens do campo e da cidade ao mesmo tempo, o que gerou uma intensificação nas diferenças sociais e econômicas que já pairavam nas metrópoles do país.

Com o forte investimento no espaço urbano, o que ocorreu foi uma acelerada valorização do custo das terras e dos imóveis nos principais centros. O novo formato desigual da estrutura social do país dificultou a vida de muitos indivíduos – e a sua luta por acesso a essa “nova” cidade –, que tiveram que buscar abrigo em favelas, cortiços e loteamentos clandestinos e distantes, tanto no município do Rio de Janeiro como nas demais cidades da região metropolitana. Com o passar dos anos, os subúrbios já não eram suficientes para absorver as camadas de trabalhadores, e cidades como São Gonçalo, bem como bairros como o Jardim Catarina, começam a ganhar importância e posição política neste contexto de transformação nacional.

Até os anos de 1950, São Gonçalo sempre foi um dos principais centros econômicos do estado do Rio de Janeiro. Tanto no século XIX, como nas primeiras

décadas do século XX, representava uma das principais regiões de produção agrária do estado, possuindo papel central no comércio de exportações. No entanto, nos anos 40, viu suas terras serem vendidas e loteadas, através da parceria entre a iniciativa privada e o poder público. A prefeitura local, por exemplo, neste período, decretou algumas leis de reformulação territorial e de uso do solo que confirmaram a nova reorganização urbana (Braga, 1998).

Em 1944, a cidade foi dividida em 05 distritos: Centro (São Gonçalo), Sete Pontes, Neves, Ipiúba e Monjolos. Estes dois últimos distritos eram regiões ocupadas quase que exclusivamente por plantações de café, cana e laranja, até o início de 1950. A partir do fechamento de suas fazendas e com a nova remarcação territorial, esta região voltou-se para a prática de loteamento, destinada a receber pessoas vindas do interior da região sudeste e nordeste, que encontravam ali terra disponível e barata para a construção de suas moradias.

Neste período, São Gonçalo também vivenciou seu ciclo industrial. Em 1943, 203 fábricas e pequenas oficinas já estavam cadastradas na prefeitura (Braga, 1998). Esta realidade fez com que muitos trabalhadores de outras cidades do estado, principalmente, aqueles que não conseguiam se estabilizar no Rio ou Niterói fossem em busca de um lugar para viver e trabalhar no município. O loteamento de Jardim Catarina torna-se assim, um dos principais locais de procura por moradia, somando para a expansão da malha urbana da cidade.

Vale lembrar que a construção de duas grandes vias no município nos anos 50, a RJ-104 e RJ-106, contribuiu ainda mais para a ocupação do seu interior, facilitando o acesso a bairros como Jardim Catarina, Santa Luzia e Laranjal, conectando São Gonçalo a cidade de Itaboraí e região serrana. A linha de trem Leopoldina, criada em 1870, também já percorria São Gonçalo, ligando a cidade de Niterói a Campos. Porém, com o declínio do transporte ferroviário e, sua substituição gradativa pelas rodovias e automóveis, já a partir dos anos 70, diversas estações começaram a ser desativadas ao longo da linha. É verdade que não havia estações na altura de Jardim Catarina, pois, a mais próxima se encontrava no atual bairro vizinho de Santa Izabel. Mas, de qualquer forma, este segmento de transporte auxiliou na ocupação em direção ao distrito de Monjolos, sentido Itaboraí.

Mesmo com as mudanças no padrão econômico, São Gonçalo não perde seu papel de protagonista na economia estadual, sendo responsável pela oferta de matéria prima

para as áreas de construção civil, indústria alimentícia, metalurgia, área química e cerâmica e vidro. Esta importância se traduz no fato de que sua produção interna eleva a cidade ao posto de segundo município produtor do Estado (Braga, 1998), abastecendo grande parte das fábricas da Região Metropolitana do Rio (RMRJ) nas décadas de 40 e 50.

No entanto, cabe destacar que sua urbanização é concentrada. Mesmo com todas as modificações nas legislações sobre uso do solo, e a liberação para novos loteamentos, foram os bairros mais próximos ao centro (Alcântara e Zé garoto, p.ex.) os primeiros e praticamente os únicos a receberem melhorias públicas de infra-estrutura, como construção de hospitais e escolas, pavimentação de ruas, melhoria no sistema de transporte e construção de moradias para os trabalhadores da indústria.

Assim, as antigas áreas de fazendas, como é o caso do distrito de Monjolos, criadas para receber os novos trabalhadores da cidade, permaneceram esvaziadas e distantes do centro administrativo e econômico de São Gonçalo, mantendo por um bom tempo seu aspecto semi-rural. O fato demonstra que conforme São Gonçalo ocupa uma posição de destaque na RMRJ, se produz uma desigualdade econômica e social na organização do espaço, fundando uma heterogeneidade que caracteriza a região até os dias de hoje.

Os pioneiros na chegada ao Jardim Catarina encontraram um lugar de mata rasteira, com grandes áreas alagadas e muitas árvores frutíferas. O terreno era arisco, com muitas rugosidades, lagos e pântanos. As poucas casas que ali existiam, ficavam afastadas uma das outras, conectando-se pelos poucos caminhos estreitos no meio do mato, por onde passavam além de pessoas, bois, cavalos e outros animais:

O Catarina era mato, chácara, lagoa, mangue. Não existiam ruas e nem ônibus. Aqui não tinha luz elétrica e nem água. A gente vivia da plantação mesmo. Eu pescava nesses rios aí e colhia fruta direto das árvores (...). De noite você não via nada, era uma casa aqui e outra lá embaixo (morador Z.C.).

Nas palavras do morador fica claro a relação entre o modo de vida do Jardim Catarina nas suas primeiras décadas e o tipo de vida do campo. As condições materiais e de consumo, típicas das grandes cidades, ainda careciam no bairro. Serviços públicos, fornecedores de bens e recursos, praticamente eram inexistentes. A distância entre o

bairro e o centro de São Gonçalo, impossibilitava que os primeiros donos de lotes passassem a adotar o estilo de vida citadino. A criação de animais e o cultivo de pequenas hortas permitiam a sobrevivência daqueles que ocupavam o loteamento. Devido à baixa circulação de dinheiro, os poucos comércios que ali se instalaram aceitavam que seus clientes pagassem suas contas com sacas de aipim, cana de açúcar ou frutas. Z.C., que se diz representante da oitava família a se mudar para o Jardim Catarina, explica como ele fazia para garantir o sustento de seus 03 filhos pequenos:

Nós passávamos muito aperto naquela época. Os pequenos eram os que mais sofriam. Quando eles tinham que comer alguma coisa, eu pegava alguns aipins e fazia um mingau pra eles. Assim, ninguém passava fome (...). Às vezes eu levava uns aipins e frutas que eu plantava aqui mesmo e trocava lá na venda do seu Rubens, por algum pedaço de carne ou ovo. Mas tinha vezes que ele já tava cheio de aipim e aí não dava pra trocar nada. Porque dinheiro mesmo a gente não tinha.

Para Eunice Durham, o problema de trabalhar com o espaço urbano é que sua heterogeneidade social impossibilita metodologicamente desenvolver observações exclusivas sobre comportamentos humanos e suas relações entre ação e representação. No processo de transformação social, as análises de cultura devem ser elaboradas de acordo com as consciências que dela tem os portadores de culturas, mas também, considerando os aspectos inseridos na transição do real em espaço urbano, ou seja, “o que representava os padrões culturais antes e como eles se reformulam hoje, nas condições concretas da realidade” (1977).

A aplicação do conhecimento rural pode ser considerada como uma das principais estratégias para a reprodução da vida no loteamento em sua primeira fase de ocupação. A distância em relação à cidade, à falta de infra-estrutura, à baixa densidade demográfica e a própria origem dos novos ocupantes do bairro exigiam a permanência de antigos laços e formas de relações sociais e de consumo. O avanço da cidade e sua modernização restringiam-se aos movimentos dos carros e trens nas principais vias da que passavam na extremidade sul do bairro. Porém, sem estações para acessar as ferrovias, e a falta de linhas de ônibus para ingressar nas rodovias, a vida em Jardim Catarina parecia funcionar à parte do restante do município. Veja a passagem abaixo, quando o morador expõe suas opções de lazer naquela época:

Antigamente, eu não ia pra Alcântara e nem ao centro de São Gonçalo. Nosso lazer era ir pro forró na casa de algum vizinho. Fazíamos festas entre nós mesmos. Eu pegava o caminho de terra e “me ia embora”. Andava de madrugada por estas terras aí sem problema nenhum. Era tudo escuro. Tinha um morador, já falecido, que costumava sempre matar um bezerro e colocar pra assar pro povo. Aí a festa estava pronta. Ia por toda a noite (morador Z.C.)

No depoimento acima, a relação apontada entre os moradores nas confraternizações do bairro evidencia três elementos chaves relacionados ao modelo de vida nos anos 40 e 50: primeiro, a cultura do migrante do campo – criação de animais, tipo musical (forró) e festas com “bezerros assados”; segundo, a relação de vizinhança e proximidade com os demais moradores, com eventos organizados por eles mesmos e; terceiro, o fato de limitarem seu movimento de mobilidade ao interior do próprio Jardim Catarina.

Para os poucos que se aventuravam a sair do bairro, as caminhadas até Alcântara duravam o dia inteiro. Apenas necessidades emergenciais faziam os habitantes se deslocarem para fora das fronteiras do Jardim Catarina. A busca por emprego, por ensino e o atendimento hospitalar eram consideradas as poucas razões para esta mobilidade:

Quando eu tinha que ir a Alcântara, eu levava o dia todo a pé. Saía de manhã e só voltava à noite. Era muito chão. Até hoje é longe. Antigamente só tínhamos uma charanga velha que vinha aqui perto da Ipuca buscar os moradores, mas quase sempre não tinha lugar pra todo mundo. O jeito era ir a pé. E quando ela enguiçava? Ih... (moradora D.M.)

A moradora deixa claro o desgaste que representava sair do bairro. Trabalho para ela deveria ser encontrado ali mesmo, próximo de casa. As poucas famílias que conseguiam emprego fora do bairro serviam de oportunidade de renda para as restantes que ficavam:

Eu sempre trabalhei na casa de pessoas aqui mesmo, cuidando dos filhos de quem tinha que trabalhar fora. Eu ajudei a criar todo mundo aqui (...). Trabalhei minha vida

inteira e, até hoje eu trabalho. Limpava casa, fazia comida, cavava poço e plantava legume pra vender, tudo aqui dentro mesmo. Sempre fui trabalhadeira. (moradora D.)

A dinâmica interna do Jardim Catarina obrigava que seus habitantes encontrassem formas de subsistência no próprio loteamento: plantar, criar animais, cuidar das casas e filhos de quem trabalhava fora, realizar serviços caseiros, cavar poços etc. Ações estas bem distintas do trabalho característico do novo proletariado urbano que surgia no Brasil. Percebemos que as formas de se relacionar com o ambiente e a falta de alguns serviços alimentavam entre os moradores a preservação de mecanismos tradicionais, que se tornaram centrais no enfrentamento de dificuldades cotidianas:

Aqui, quando alguém ficava doente, não tinha esse negócio de hospital não. No Catarina não tinha hospital, nem médico. Quem cuidava das crianças e dos doentes eram as benzedadeiras, as mães de santo, as parteiras... Se o camarada ficava doente, procurava logo mãe de santo pra fazer uma reza e passar algum remédio. Até hoje, elas atendem. Mas, antigamente tinha muita rezadeira no Catarina (Moradora A.M.)

Em conclusão, viver na cidade neste momento, para os habitantes do Jardim Catarina, representava reconstituir no lugar as possibilidades de sobrevivência que suas experiências de vida anteriores permitiam, levando em conta os processos de reorganização das representações nas práticas sociais, representações estas que são simultaneamente condição e produto desta prática (Durham, 1977).

Os limites impostos a estes primeiros ocupantes do Jardim Catarina se traduz de forma particular no campo da saúde, uma vez que a realidade destes moradores era bem distinta de uma parte crescente dos trabalhadores urbanos, inseridos em um sistema que vinha sendo implantado e controlado de forma verticalizada, através de instituições públicas específicas (IAPs, Ministérios do Trabalho, da Educação e Saúde e CLT) (Teixeira, S. M. & Oliveira, J.A, 1985; DRAIBE, S. M, 1993). Dentro deste sistema, os cidadãos com direitos à assistência social seriam somente aqueles que apresentassem vínculo a alguma ocupação definida em lei, o que Santos vai chamar de “cidadania regulada” (1979).

Como a oferta de benefícios e serviços era diferenciada por categorias e tipos de contribuição trabalhista, a medicina previdenciária tornava-se exclusiva para aqueles incluídos no sistema produtivo formal. Na periferia que surgia, as práticas de saúde

pautadas por padrões culturais, tornavam-se, praticamente, a única possibilidade de atendimento à saúde. Para enfrentar as dificuldades de uma vida de restrições no meio urbano, a fé e a espiritualidade do homem do interior - com forte presença de culturas tradicionais e afro-descendentes - foram centrais para a consolidação do lento processo de reprodução da vida e formação do bairro.

Personagens importantes, as lideranças religiosas contribuíram para que um lugar vazio em termos de habitantes, com poucas casas e quase nenhuma rua, se configurasse como comunidade, avançando assim sobre o tempo e abrindo suas portas para o crescimento do que é hoje o Jardim Catarina. Os laços religiosos dos primeiros moradores auxiliaram na construção de redes de solidariedade entre eles e fixação ao lugar. Por exemplo, uma mãe, ao ter seu filho pelas mãos da parteira, passava a ter com ela um vínculo de reconhecimento e gratidão. A criança era acompanhada desde suas primeiras horas de vida, quando “limpava-se o umbigo”, “apresentava-a” a Lua como forma de proteção (“apresentar” à lua significa erguer o bebê nos seus primeiros dias de vida em direção a primeira lua cheia após o parto. Sem este ritual, a criança não podia deixar o espaço de sua casa). Em muitos casos, a figura religiosa se transformava na guia espiritual e tutora da criança no desenrolar de toda sua vida.

No caso específico das mães de santo, as redes poderiam ser ainda mais rígidas e duradouras. Ao cuidar da criança recém nascida, o bebê passava a ser um “filho” de santo, ingressando assim no mundo do sagrado, passando a participar da vida de um grupo específico que girava ao redor do Barracão (templo sagrado). Deveria a partir de então, nos ritos do candomblé, seguir um caminho de obrigações com os santos e suas “mães” e passavam a percorrer uma vida de doação à religião. Nos anos de surgimento do bairro, isso significava em muitos casos, sobreviver e atuar na própria vida da comunidade.

Festividades, batizados, rituais de iniciação, casamentos etc. Tudo passava pelas redes religiosas e de vizinhança. Uma senhora doente, moradora de uma parte distante do bairro, poderia receber a visita de rezadeiras acionadas pelas redes locais. O tratamento de doenças também era realizado por estes membros da comunidade, com o auxílio de ferramentas próprias (como ervas, chás, animais para sacrifício etc.) e diagnósticos específicos (através do jogo de búzios, contato com entidades etc.). O exercício de ampliação destas redes passava tanto pelo maior número de crianças nascidas no bairro - novos “filhos” da mãe de santo local -, como também pela abertura

de novos barracões - filhas que chegavam à maturidade religiosa e assumiam a responsabilidade pelos “trabalhados”, orientações, e aprovação para o atendimento aos demais seguidores do candomblé.

Novamente aqui, no campo da saúde, vemos antigos padrões serem ressignificados, mas, este é apenas um dos universos que atravessavam a vida do bairro nos distantes anos 40 e 50. A saúde não era a única necessidade básica, e a religião também não era exclusiva em termos de conhecimento para o enfrentamento dos problemas. Questões como moradia, abastecimento de água, luz e transporte também estavam e estão na pauta e nas indicações dos moradores.

A carência de recursos financeiros era extrema e a configuração geográfica da região não contribuía para a superação da precariedade das condições de vida local. Devido à falta de terrenos planos e aterrados, construir uma casa no bairro não era uma tarefa fácil. Nos anos seguintes, especialmente nas décadas de 70 e 80, a luta pela habitação nas cidades se transformaria em pauta de reivindicação dos movimentos sociais urbanos (Sader, 1988; Kowarick, 2000). Contudo, neste período inicial de construção do loteamento, só restava ao migrante recém chegado encontrar nas próprias terras alagadas do Jardim Catarina meios para a produção de seu domicílio:

Aqui não tinha tijolo e nem loja de material de construção, nada disso. Até porque a gente não tinha dinheiro mesmo. Eu pegava na mata as madeiras para construir nossa casa. Primeiro fui morara na Rua 34, no Catarina Velho, junto com minhas irmãs. Nossa casa era de madeira e barro batido. Depois, graças a Deus, conseguimos construir uma só de madeira. Eu mesmo que fazia as minhas casas (morador J. C)

O sonho de viver na cidade exigia algumas providências imediatas e a construção de casas feitas com material retirados do próprio terreno do bairro garantia a velocidade e economia de recursos necessários para aqueles que acabavam de chegar à região e que se encontravam ainda distantes da adaptação definitiva ao meio urbano. A moradia se tornava então o ambiente de segurança na periferia, o lugar de descanso e reprodução das famílias do Jardim Catarina. Para Sader, era no espaço do lar onde as decisões mais importantes da organização familiar se constituíam: “É o lugar onde o trabalhador realiza seu tempo de vida e elabora seus novos projetos de vida (1988; p.99)”:

Eu já rodei muito por aí, sempre vivi na roça e vivo até hoje, mesmo agora. Minha primeira casa era toda de madeira e barro das próprias terras do Catarina. Eu mesmo que fiz, não tinha como esperar, morava eu e meus dois irmãos menores. Não tenho medo de trabalho não. A vida aqui era tranqüila, nem porta a gente tinha, não havia esta preocupação. Só fui ter uma casa de alvenaria muitos anos depois, quando eu casei com um moço que era vizinho meu. Eu pegava carona nos barcos dos pescadores e ia buscar madeira lá *pros* lados do Rio Guaxindiba (moradora D. M.)

Nesta outra passagem, a moradora deixa claro que o tempo para a construção da casa deveria ser rápido, mesmo que ela não ficasse por completo pronta. Este processo era dividido por etapas, podendo durar décadas, buscando ao longo dos anos melhorar o patrimônio já existente. Passando do barro para a madeira, e desta para alvenaria.

A moradia vai assumir uma dupla dimensão: por um lado, constitui fator primordial de inclusão do trabalhador recém chegado à cidade, por outro, representa um processo de produção de desigualdade no espaço urbano, pois será construída em um ambiente precário, com escassez de recursos sanitários e financeiros. Núcleo de sociabilidade primária onde se processa a organização da unidade familiar é neste espaço que “são forjados, executados ou frustrados múltiplos projetos, carregados de conseqüências materiais e plenos de significados simbólicos” (Kowarick, 2000; p.83).

A luta pela casa citada no relato da moradora está envolvida por padrões culturais e por condições objetivas da realidade. O conhecimento das características ambientais do lugar e de técnicas tradicionais de construção proporcionou a realização do sonho da casa própria, a fuga do aluguel e da miséria do campo. No entanto, o papel protetor da moradia não se estende ao espaço do público, da rua e da vizinhança, onde ocorrem situações de injustiça social e ambiental e de manifestações da violência (Kowarick, 1988; 2000).

A partir deste momento haverá uma disputa e uma relação contraditória entre a esfera do público e do privado, entre cidadania plena e a regulada, entre a imposição do mercado e o modelo de produção e as diversas formas encontradas pelos moradores da periferia e de Jardim Catarina na solução de seus problemas cotidianos (Sader & Paoli, 1986; Sader, 1988; Kowarick, 2000).

3.1 Jardim Catarina: um território em expansão ampliada e concentrada

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) foi oficialmente criada em 1974, através da Lei de Fusão (Lei Nº 20) dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Com esta regulação, previa-se criar um fundo contábil para seu desenvolvimento, destinado a financiar programas prioritários para a região, como implantação de infraestrutura (saneamento básico, construção de vias rodoviárias etc.) para a instalação de novas indústrias e criação de mercado de trabalho voltado para o desenvolvimento econômico do Estado que surgia. Contudo, nos últimos anos da década de 70 e, com mais intensidade nos anos 80, há uma seqüência de crises políticas e econômicas mundiais e nacionais generalizadas, que afetaram diretamente os principais centros urbanos e, naturalmente, suas zonas metropolitanas (Lago, 2009).

As políticas habitacionais do Estado, a oferta de vagas de emprego e o consumo, passam a uma redução drástica, atingindo em cheio as classes trabalhadoras. A inflação e o aumento do desemprego levaram a retração extensiva da construção de habitações populares. A incerteza sobre o futuro, os baixos salários, a instabilidade no trabalho e a variação elevada dos preços da terra e dos aluguéis fizeram com que os grupos populares começassem a criar novas formas de ocupação territorial. Com isso, percebeu-se neste período o avanço do mercado informal nas favelas e nos loteamentos clandestinos e ilegais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Lago, 2003; Ribeiro, 2007).

Como exemplo desta reorganização precária de moradias tem a construção do conjunto habitacional pela antiga CEHAB-RJ, ainda nos anos 70. As casas, que foram erguidas no final da Rua 40 do Catarina Novo, buscaram receber antigos moradores removidos das comunidades Ponta D'areia e "Maveroi", em Niterói (Cordeiro, 2004). No entanto, como ocorreu com a maioria das construções da CEHAB, uma série de serviços públicos não foi viabilizada.

Esta micro-área é conhecida no bairro como Conjunto ou Favela "da 40", e sofre com a presença de grupos criminosos do tráfico de drogas. Seu nome aparece constantemente em matérias de jornais locais, sempre vinculado a notícias sobre homicídios, tráfico de drogas etc. O formato original do conjunto não é mais o mesmo, pois, outras casas foram sendo feitas através de "puxadinhos" e improvisos. Os terrenos ao seu entorno também foram loteados. Além disso, hoje é comum nas ruas da localidade ver barricadas de blocos de concreto e entulhos instalados pelo o grupo de traficantes que age na região.

Em paralelo a este momento da ação da CEHAB-RJ, há um crescimento acelerado das populações nas margens das grandes cidades. Pelos dados do censo, o município de

São Gonçalo, em 1970, passou a marca dos 430.000 habitantes e o distrito de Monjolos apresentava 46.762 moradores (IBGE). Já na década seguinte, estes números saltam para 614.688 pessoas residindo na cidade (crescimento de 42%), com o distrito de Monjolos chegando a 96.165 residentes (crescimento de 105%). Crescendo a taxas elevadas, estas áreas passaram a receber um alto contingente de trabalhadores.

Com o a construção da ponte Rio-Niterói e da rodovia BR-101 nos anos 1970 e 1980 – interligando os municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí através de uma única via -, São Gonçalo enfrenta uma intensificação na sua ocupação espacial e passa por uma transformação em suas relações fundiárias e em seu mercado imobiliário.

Com o fechamento do BNH (1986) e com o fim da construção de conjuntos habitacionais nos anos 80, há uma rápida valorização das áreas periféricas como solução à demanda por casas populares. Na periferia, lotes maiores foram divididos por seus proprietários em lotes menores, sendo revendidos a novos habitantes. Áreas proibidas, como margem de rios e manguezal, foram aterradas, invadidas e comercializadas por agentes privados.

A necessidade em acessar a casa própria e de estar próximo à oferta de trabalho e consumo fez com que áreas de risco se tornassem a única possibilidade de inserção dos grupos populares na cidade. Num modelo desigual e insustentável que é desvendado a partir das crises econômicas e sociais, condições de injustiça ambiental foram emergindo no meio urbano. Favorecido pelo capitalismo e pela acumulação incessante de recursos e, da mesma forma, pela distribuição desigual dos impactos ao ambiente e à saúde das pessoas, os loteamentos periféricos e as favelas se tornaram territórios vulneráveis e precários em termos de condições materiais e imateriais de vida (Ascerald, 2004; Porto, 2007).

Este movimento fica claro no depoimento do morador F., que chegou ao bairro há 24 anos:

Eu moro aqui desde os 08 anos. Sou do Ceará e fui direto pra Rocinha, morei dois meses lá e vim pra cá. Primeiro é assim, vem pra Rocinha e depois para o Jardim Catarina. Quando cheguei aqui, fui morar na Rua 35 do Novo (Rua Urucuia). Passou pro lado de cá é o Velho, passou pro lado de lá, é o Novo. Ficamos lá uns 09 meses. Depois meu pai comprou nosso primeiro barraquinho no Pica-pau. Eu lembro que era

de compensado, quando chovia caía tudo, a gente saía de dentro para não cair na gente. Morava sobre um aterrado, na margem do rio Alcântara (morador CH.)

No relato acima, a necessidade por moradia levava o indivíduo a encarar uma dura realidade. Sua mobilidade espacial e social percorria uma extensa região, passando da capital do Estado do Rio, para uma periferia consolidada (Loteamento do Catarina Novo Catarina), chegando a uma zona marginal:

Quando cheguei dava pra nadar e pescar naquele rio (Rio Alcântara). Mas depois foi chegando gente, foi crescendo, e a Av. Beira Mar virou o que virou. Calculo que hoje tem uns 300 a 400 famílias ali. Cada pedacinho ou lote tem umas três famílias dentro. Quando a família vem do nordeste, dá um pedacinho pra um e pra outro. Mas eu mesmo não acreditava que iria mudar muito não. Antigamente não tinha luz e nada. A gente puxava luz da Rua 25. Mas lembro que os postes caíam quando aqui enchia. Toda hora acontecia (morador CH.)

Comunidades menores, como o “Pica-pau e Quaxe”, até então inexistentes, surgem nas proximidades do Rio Alcântara. Devido à precariedade do lugar e das construções, diversas famílias passam a ficar expostas a problemas de enchentes. Sem espaço no interior do bairro há uma concentração de novas construções em partes isoladas do Jardim Catarina. Obras voltadas ao crescimento econômico da região, como a construção da BR-101, contribuiram ainda mais para a criação e ocupação de novas localidades.

Assim, surge a comunidade conhecida como “Ipuca”. Ela foi dividida pela rodovia, passando a ficar isolada do restante do bairro. Esta micro-área, que já havia sido ocupada nos anos 50, teve suas terras desvalorizadas, tornando-se o destino daqueles despossuídos de recursos financeiros. Com isso, no lugar de áreas alagadas, a Ipuca vivenciou uma expansão territorial e o aumento de sua densidade demográfica. Com a chegada de novos moradores, houve uma transformação dos meios de vida do lugar e, ao mesmo tempo, uma degradação ambiental das fontes de recursos naturais e subsistência.

Veremos que as intervenções públicas de urbanização foram ocasionando mudanças dramáticas nos cenários das cidades em curto espaço de tempo. Em poucos

anos, territórios foram surgindo e se extinguindo simultaneamente. Áreas homogêneas e agrárias, dispersas até então, foram se transformando em extremamente heterogêneas e concentradas.

Articuladas com grupos locais - primeiramente com as imobiliárias loteadoras e, posteriormente, com os próprios moradores -, as políticas públicas contribuíram para o desenvolvimento de novas territorialidades e relações sociais entre seus habitantes. O processo de produção do espaço social no âmbito das cidades ganhou um fator central, a “naturalização das desigualdades” (Ribeiro, 1999). Ou seja, de um lado áreas de elevada concentração e acumulação de capital, de promoção de direitos e, periferias, com serviços públicos escassos, responsáveis pela mínima condição material para a reprodução social das camadas populares.

A cidade de São Gonçalo passa então, a ser dividida por territórios distintos, onde os loteamentos apresentarão micro-áreas diferenciadas, “microcosmos onde regem normas e relações sociais particulares, atravessando o conceito de cidadania amplo, característico de cidades de regimes democráticos” (Burgos, 2005). Instituições locais estabelecerão interações particularizadas com instituições supra-locais. Ou seja, haverá uma “transcendência” do território de periferia, saindo do aspecto espacial, chegando às dimensões culturais e psicológicas, com uma subjetividade por parte do morador, carente de referências da cidade cidadã (Burgos, 2005).

No caso do Jardim Catarina, o espaço social urbano passou a ser apropriado por diversas formas. Questões mais amplas, como justiça social e ambiental, assumiram papéis distintos nos debates entre o poder público e os moradores do bairro. Elementos como a falta de água ou o serviço de transporte são tidos como essenciais, e tornam-se plataformas políticas e objeto de reivindicação. Outras discussões como direito de ir e vir, ao trabalho, à educação e ao lazer assumem outros contornos, saindo da agenda política a respeito do papel dessas regiões como um todo.

As normas e leis da vida local entram em contradição com os direitos universais da democracia. Com o surgimento de autoridades informais locais (ex: traficantes, lideranças, religiosos, políticos), “validadas por identidades coletivas territoriais” (Burgos, 2005; p.191) e que servem de base para a negociação política com a cidade e serviços públicos, a cidadania popular fica atravessada pelas formas de controle e de coerção violenta por parte dos grupos de poder e por instituições supra-locais (Machado da Silva, 2004).

Dentro do próprio bairro perceberemos que cada micro-área tratará esses elementos relacionados às necessidades humanas de maneira fragmentada e distintamente. A disputa interna por recursos, tomada adiante por agentes específicos, e a forma como estão conectados a redes junto ao Estado tornarão os movimentos de luta por melhorias de vida um processo desigual, ocorrendo de acordo com a localização hierarquizada dos territórios e dos sujeitos no Jardim Catarina.

3.2 Os elementos da vida dos muitos “Catarinas”

No final dos anos 80 e, mais claramente nos anos 90, novas relações políticas e econômicas nas periferias urbanas começaram a emergir. Novas formas de *periferização* e constituição de centralidades se tornaram o pano de fundo da vida desses lugares. Alguns mitos como a dualidades entre centro e periferia, moderno e atrasado, cidade dormitório e cidade industrializada deverão agora ser tratadas através de outras abordagens e não como se fossem estáticas no tempo, como uma consequência inevitável do capitalismo em países subdesenvolvidos (Santos, 2005).

O crescimento das periferias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) se dá hoje em dia mais pela mobilidade de seus próprios habitantes do que pela tradicional migração oriunda do campo (Lago, 2003; 2009). A fuga dos aluguéis elevados em favelas centrais como a Rocinha e Pavão-Pavãozinho, por exemplo, e a baixa oferta por parte do Estado de moradias populares explica em grande medida a mobilidade atual de camadas populares em direção à periferia. Este foi o caso de muitos entrevistados da pesquisa.

A dificuldade em termos de infra-estrutura, a distância e o custo da passagem para quem busca trabalho nos principais centros econômicos, e a expansão empresarial em direção à região metropolitana contribuiu para que o morador de periferia adquirisse meios de subsistência em seu próprio município. Pelos dados de mobilidade na RMRJ oferecidos pelo censo 2000 (IBGE, 2000) a maioria das pessoas economicamente ativas, que vivem ao redor da capital fluminense, estuda e trabalha em seu domicílio de origem. Com o crescimento do mercado de trabalho informal, muitos conseguem garantir seu sustento e de sua família a partir de pequenos serviços, venda de produtos contrabandeados ou no crescente setor econômico de serviços, que foi o grande

substituto das vagas de emprego deixadas pela falência das fábricas nessas regiões (Telles, 2007).

Milton Santos, analisando as sociedades capitalistas periféricas, vai apresentar duas concepções de circuitos que compõem as populações destes países: o circuito superior e o circuito inferior (2005). O primeiro é representado pelos grupos que compartilham os benefícios do capital, tais como: incremento tecnológico, seguridade privada, planos de saúde, opções de lazer e mecanismos para uma maior produtividade e competitividade no mercado financeiro. O segundo grupo, porém, não possui garantia social, trabalha em grande parte na informalidade, não conta com assistência social, vive em constante desgaste - resultado das horas prolongadas nas viagens para o trabalho e das péssimas condições de saúde – e não estão mais vinculados aos setores mais dinâmicos do sistema financeiro. Entretanto, este circuito se caracteriza por sua alta produtividade e flexibilidade, pois acarreta pouco custo ao Estado e ainda garante uma parcela razoável de consumo do mercado (Sabroza, 2001).

As práticas locais dos moradores vão ocorrer diante deste quadro de vulnerabilidade. É na lógica do cotidiano, do imediato, da necessidade de sobreviver que as ações serão construídas em busca do enfrentamento das situações adversas. A exposição aos riscos ambientais vividas por estas populações vão dar significado as suas escolhas, escolhas estas que podem ser a primeira vista coerentes ou não com os problemas de falta d'água, aluguéis elevados, falta de vagas de trabalho, violência etc.

Independente de sua situação jurídica, legal ou ilegal, o loteamento representa ainda hoje o principal provedor de moradia popular. Contudo, os investimentos públicos serão pontuais e fragmentados, e as áreas loteadas imersas no circuito inferior da economia apresentaram características distintas em termos de precariedade. No caso de Jardim Catarina, obras de saneamento e pavimentação ocorreram e ocorrem em momentos descontínuos, intensificando a distinção e os problemas ambientais e de saúde daqueles que não são considerados participantes da ponta de cima do modelo tecnológico e de desenvolvimento.

Para exemplificar, nos anos 90, o bairro recebeu diversas intervenções urbanísticas. O programa conhecido como “Viva São Gonçalo” foi inaugurado no governo Marcelo Alencar, porém, sofreu com diversas paralisações. Teve seu recomeço no governo Garotinho, já no final da década. O resultado deste processo foi diversas ruas asfaltadas, porém, somente em partes localizadas nas zonas centrais do Catarina

Velho e do Novo. A pavimentação foi realizada, mas sem medidas eficazes de escoamento das águas das chuvas. Com isso, o bairro, após anos de ocupação acelerada e desigual sobre terrenos alagados e de baixadas, como são os casos das comunidades da Ipuca e Pica-pau, passou a sofrer com constantes inundações. Ou seja, a ação do Estado não conseguiu dar conta da relação entre a necessidade de moradia e trabalho de seus moradores e o desenvolvimento de políticas voltadas à saúde e ao ambiente.

Outra micro-área, conhecida como “Catarina Novíssimo”, surge neste período. Não porque seu loteamento é o mais recente, mas pela revitalização que recebeu do programa “Viva São Gonçalo”. Única micro-área a ser arborizada com jardins e calçamento, esta se diferenciou das demais, ficando uma visão clara de desigualdade espacial aos olhos e ouvidos de quem caminha no bairro e realiza entrevistas com moradores do Catarina Velho e Novo: “Essas obras do Viva São Gonçalo que você está falando não chegou aqui não. É mais lá pra cima. Aqui no miolo, não tem nada. Ninguém faz nada. (morador J.C)”.

A percepção da desigualdade também aparece no discurso do morador da comunidade do Pica-pau, em relação às intervenções públicas:

Aqui é área de baixada, sempre vai encher. E não sei se a Prefeitura vai fazer alguma coisa. Aqui é margem de rio, área da Marinha. A prefeitura não pode fazer nada. Às vezes ela vem aqui e draga o rio, mas joga todo o lodo na frente da nossa casa. Ela não tem nem caminhão pra tirar o lixo daqui (morador CH.)

O depoimento acima evidencia a ineficiência do poder público na resolução dos problemas habitacionais e de saúde nas periferias urbanas, mas também, apresenta o reconhecimento por parte do morador em relação a sua situação de precariedade. Ele tem o conhecimento sobre as condições de sua moradia e suas possíveis conseqüências (ex: “aqui é área da Marinha, a prefeitura não pode fazer nada”), porém, a vulnerabilidade sócio-ambiental do lugar (em margem de rio e sem obras de saneamento) não inviabiliza a busca do morador pelo acesso á cidade:

Gosto muito de morar aqui, mesmo com esses problemas. Antes eu vivia de aluguel na Rua 12, mas hoje eu tenho minha própria casa. Aqui eu posso trabalhar na casa das pessoas fazendo obras. Se tiver uma porta, janela ou muro pra levantar, eu faço (morador do CH.).

As possibilidades que as atuais periferias oferecem aos seus moradores (trabalho, moradia etc.), mesmo que de forma precarizada, garantem a sua reprodução social e econômica e a permanência de seus habitantes nas cidades. Estas mudanças e diferenciações no meio urbano serão centrais na determinação das estratégias e práticas dos moradores, assim como, nas suas buscas pela concretização de seus projetos de vida.

De acordo com o IBGE, Jardim Catarina contabilizou 67 mil habitantes divididos em 19.700 domicílios (2000). Porém, nas entrevistas realizadas junto aos moradores e nas visitas às diversas partes do bairro é possível perceber que muitos lotes possuem configurações diferentes, em um único terreno é possível encontrar três, até quatro famílias em casas separadas. O que provavelmente obscurece as informações provenientes dos números.

No quadro abaixo fazemos um simples comparativo entre a média de renda dos responsáveis das famílias do bairro, separados por suas micro-áreas. Tais dados evidenciam com mais detalhes a distinção entre estes territórios, muitas vezes tratados como homogêneos:

Tabela 01: Comparação entre as rendas das micro-áreas do bairro (valores em salário mínimo)

Comparação entre as renda dos responsáveis de família	
Micro-áreas	Renda dos responsáveis
São Gonçalo	3, 8 SM
Jardim Catarina	3,4 SM
Catarina Velho	3,4 SM
Catarina Novo	2,9 SM
Ipuca	2,5 SM
Pica-pau	1,9 SM

(Fonte: setores censitários, IBGE 2000)

A renda dos responsáveis por domicílios em São Gonçalo gira em torno de 3, 8 salários mínimos (SM), no Jardim Catarina ela apresenta uma média de 3,4 SM. Mas, analisando as micro-áreas identifica-se diferenças radicais, tanto em regiões mais

antigas e centrais do bairro como nas suas partes marginais. Na comparação entre os primeiros loteamentos, o Catarina Velho apresentou uma média um pouco superior ao Catarina Novo. Agora, se compararmos as áreas antigas com as mais recentes, os indicadores são ainda mais díspares: a parte da Ipuca e do Pica-pau, com rendas de 2,5 SM e 1,9 SM, respectivamente, encontram-se em condições materiais bem abaixo da zona central do loteamento.

Mas, é claro que o indicador de renda pode ocultar outros elementos que são importantes para a reprodução da vida nos lugares. O problema do abastecimento de água no bairro, por exemplo, é um tema polêmico, que envolve elementos de outra ordem, somando ao fator financeiro aspectos culturais, disputas locais de poder e atuação direta do poder público.

A realização de intervenções e obras gerou um serviço de abastecimento de água incompleto e fragmentado. Algumas partes do bairro ainda não possuem redes gerais de abastecimento, enquanto outras, mesmo ligadas ao sistema, sofrem com a suspensão constante do recurso. Nos ambientes mais vulneráveis, a busca pelo acesso coletivo a este serviço é atravessada por códigos e normas próprias na sua distribuição, geralmente organizadas por grupos econômicos locais, como empresas de carros pipas e de instalação de cisterna.

O avanço de políticas públicas de saneamento e sua relação com agentes internos do bairro não garantiram o direito à água de sua população, pelo contrário, causou um retrocesso em relação à qualidade do serviço. A construção de poço, por exemplo, era uma saída utilizada pelos mais antigos, porém, com o crescimento urbano acelerado e as políticas públicas pontuais e de baixa capacidade técnica, seja na área de saneamento ou habitacional, as galerias sob o solo foram drasticamente poluídas, acabando com a possibilidade de uso para o consumo das famílias, além, é claro, que a partir das obras voltadas para o abastecimento de água, houve um aumento do controle dos fluxos por parte de instituições estatais (ex: CEDAE). Passando assim, ao procedimento de manobras, lacrando tubulações inteiras e selecionando as partes do bairro a serem abastecidas.

3.3 A “territorialização” das práticas e a heterogeneidade do Jardim Catarina

As intervenções públicas ao longo das últimas décadas no bairro de Jardim Catarina, como já dissemos, contribuíram para a criação e consolidação de novos territórios, porém, não apenas como espaços de delimitação político-administrativa, mas possuidor de um conjunto de elementos objetivos e subjetivos, materiais ou não, que se encontram numa população específica. “Esse espaço apresenta, portanto, além da extensão geométrica, um perfil demográfico, epidemiológico, político, social e cultural” (Barcellos e Monken, 2005).

Os moradores mais antigos do bairro, que vieram em sua maioria do interior de outras regiões, possuíam conhecimentos de tecnologias capazes de garantir sua subsistência mesmo num ambiente de escassez e competitividade encontrado nas grandes cidades. Práticas como construção de poços artesanais, criação de animais, produção de hortas, pesca e construção de casas de madeira ou pau e barro, permitiram sua adaptação às adversidades em periferias urbanas ainda em processo de consolidação. Com os avanços dos anos e com as mudanças políticas e sociais no espaço urbano, as primeiras redes de solidariedade construídas pelos primeiros moradores do bairro foram sendo reformuladas por novas relações de mercado que se fortaleceram nos finais dos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, tanto nos centros econômicos como nas suas margens.

A gestão característica do capital privado na regulamentação fundiária das periferias - mediada pela articulação entre agentes locais e instituições supra-locais -, atrelado à incapacidade das políticas habitacionais do Estado, à descaracterização da mão-de-obra do proletariado urbano e às mudanças nos setores da economia na RMRJ levou às segregações espaciais e a quebras de laços de proximidade entre os sujeitos que habitam os loteamentos das cidades médias do estado do Rio (Ribeiro, 1999; 1999b).

Assim, ao vivenciar transições nos padrões culturais e na organização urbana do Jardim Catarina, seus habitantes reformulam a todo o instante as formas de agir no cotidiano, redefinindo suas redes de apoio e posicionamento político e cultural neste lugar. A ordem econômica externa ao bairro tem a capacidade de desmobilizar a lógica interna de relações, pois não está relacionada aos seus valores locais. Mas, em sentido contrário, o local da vizinhança produz novas formas de enfrentamento e disputas por recursos na cidade (Santos, 1996).

No caso das vizinhanças urbanas definidas por Park (1973), os territórios se tornaram lugares onde as redes de parentesco e amizade influenciam nas formas de organização de grupos e sua espacialização no ambiente da cidade. Quanto menor fossem as áreas de concentração das vizinhanças, maiores seriam suas estruturas tradicionais. Ou seja, quanto mais homogêneo o grupo e menos aberto às mudanças ocasionadas pelas mudanças de contextos históricos, mais longa seria sua preservação (Park, 1948).

No entanto, com a intensificação e atuação do capital privado na periferia, oferecendo oportunidades de trabalho e moradia para a chegada de novos moradores. E com a intervenção do Estado, alimentando o sonho de crescimento econômico destas regiões, com o anúncio de grandes investimentos, aberturas de novas vagas de emprego formal e a possibilidades do aumento do consumo, houve uma transição nos padrões de vizinhança e organização sócio-espacial, levando à extinção de antigos costumes culturais e a constituição de novos territórios.

A vizinhança do passado, no sentido dado por Park, se transformou em bairro no presente (pela Associação de Moradores do Jardim Catarina, o bairro hoje, possui mais de 100 mil habitantes). A proximidade com grupos diferentes, recém chegados ocasionou a existência de conflitos e a segregação de lugares. Estas relações se evidenciam no relato de um antigo morador do Catarina Novo sobre o “Conjunto da 40”:

Aqui no Catarina é tranquilo de se morar. Quem é de fora pensa que aqui tem muita violência, mas não é bem assim. Ela existe, mas em partes isoladas. Geralmente na favela do 40. Lá é complicado, ninguém pode entrar, nem mesmo quem mora no bairro (moradora M.A)

Como pode, o único prédio construído pelo Estado no bairro, ser conhecido pelo lugar mais isolado socialmente, fonte de receio e preocupações dos demais moradores? E essa violência citada pelos vizinhos e jornais sobre a “40”?

O estudo de Denise Cordeiro (2004), sobre a realidade da juventude em Jardim Catarina, faz uma excelente descrição sobre os tipos de imagens do bairro que são expostas nos canais de comunicação. Sempre tendo como objeto central o personagem juvenil, marginalizado ou criminoso, os jornais da cidade relatam a vida no bairro como

se seus moradores estivessem em constante perigo, devido a uma possível violência generalizada.

As intervenções policiais também dão o teor simbólico das relações entre a cidade e o bairro: *“Polícia prende dois jovens com drogas em Jardim Catarina”* ou *“Traficante da 40, em Jardim Catarina, é morto por policiais do 7 batalhão, ao tentar escapar”*. É o recordista em intervenção policial e ação de grupos de extermínio e paramilitares. Porém, a autora, através de levantamentos no banco de dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado demonstra que o bairro é um dos que apresentam os menores percentuais de criminalidade (Cordeiro, 2004).

Além da opressão estatal, a falta de serviços públicos, a precariedade das condições de vida e a carência de redes de solidariedade com os moradores do Jardim Catarina de micro-áreas distintas, a Favela da 40 se transforma no reduto da violência que isola seus habitantes em relação à cidade e ao próprio bairro. Este lugar onde foi construído um conjunto habitacional por parte do governo do Estado é o principal ambiente em termos de problemas sociais, de acordo com os moradores entrevistados.

Quando foi realizado um encontro com alguns jovens durante o processo desta pesquisa, todos afirmaram que o maior problema do bairro é a violência, porém, nenhum deles considerou o Jardim Catarina um lugar violento. Quando se perguntou sobre a vontade ou não de deixar o bairro, todos, no total 08 jovens de micro-áreas diferentes, disseram que não desejam deixar o bairro e que pensam em viver lá no futuro.

A aparente contradição pode ser compreendida quando se escuta deles que as coisas em que mais gostam no bairro são as relações de amizade e o convívio diário com parentes, a casa própria e a proximidade com o comércio e outros serviços. A percepção dos problemas do bairro por parte do jovem fica clara em suas falas, afinal, eles representam um dos grupos mais vulneráveis em termos de violência urbana, educação, trabalho, cultura e preconceito (Cordeiro, 2004). Ao mesmo tempo em que, a formação de redes de amizade (até mesmo as virtuais, via internet) e a presença dos parentes dão a eles segurança e certo ar de estabilidade, diferentemente da “vida do lado de fora”, apresentada pelas instituições mediadoras entre o bairro e a cidade: escola, polícia, mercado de trabalho, meios de comunicação etc.

Mesmo com as dificuldades existentes, as periferias, ainda sim, representam o lugar do planejamento e aplicação dos projetos de vida das camadas populares. A casa

própria, mesmo estando sobre o mangue, sem água, sem esgoto, sem asfalto, significa para o jovem não apenas o acesso ao centro de São Gonçalo ou Rio de Janeiro. A periferia hoje cresce por ela mesma, através do seu comércio, das oportunidades de emprego, dos projetos sociais, da criação de filhos e família e, por isso, ela ainda representa para o jovem uma possibilidade de futuro.

Outros tipos de violências e injustiças, além da ação criminosa de grupos locais e supra-locais, contribuem para a fragmentação e segregação do espaço periférico. Inclusive com a participação direta do poder público. A precariedade oferecida pelos órgãos estatais no fornecimento de serviços básicos às populações abre brecha para que agentes privados se aparelhem na disputa interna por recursos essenciais para a reprodução da vida no bairro.

O morador, diante da incapacidade da Cedae de garantir o atendimento da demanda, acaba sendo obrigado a arcar com elevados custos com a contratação de serviços alternativos. De acordo com a visão dos integrantes do Fórum Popular de Jardim Catarina, mesmo aqueles indivíduos que pagam as contas da Cedae em dia e que instalaram hidrômetros em suas residências são obrigados a comprar “Pipas”, principalmente no verão, período tradicional de aumento do consumo de água.

As casas que antigamente podiam ser feitas de barro e madeira, como as de pau a pique, em lugares onde a ocorrência de enchentes se intensificou se tornam inviáveis. Assim o morador escolhe entre as opções: ou as constrói de alvenaria sobre pilares elevados (algumas casas no Pica-pau estão a 1,5M do chão), para aqueles que possuem recursos para isto; ou as fazem de pedaços de madeiras e entulhos, facilmente destrutíveis pelas águas, mas possíveis de serem reconstruídas rapidamente.

Deve-se ter a noção de que a violência ambiental em questão está diretamente atrelada ao modelo de desenvolvimento característicos da cidade, desigual e injusto. Pois, nos anos 50 e 60, era possível construir casas de madeira, abundantes na região. Hoje, com os elevados índices de desmatamento da cidade (SG possui o maior da RMRJ) (COPPE/UFRJ, 2009), a única matéria prima para quem quer ter sua casa e não consta com recurso para isto é o entulho e lixo acumulado nos lixões e nas margens dos canais.

As mudanças espaciais e as novas configurações sócio-culturais nas periferias também inibiram antigas práticas de saúde que atendiam seus moradores. A imposição cultural, característica também da sociedade moderna contemporânea, fez com que

relações de espiritualidade e religiosidade ficassem em segundo plano, perdendo espaço no cotidiano e no imaginário dos seus moradores. No campo da saúde, as relações existentes na periferia, assim como, as práticas locais de enfrentamento dos problemas relacionados, sofreram drásticas mudanças.

A modernização e industrialização das cidades, as políticas de remoção de favelas e seu deslocamento para as periferias, junto com a desconstrução e construção de novas territorialidades, a intervenção do poder público e a presença de disputas de grupos locais de interesses privados geraram no bairro de Jardim Catarina uma complexa trama de relações e significações na sua realidade. Hoje, um jovem da comunidade, quer ficar e viver no bairro e vê ali sua garantia de realização de seus projetos de vida, mesmo sofrendo com manifestações de violência. O morador mais antigo diz a ele, que hoje em dia a vida oferece mais oportunidades, ao mesmo tempo em que nas entrevistas, me afirmaram que a qualidade de vida do passado era melhor.

Esta multiplicidade de experiências e significados diversos, que atuam num território fragmentado, é o tema dos próximos capítulos, onde buscaremos identificar os problemas de saúde e ambiente e as formas de enfrentamento desenvolvidas pelos moradores do Jardim Catarina. É importante perceber que a complexidade da vida cotidiana nas periferias urbanas não pode mais ser analisada a partir de teorias homogeneizantes, mas devem ser interpretadas através de metodologias de diálogo, com os sujeitos que ali vivem e reconstróem o lugar diariamente.

Antes de seguir nas discussões apresentamos a seguir uma síntese das características e diferenciações das micro-áreas do bairro, até então trabalhadas neste capítulo, com meio para explicitar sua heterogeneidade, que tratado “de fora”, tanto pelas políticas públicas como pelo restante do município de São Gonçalo, se apresenta como possuidor de uma realidade uniforme:

Quadro 03: Micro-áreas e alguns contextos e processos de formação

Micro-área	Contextos e processos de formação
Catarina Velho	<ul style="list-style-type: none"> - Com a crise agrária e as transformações econômicas nas décadas de 40 e 50 na RMRJ, fazendas do Município de São Gonçalo são fechadas e tem suas terras são loteadas; - Os primeiros loteamentos passaram a se localizar no distrito agrícola de Monjolos, formando entre outros, o bairro de Jardim Catarina; - Pessoas deslocadas de cidades do interior se dirigiram aos centros urbanos em busca de emprego e oportunidades de consumo; - No entanto, os primeiros moradores da periferia tiveram que adaptar-se a um ambiente semi-rural e com carência de infra-estrutura; - Com apoio do governo municipal, a imobiliária Jardim Catarina S.A foi a responsável pela comercialização dos lotes no bairro gonçalense.
Catarina Novo	<ul style="list-style-type: none"> - Com a reformulação das políticas de organização do espaço urbano, nos anos 1960, houve uma série de remoções de populações de favelas nos principais centros do estado do RJ (Rio de Janeiro e Niterói); - Inicia-se aí um movimento mais acentuado de ocupação das periferias metropolitanas, incentivado pelo Estado (com as grandes obras de vias de ligação) e gerido por agentes econômicos privados; - As populações removidas são levadas a ocupar a periferia, intensificando em termos demográficos os ainda semi-rurais loteamentos distantes; - No Jardim Catarina, esta expansão de lotes ficou conhecida como o Catarina Novo, contudo ainda sofrendo com a falta de serviços básicos para a reprodução da vida na cidade (saneamento básico, escolas, empregos etc.).
Ipuca e Pica-Pau	<ul style="list-style-type: none"> - Com a construção das grandes vias (BR-101 e ponte Rio - Niterói) e com o aumento do preço da terra e dos imóveis na capital fluminense e nas periferias já consolidadas, são os loteamentos periféricos os responsáveis pela absorção da demanda por moradia das camadas populares; - No entanto, as áreas centrais do Jardim Catarina inauguraram suas primeiras associações de moradores e construíram uma primeira pauta de reivindicação de melhorias para o bairro e formas de pressão política; - Os <i>Catarinas</i> Velho e Novo já apresentavam um elevado custo de vida (preço dos aluguéis e lotes), obrigando a ocupação de área marginais do bairro (zonas alagadas, margens de rios e localidades sem transporte, água e luz) por grupos vulneráveis; - As populações que ocuparam estas recém criadas comunidades passaram a conviver com a falta de instituições representativas (associação de moradores) e governamentais (Saúde da Família e escolas);
Novíssimo	<ul style="list-style-type: none"> - Na década de 90, programas e políticas públicas foram implantados no bairro através de obras de pavimentação e um urbanismos (ex: Programa Viva São Gonçalo); - Contudo, estas intervenções foram pontuais e fragmentadas, atendendo a poucas “partes do bairro”; - Esta ação promoveu uma diferenciação espacial entre as micro-áreas com efeitos materiais (ex: áreas com asfalto e sem asfalto) e subjetivos (localidades permaneceram com esgoto a céu aberto, criando preconceito e estigma com os lugares não atendidos e seus habitantes); - Uma das partes atendidas ficou conhecida como Catarina Novíssimo, que antes estava inserida no Catarina Novo.

CAPÍTULO 04 - Problemas de saúde e ambiente num território periférico e heterogêneo

Após a caracterização do lugar, desenvolvida no capítulo anterior, com destaque pra sua formação histórica e seus processos de organização e reorganização sócio-espacial, passa-se agora ao tratamento específico dos problemas de saúde e ambiente do Jardim Catarina.

Viu-se que a compreensão do contexto sócio-político onde estes problemas ocorrem, e se relacionam com o território, representa a primeira tarefa nesta jornada científica. Não basta olharmos apenas para suas conseqüências objetivas no cotidiano, é necessário reconstruir a trajetória percorrida pelos moradores, não só nas suas formas de ocupação espacial, mas também, suas inúmeras relações constituídas com instituições que ajudaram condicionar de alguma maneira o modo de vida no bairro e as práticas de seus habitantes (Cunha, 1995).

É comum encontrarmos estudos sobre áreas de periferias ou favelas a partir de duas linhas teóricas. De acordo com Alvito (2001) e Frúgoli Jr (2005), há a tendência a ter uma visão da periferia como lugar de uma cultura particular, estática, descolada do restante da cidade e alimentada por elementos míticos e personagens carismáticos, configurando um ambiente muitas vezes exótico e estranho. Por outro lado, algumas interpretações indicam o surgimento de análises que trataram estes territórios como um lugar representativo da negatividade, da “não-cidade”, incapaz de somar com o desenvolvimento urbano, expressando-se por comportamentos marginais e desviantes de seus moradores. Tudo ao contrário do projeto de cidade moderna, tecnológica e capitalista (Zaluar & Alvito, 2004; Ribeiro, 1999b).

Estas duas linhas acabam contribuindo para as formas de coerção da participação dos moradores da periferia na política como um todo, pois geralmente, menosprezam a produção de conhecimento construída nestes territórios. Como esta produção foge ao padrão técnico-científico hegemônico, passa a ser considerada como um saber secundário, que não merece o mesmo tipo de tratamento por parte das políticas governamentais, pesquisas acadêmicas e iniciativa privada.

Os habitantes do Jardim Catarina atuam e se movimentam na cidade sob condições materiais de vida difíceis e específicas, porém, vividas a partir da experiência histórica dos sujeitos, onde se cruzam origens culturais distintas e múltiplos projetos de

vida. Trata-se de um universo heterogêneo, que sofre com a falta de compreensão e com as constantes ações coercitivas, tanto por parte da opressão de grupos locais de poder (ex: Tráfico de drogas, grupo de extermínio, máfias etc.) como pela ação discriminatória e violenta de instituições do estado e científicas (ex: estatais e polícia) (Alvito, 2001). Assim, buscar conhecer a fundo as práticas de enfrentamentos destes problemas exige a consideração destas inúmeras situações de vida que são orquestradas por um conjunto de elementos materiais e subjetivos.

4.1 Reprodução desigual do capital no espaço metropolitano, Políticas Públicas e Mobilização Social

Em abril de 2010, o Estado do Rio de Janeiro ficou marcado pelas inúmeras tragédias ocorridas em diversos municípios, ocasionadas pelas fortes chuvas, enchentes e inundações. Muitas famílias fluminenses ficaram desabrigadas, contabilizando perdas materiais, subjetivas e de vidas. São Gonçalo foi uma das cidades mais afetadas, e Jardim Catarina representou um dos bairros com maior ocorrência de enchentes e número de famílias desabrigadas.

Neste mesmo mês, no dia 24, foi realizada no Centro Comunitário de Jardim Catarina (CCJC) uma oficina de “Educação Ambiental”, evento oferecido pela Prefeitura e que está inserido numa série de ações previstas pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) do governo federal. Esta atividade aconteceu uma semana depois que as fortes chuvas contribuíram para que diversas partes do bairro ficassem alagadas. As micro-áreas que ficam à margem do território do Jardim Catarina, próximo a manguezais e rios, como Ipuca e Pica-pau, foram as mais afetadas, aonde as águas chegaram a uma altura de até 2 metros (com as devidas marcas nas casas).

Para mediar a oficina, foi contratado pelo município um profissional da área da geografia, especializado em “reutilização de resíduos sólidos”. Ele iniciou sua fala dizendo que as enchentes que afetaram o bairro, causando inúmeras perdas aos seus moradores, deveriam servir de exemplo para a conscientização da comunidade. Que a partir de agora, toda vez que um morador ver um vizinho jogando lixo nas valas e rios do bairro, deverá repreendê-lo, alertando para a possibilidade de futuras tragédias. Porém, continuava ele, restava naquele momento apenas ajudar as famílias que estavam desabrigadas e sem utensílios básicos de sobrevivência. Cabia então a população do Jardim Catarina se mobilizar, se

organizar e desenvolver ações visando solucionar, mesmo que de maneira apenas imediata, a crise ambiental que se instalou no bairro.

Ao ser questionado por um morador, que afirmava que os problemas das enchentes no Jardim Catarina eram históricos, com constantes ocorrências ao longo dos anos, mais uma vez foi sugerido que a população local deveria se conscientizar sobre tal problema, que deveriam procurar as escolas do bairro, exigindo que fosse discutida nestas instituições a necessidade de educar os mais jovens a não poluir os canais e a parar de jogar lixo nas ruas e nas valas.

A oficina contou com a participação de poucos moradores, quase todos os presentes eram integrantes de instituições comunitárias do bairro, no entanto, mesmo ao seu final, o subsecretário da Secretaria Municipal de Segurança Pública fez questão de dirigir algumas palavras ao público. Começou afirmando ser morador de São Gonçalo, diferentemente de outros secretários municipais, que sempre esteve ligado a movimentos sociais na cidade e que conhece bem o Jardim Catarina. Justificou a pouca ação da Prefeitura durante as chuvas devido à falta de infra-estrutura dos órgãos públicos da cidade, e que a partir daquele momento todos poderiam contar com seu apoio, principalmente para as doações aos desabrigados. Por último, destacou que sua secretaria havia conseguido 50 caixas de mantimentos e outros utensílios e que todos seriam entregues a AMAJAC (associação de moradores) para distribuição às famílias cadastradas (Caderno de campo do pesquisador, 24/04/2010).

O episódio acima levanta duas questões que ainda se encontram em aberto no campo da saúde pública: de um lado, tratamos dos problemas de saúde e ambiente como algo unicamente relacionado às individualidades do comportamento humano e suas formas de viver, ou seja, os hábitos de saúde das populações, especificamente das camadas populares, são geralmente consideradas em desacordo com os parâmetros estipulados pela ciência, expressando-se em falas técnicas do tipo “evitem jogar lixo nos rios e nas ruas”. Procura-se assim, normatizar e padronizar estes hábitos de acordo com determinados critérios considerados “saudáveis”, totalmente distintos das formas de organização do espaço social das periferias urbanas, onde a falta de infra-estrutura e de intervenções sanitárias mais amplas acabam gerando territórios precários e vulneráveis, com seus habitantes desenvolvendo formas próprias, porém consideradas “*incorretas*” de tratar da própria saúde e do ambiente em que vivem (Martins, 1992; Valla, 1994).

Por outro lado, existe o discurso assistencial, colocando o morador da periferia numa posição de inferioridade, em termos de acesso a recursos e bens. Neste caso, o Estado surge como provedor, disponibilizando doações aos desabrigados pelas chuvas e tratando de “educar” a população para lidar com os problemas ambientais, através da necessidade de convocar vizinhos, de se mobilizar e desenvolver por conta própria, formas de enfrentar as possíveis tragédias ambientais.

Percebemos então que o conhecimento técnico assume um papel norteador para as práticas das pessoas diante dos problemas de saúde. No entanto, mostra-se também, incompreensível em relação ao contexto em que vivem os grupos populares. As contradições do capitalismo vão se intensificar nestes territórios, onde os graves problemas de saúde pública conviverão em paralelo com o discurso de “responsabilização das vítimas”, como destaca Valla:

A falta de investimentos na infra-estrutura do consumo coletivo leva grandes parcelas da população a viver num estado de emergência permanente, onde as emergências, a urgência, suscitam conselhos preventivos das autoridades num ritmo contínuo. E o ‘não-cumprimento’ dos conselhos acaba colocando o peso da responsabilidade sobre as vítimas das emergências. (1998; p.11)

A ocorrência de enchentes, ou pior, a inundação de casas e ruas que ocasionam a perda de bens materiais e de vidas são constantemente atreladas, nas periferias urbanas, à falta de conhecimento por parte da população local de como se prevenir destes acontecimentos, e da maneira precária em que constroem suas moradias. Assim, após o desastre, resta ao governo ajudar os “desinformados” e despreparados moradores do Jardim Catarina, com a oferta de oficinas educacionais e doações de roupas usadas e mantimentos.

Se olharmos para a formação história do Jardim Catarina, veremos que parte de sua região sempre conviveu com alagamentos, principalmente em áreas localizadas nas proximidades dos manguezais e “baixadas” (áreas abaixo do nível do mar, neste caso, da baía de Guanabara). Tal fato já justificaria uma intervenção pública de prevenção às enchentes e de planejamento urbano, conforme aponta os Planos Diretores da Cidade de São Gonçalo de 1996 e 2008. No entanto, o que foi visto ao longo das décadas foi o aumento acelerado da ocupação do bairro, onde os novos habitantes foram sendo

direcionados às zonas marginais, freqüentemente mais vulneráveis em termos de riscos ambientais e de saúde.

Como já foi abordado anteriormente, a ocupação das periferias metropolitanas foi organizada em diferentes contextos e lógicas produtivas, gerando a formação de micro-áreas que deram ao Jardim Catarina um aspecto especialmente heterogêneo e diversificado. Em estudo recente, Lago vai descrever as periferias metropolitanas dentro de um formato controverso em relação ao senso comum ou até mesmo em relação a algumas teorias hegemônicas sobre o contraste entre centro e periferia. A autora nos indica a existência de “novas centralidades e periferizações” em municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), possuindo dinâmicas de produção distintas das geralmente consideradas predominantes nestes lugares (2003).

A mesma autora, em outro estudo, chama atenção para o fato de que, ao invés de cidades dormitórios, atualmente municípios metropolitanos começam a ter um fluxo econômico extremamente interno, onde seus moradores passam a se mover dentro das fronteiras municipais, tanto para fins de trabalho, como educação ou lazer. Mesmo São Gonçalo apresentando um dos maiores indicadores de mobilidade externa da RMRJ, com um grande número de pessoas se deslocando para outros centros urbanos, não é possível descrevê-lo como um simples fornecedor de mão-de-obra barata para o restante do Estado (Lago, 2009). Em se tratando de Jardim Catarina, essa constatação pode ser ainda mais esclarecedora. Pois, uma grande parte dos moradores economicamente ativos mal sai do bairro no seu dia-a-dia, nem mesmo a procura de emprego. Ao contrário, encontram nas próprias ruas da localidade as possibilidades de sustento e de atividades lucrativas, sejam elas formais ou informais (Telles, 2007).

Olha, eu estudo aqui mesmo no Colégio Trasilbo, na rua de traz. Quando tenho que comprar alguma coisa vou lá no Alcântara. Nunca precisei ir a Niterói. Uma vez fui ao Rio de Janeiro fazer uma entrevista de trabalho, mas o moço me disse que eu morava muito longe (...). Quando estou precisando de dinheiro eu faço alguma coisa por aqui mesmo (...). Às vezes eu tomo conta da barraca de Cds do Juninho, ele me paga R\$5,00 por dia (morador J.P).

No depoimento acima, de um jovem morador, destaca-se o cenário: buscar emprego no Rio de Janeiro gera um custo financeiro e subjetivo muito alto, o que

impossibilita a procura e a contratação de moradores de Jardim Catarina por empresas destes centros econômicos. Por outro lado, o desenvolvimento econômico das periferias da RMRJ, diferente de outros períodos históricos, permite a quem mora no bairro a “não ter que ir a Niterói”. Basta procurar o comércio local para obter trabalho e a satisfação de necessidades básicas de consumo. A informalidade, promovida pelo próprio capital, as relações de mercado e as políticas que integram atores locais e instituições supra-locais configuram o complexo contexto do bairro e também suas cotidianas tramas sociais (Alvito, 2001).

Mas o que isso tem a ver com a ocorrência de tragédias ambientais e agravamento dos problemas de saúde destas localidades? Hoje, a periferia cresce por ela mesma, diferente da antiga concepção de que seus moradores eram oriundos de cidades do interior ou outros estados. A partir dos anos 80 e 90, se dá a intensificação e a territorialização destas regiões, com a fragmentação e segmentação de suas áreas, promovidas pelas relações desiguais de produção, divisão social do trabalho, especulação imobiliária e intervenções públicas voltadas aos investimentos de capital e urbanismo (Ribeiro, 1999; Oliveira, 2007).

O Jardim Catarina do passado transformou-se numa periferia integrada, mesmo que precariamente, a um modelo produtivo mais abrangente, com sua função reformulada. É possível perceber no bairro práticas econômicas similares aos principais centros da RMRJ (ex: construção civil e mercado imobiliário ativo; contratação de serviços de internet, telefonia e televisão; consumo de bens industriais), porém, atravessadas pelos conflitos entre grupos, pela disputa por recursos e pela manutenção ou dissolução de formas tradicionais e culturais de distribuição e ocupação no espaço.

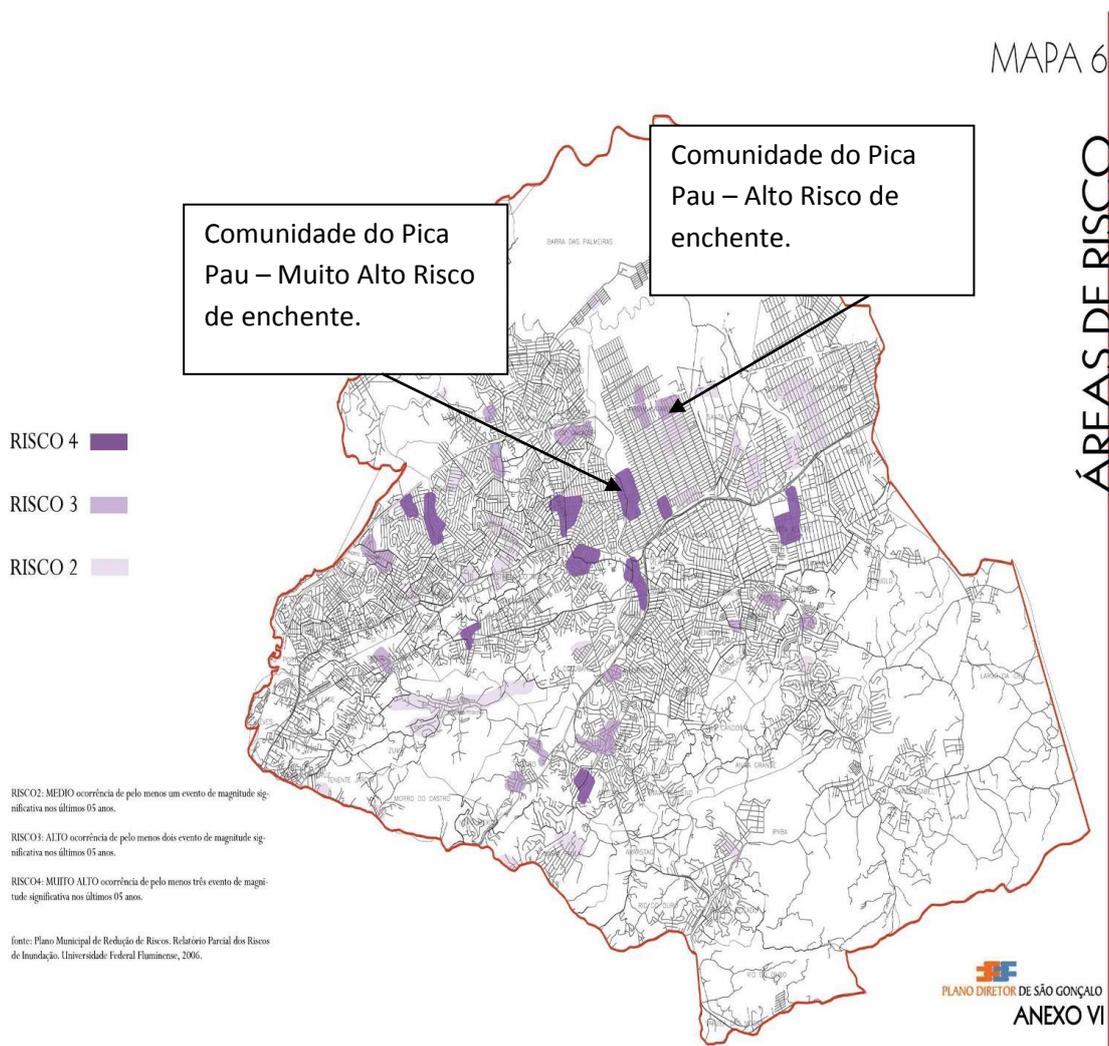
O “centro” do bairro, o “Catarina Velho”, mesmo não sendo homogêneo, já possui um grau de valorização imobiliária devido tanto às intervenções públicas da qual foi palco em termos de urbanização, como também, pela proximidade a Alcântara e ao centro administrativo de São Gonçalo. Desta forma, as poucas casas que ainda estão disponíveis para serem alugadas, possuem um valor elevado, muitas vezes igual aos bairros da zona norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Como foi dito por uma liderança local: “todos os lotes, mesmo os vazios, possuem donos. Que cobram caro, dependendo do lugar.” (moradora M.A). Ou seja, o recém chegado ao Jardim Catarina, provavelmente encontrará um terreno acessível economicamente apenas em zonas mais isoladas, lugares de ocupação ilegal ou expostos

a riscos ambientais e de saúde. E se olharmos novamente para o problema das enchentes, veremos que o maior número de eventos e impactos ocorrem justamente em áreas consideradas vulneráveis do bairro.

No Plano Diretor da Cidade de 1996 são destacadas as áreas de maior risco de enchentes com seus respectivos graus de gravidade, onde é possível identificar as micro-áreas da Ipuca e Pica-pau no mapa do município de São Gonçalo:

Figura 03: Mapa das áreas de risco e impacto das enchentes



(Fonte: Plano Diretor Municipal de 1996)

A história de ocupação destas localidades está relacionada à lógica capitalista de apropriação do espaço. Como alertou Bourdieu (1997), em sociedades hierarquizadas, a distribuição dos recursos se dá através das relações desiguais de produção e acesso aos bens materiais e imateriais. Além disso, os reflexos e impactos do modelo industrial são

direcionados às zonas mais vulneráveis em termos ambientais, afetando com maior intensidade populações marginalizadas. Tanto a espacialização dos recursos, como dos resultados negativos da produção, respeitará a diferença de poder entre grupos, privilegiando os mais aparelhados e dominantes, e limitando as possibilidades daqueles que se encontram desprovidos de bens simbólicos e econômicos (Bourdieu, 1997; Bullard, 2004).

Desta maneira, diferente do que foi apontado na referida oficina de Educação Ambiental, proposta pela prefeitura aos moradores de Jardim Catarina, a compreensão de eventos, tais como enchentes e epidemias, deve partir de uma análise a respeito das diferentes formas de acesso à cidade, que através de relações produtoras de desigualdades, dificultam e expõem populações inteiras aos problemas ambientais e de saúde. O que há, na verdade, é um déficit democrático na utilização do espaço, na oferta de serviços públicos e também nas formas como as intervenções públicas atuam e são gerenciadas. Com a predominância do saber científico sobre o conhecimento popular e dos interesses políticos dominantes sobre os projetos de vida dos moradores, os impactos das enchentes, por exemplo, dificilmente serão compreendidos como questões relacionadas à injustiça ambiental, à falta de direitos e ao preconceito social e étnico relacionado aos territórios de periferia e seus moradores (Bullard, 2004; Porto, 2007).

A narrativa de um antigo morador do Pica-pau traduz a importância de atualização das análises sobre saúde de áreas periféricas:

Aqui é área de baixada, sempre encheu. Mas antes a água não entravam nas casas. E quando entrava a gente esperava secar, limpava tudo e a vida continua. Mas nesta última chuva foi diferente. A água subiu rápido, a correnteza era muito forte, não teve tempo de tirar nada. O único jeito foi sair rápido e salvar nossos filhos (Morador F.C.).

Alagamentos sempre ocorreram naquela parte do bairro, e de acordo com o morador, as pessoas conseguiam, dentro de suas condições materiais, conviver com o problema. O que é ressaltado é o agravamento da intensidade, tanto da ocorrência, como de sua consequência. Antes bastava “esperar secar”, hoje é preciso correr e ser rápido para garantir a manutenção da própria vida. Este fato indica a necessidade de uma reflexão a respeito não apenas da existência, mas especialmente do padrão de qualidade

de investimentos públicos nestas áreas, principalmente, aqueles relacionados ao tratamento da água e do esgoto.

Tanto nas obras do “Viva São Gonçalo” (anos 1990), como nas atuais intervenções do PAC (anos 2000) em saneamento básico no Jardim Catarina, todo o volume de esgoto captado das áreas centrais do bairro foi direcionado ao Rio Alcântara, que atravessa a micro-área do Pica-pau e Ipuca. O esgoto primeiramente deveria ser tratado por estações de tratamento - ETE e lançado posteriormente nos canais da região. No entanto, com a carência de equipamentos sanitários específicos (ETE) o que ocorre é o despejo direto dos dejetos, que somado ao acúmulo de lixo e lama nos rios, e ao aumento da densidade demográfica no local ao longo dos anos, intensifica os impactos ambientais, contribuindo cada vez mais para o aumento do número e da gravidade de enchentes e alagamentos, especificamente, nas micro-áreas citadas.

E neste caso, não apenas a consideração dos novos contextos políticos, econômicos e ambientais - com discussões mais aprofundadas e críticas sobre mudanças climáticas e suas conseqüências no globo -, mas também, as ações da iniciativa privada e as políticas de Estado nestes lugares, se tornam elementos para a análise da intensificação dos problemas de saúde e ambiente na periferia que, conseqüentemente, contribuem para moldar a vida e as relações sociais em Jardim Catarina.

Diferentemente do que o senso comum pode apontar, a falta de investimentos públicos em área pobres, como um dos principais indicadores para a geração de problemas relativos ao saneamento básico e à saúde como um todo, nem sempre se justifica. No caso do bairro estudado não faltaram investimentos nos últimos anos, principalmente em relação ao saneamento básico (Marques,2000; Mendes, 2000).

Estação de Tratamento de Água Imunana-Laranjal, localizada no Jardim Catarina e responsável pelo fornecimento de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo, representou uma das maiores obras da Cedae, desde sua fundação, que tinha como objetivo levar água ao lado leste da Baía de Guanabara. Esta ação surgiu num período em que o governo estadual e federal buscavam desafogar os centros econômicos como Rio e Niterói, garantido um mínimo de condições materiais para a ocupação maciça e acelerada da RMRJ. Apenas em 1995, a ampliação do equipamento custou cerca de 62 milhões de reais (Marques, 2000). No entanto, o contraditório é que grande parte dos moradores do Jardim Catarina ainda sofrem com a falta de abastecimento de água ou nem mesmo contam com uma interligação entre seu domicílio e a rede geral.

Outra intervenção pública na área de saneamento básico na região de grande proporção foi o programa “Viva São Gonçalo”, iniciado no governo Marcelo Alencar, e tendo continuidade no mandato Garotinho, no final da década de 90 e início dos anos 2000, através de uma extensão do programa de despoluição da Baía de Guanabara (assinado em 1994). Atualmente, destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), promovido durante o governo Lula, e iniciado, em Jardim Catarina, no primeiro semestre de 2008, envolvendo obras de instalação de sistemas de esgoto, água e pavimentação de ruas.

Cada um dos programas acima, foi e está sendo realizado em contextos políticos diferentes, com efeitos e impactos também distintos. Suas conseqüências estão presentes tanto no cenário físico do lugar, como no campo simbólico das relações humanas existentes no bairro. Até a década de 70, quase não se viu investimentos nas periferias metropolitanas, por isso, a partir destas intervenções, mudanças profundas passaram a reorganizar o modo de vida do Jardim Catarina.

No caso específico do “Viva São Gonçalo”, suas propostas já haviam sido discutidas e planejadas por grupos comunitários que giravam ao redor da associação de moradores nos anos 1980. É possível ver em atas da associação a listagem das melhorias exigidas pelos moradores, apresentadas oficialmente aos representantes do poder público da época (*Ata referente ao Seminário Urbanístico da AMAJAC* de 1988). Contudo, somente 10 anos depois que as primeiras reivindicações saíram do papel.

Infelizmente, quem caminha pelo Jardim Catarina hoje, percebe de imediato que a realidade da região está distante do que foi planejado no programa acima. Nem todas as ruas previstas nos projetos citados foram pavimentadas. A rede de água foi ampliada, mas sem ligação com os domicílios. A estação de esgoto foi construída, porém, houve falhas técnicas na sua instalação, além dela não contar com manutenção, e hoje estar praticamente desativada sem ao menos ter começado a trabalhar de forma efetiva.

Nota-se então, que existiu e ainda há propostas de intervenções públicas em urbanismo e saneamento básico por parte do Estado na periferia da RMRJ, mas elas ficam aquém do planejado e das necessidades reais da população. Como resultado, a população se desmobiliza, pois os fóruns de participação coletiva se desfazem diante das obras e suas constantes interrupções. Ao mesmo tempo, se reproduzem as desigualdades no espaço, com determinadas micro-áreas sendo mais alcançadas por estas iniciativas do que outras.

A análise desta situação torna possível preencher uma equação que traduz o atual momento das interações entre população e o ambiente: de um lado, destacam-se os processos históricos de ocupação da periferia e a distribuição e organização do capital neste território (com as respectivas disputas por bens entre grupos locais); e do outro lado, as inúmeras intervenções públicas que contribuíram para a reorganização sócio-espacial do bairro e, conseqüentemente, para a potencialização e intensificação de problemas de saúde, de acordo com a vulnerabilidade de cada sujeito e dos seus espaços de convivência e moradia.

Insistindo na idéia de que não é apenas a falta de investimentos públicos nestes lugares, mas também, a má qualidade dos projetos e do esvaziamento da participação popular na construção destas políticas, que Marques (2000) irá traçar um panorama sobre as obras da Cedae em áreas consideradas pobres e outras tidas como de classe média ou alta. O período estudado pelo autor vem desde a fundação da estatal, em 1975, terminando no ano de 1996. Para ele o padrão tecnocrático da política pública não permitiu uma aproximação da sociedade nas decisões da estatal, que com auxílio das novas legislações do setor de saneamento inseridas pela constituição de 1988 e ao enfraquecimento econômico das grandes obras de engenharia no plano nacional, passou a atuar de maneira autônoma em relação ao governo federal (2000).

Até os anos 70, a existência ou não de serviços de saneamento era um dos elementos que distinguia as áreas consideradas periféricas das tidas como centrais. Hoje, já passamos para a questão da qualidade, ou seja, há uma dualidade de investimento: obras caras e complexas para bairros ricos e intervenções inacabadas ou serviços precários e improvisados para áreas pobres. Destaca Marques:

Neste caso, a distribuição de investimentos da Cedae no espaço da RMRJ demonstrou que as áreas habitadas por população de renda média ou alta receberam mais recursos que os espaços de periferia, ao todo do período (1975-1996). Contudo, os espaços periféricos receberam mais investimentos do que é usualmente reconhecido. As periferias começaram a receber investimentos nos anos 70. Entre 1975 e 1984, essas áreas receberam mais investimentos que zonas ricas (2000; p. 283).

Para o mesmo autor, este processo incorporou a uma relativa “bem assistida cidade do Rio uma ampla periferia, quase totalmente desassistida” (p.284). No entanto,

com a manutenção da péssima condição de vida da população dos loteamentos. Primeiro porque esses foram os primeiros investimentos na periferia - no caso de Jardim Catarina a população já havia crescido consideravelmente nos anos 1960, não conseguindo fazer frente à enorme demanda e a rápida expansão da RMRJ.

Um segundo ponto, refere-se à baixa qualidade das obras e equipamentos (ex: má fiscalização, sistemas incompletos de tubulações de esgoto e água), à operação e manutenção menos cuidadosa e, também, pelos diários atravessamentos relacionados às disputas políticas e à proximidade entre agentes locais de poder, políticos municipais e estaduais e técnicos das estatais e instituições públicas (Burgos, 2005).

Em áreas centrais, os programas tendem a ser mais integrados, com um acompanhamento aproximado da mídia e da opinião pública, assim como, regulada por uma burocracia eficaz e sólida. Os recursos são aplicados de forma contínua e com tecnologia apropriada. Nas periferias e loteamentos, os programas são esporádicos, giram em torno dos interesses de grupos locais, tendem a ter intervenções descontinuadas e com burocracia lenta e ineficaz.

Somando-se a essa análise, há uma interpretação de que em áreas pobres os investimentos podem ser improvisados, com planejamento imediato, sem preocupação com possíveis questionamentos por parte da população. Para Eduardo Marques a maioria dos técnicos do setor de saneamento tem uma visão hierarquizada deste campo, como também da política e da sociedade, além de não se identificarem com os espaços periféricos e suas populações. Assim, a periferia deve sim, na concepção técnica dos engenheiros, receber os piores investimentos e de forma mais isolada e pontual (Marques, 1996; 2000).

Esta lógica de investimento possuiu um lado perverso, pois considera que áreas vulneráveis em termos sociais e ambientais, por serem muitas vezes regidas por relações informais, seja na regulação fundiária, seja no mercado de trabalho não contribuem com impostos ou pagamentos de taxas de maneira similar às regiões de classe média e alta. Desta forma, não podem exigir o mesmo atendimento por parte dos serviços públicos e estatais.

A verdade é que quando se pensa na formação das periferias dificilmente leva-se em conta as análises a respeito dos processos de desigualdade presentes no nosso modelo capitalista de produção. Tanto para os moradores do passado, quanto para os recém chegados ao loteamento inserir-se nas relações de trabalho e consumo do meio

urbano contemporâneo tornou-se um desafio. Esta situação cria um obstáculo na construção de debates relativos às políticas de Estado, às reivindicações da população e à distribuição e aplicação de recursos (Burgos, 2005; Ribeiro 1999; 199b).

O jogo e as disputas eleitorais, a competição por recursos, a fragmentação do espaço público como campo político e a fragilidade das organizações populares acabam fazendo com que as eventuais conquistas da população sejam enfraquecidas diante da lógica capitalista e de mercado, onde se sobressaem as relações clientelistas que caracteriza muitas vezes a ação do executivo (suas obras e programas) em periferias urbanas.

Esta é uma particularidade do nosso capitalismo, onde os impactos da acumulação de capital não são mensurados nas avaliações sobre a produção de desigualdades no meio urbano. A reprodução social dos grupos do Jardim Catarina se dá no espaço familiar e do próprio bairro, não da cidade. A consequência disso é a transferência da função de gestão dos riscos à saúde e ao ambiente à comunidade, ao invés do Estado e o capital privado arcarem com estes custos da nossa produção (Ribeiro, 2007). E isso fica claro, de acordo com Magalhães, pois se somarmos todos os investimentos e políticas habitacionais nos últimos 40 anos voltados às políticas habitacionais pelo Estado, não chegamos a 20% do recurso gasto pelas classes populares no processo de auto-construção e ocupação do território, realizado a partir de seus esforços e poupanças (Magalhães, 2010).

Assim, não se justifica o deficiente investimento público em periferias unicamente pela falta de recolhimento de impostos por parte de seus moradores, mas pelos meios injustos de promover o acesso destes aos benefícios da cidade e seu mercado de trabalho. O discurso da ampliação da cidadania tão difundida nas políticas após o processo da redemocratização permitiu ao morador do loteamento se pensar como sujeito de direitos, no entanto, esta interpretação ainda não se consolidou, pois, para os habitantes de Jardim Catarina, o que permanece são as poucas oportunidades que o mercado e o estado lhes oferecem.

O fato é que além da má qualidade das obras realizadas no bairro e da falta de participação dos moradores e das instituições locais nas tomadas de decisões, as intervenções causaram divisões internas no espaço social do Jardim Catarina, separando áreas asfaltadas de não asfaltadas, regiões com abastecimento de água de outras que não o possuem, micro-áreas com coleta de lixo e outras que são obrigadas a queimá-lo.

4. 2 O Mapa dos problemas

Considerando o exposto acima, destacam-se os diversos elementos que caracterizam e condicionam o cotidiano do bairro, fazendo com que não seja algo simples isolar e analisar especificamente cada um dos problemas de saúde e ambiente. A complexidade de cada um deles remete às relações entre instituições locais e agentes externos, à construção histórica do lugar, às experiências de vida e às expectativas de futuro de todos os sujeitos que ali residem. Desta forma, mapear os problemas exige um olhar atento para suas inúmeras possibilidades de suas manifestações e expressões, num exercício de aproximação, contudo, sem perder o foco sobre o contexto que os envolve.

A água: a tradução do controle econômico e político, da territorialização e da injustiça ambiental.

Muitos moradores entrevistados, principalmente aqueles que atuam em ações políticas no bairro, reconhecem que o problema da água no bairro se agravou após as obras de ampliação da rede de abastecimento da Cedae em 1995. Antes o déficit na distribuição já existia, porém, afetava um número menor de residências. Como no passado, os moradores que não possuem ligação à rede geral, se utilizam de ligações alternativas ou de poços artesanais para o consumo. No entanto, diferente de décadas anteriores, aqueles que estão ligados à rede também passaram a sofrer com o desabastecimento, obrigados a reutilizar seus antigos poços ou a comprar carros-pipas. Portanto, há evidências, na coleta de dados desenvolvida, que as obras de ampliação da ETA cujo objetivo deveria ser a expansão do acesso e a melhoria da qualidade, ocasionaram uma perda da capacidade de atendimento, causando impacto até mesmo nas moradias que estão ligadas à rede de água (Oliveira, 1998).

Representantes de organizações comunitárias informam que o bairro nunca teve um sistema próprio de água. O que era feito pela Cedae era a instalação de algumas conexões às tubulações que se dirigiam a outras regiões de São Gonçalo, repassando ao morador o custo deste serviço e da instalação de hidrômetros para a contabilidade do consumo. Outro ponto refere-se às obras inacabadas ou insuficientes, pois, de acordo com o depoimento de um representante de uma instituição local, muitas ramificações da rede de abastecimento nunca foram ativadas:

No programa Viva SG começaram a fazer as ramificações da rede de água, colocaram na Av. Paulo VI, na Marcos da Costa, na Cardeal Alvaro da Silva, depois na Av. Padre Vieira e só. A Av. Albino Imparato, uma boa parte não tem registro de água. Na Rua Turquesa também fizeram as ramificações. Só que não ligaram essas distribuições para a comunidade. E aí, a comunidade teve que furar. Na Rua Itabacuri a rede oficial vai até a Rua 41 do Catarina Novo, que é atendida pela antiga tubulação que abastecia o Conjunto da Marinha, nosso bairro vizinho. Mas hoje ela não abastece mais, desde 2004, pois foi fechada na altura da Rua 57, na Miguel Glinka, lá perto do canal da Isaura (morador P.O.).

O relato acima mostra a complexidade do sistema de distribuição e abastecimento de água. Com mudanças constantes, há uma seqüência de fechamentos e aberturas de tubulações e entroncamentos que dificultam tanto o atendimento à população, quanto, provavelmente, o próprio controle da estatal sobre este serviço. Isto fica sintetizado na expressão do morador quando ele afirma: “não ligarão essas distribuição e aí a comunidade teve que furar”. Em alguns pontos, a capacidade do fornecimento foi reduzida. Em outros lugares, ela nunca chegou e, o pior, ainda inibiu as poucas opções “alternativas” que a população tinha de acessar este recurso fundamental a sua sobrevivência. Para agravar o problema, ruas inteiras, antes ligadas à rede geral, passaram a utilizar de suas bombas hidráulicas para captação de água em tubulações paralelas, reduzindo ainda mais o volume de água.

A Cedae em contrapartida, o que fez? Onde estão os registros de retorno das águas ela fechou. Foi lá, um belo dia, abriu e cimentou tudo. Ou seja, um terço da população não tem água. Só tem água as partes onde houve as obras do governo do Estado das bacias. Só tem água as partes do Novo e na parte do Velho onde é asfaltado. Mesmo assim, uma vez por semana, porque eles fazem manobra de água: no início duravam 48 horas, um dia pro Novo e um dia pro Velho. Mas hoje não chega a isso. Na parte Nova ela entra na quinta feira de madrugada, e às 07 horas da manhã fecha. Aí quem pegou, pegou. No Velho, cai à tarde, na quarta feira até a noite (morador P.O.).

Novamente, o depoimento do mesmo morador indica que as intervenções da Cedae geraram uma diferenciação no uso e no armazenamento da água. Com o serviço

de distribuição fragmentado, áreas menos estruturadas não foram inseridas no sistema de manobras, já as partes centrais do Catarina Velho e Novo, que foram beneficiadas pelo programa de urbanização “Viva São Gonçalo”, passaram a contar com o serviço. Esta realidade agrava ainda mais as condições de saúde dos moradores das localidades marginais, pois além de representarem as micro-áreas mais expostas aos riscos e impactos ambientais, e de sofrerem com a falta de saneamento básico, ainda devem arcar com custos relativos à contratação de serviços privados de fornecimento de água.

Infelizmente, o problema da escassez não se restringe à falta de abastecimento ou a precariedade do serviço. Considerado como um bem necessário à reprodução da vida, a água hoje é alvo de disputas comerciais e bélicas por todo o mundo. Os conflitos ao redor deste recurso vêm causando processos de iniquidade de acesso e conseqüências dramáticas às populações das periferias urbanas. A distribuição e o abastecimento desigual, quase sempre manipulado por grupos de poder, são às vezes os maiores responsáveis pela precariedade do consumo e pela condição de vulnerabilidade ambiental e de saúde que tal escassez ocasiona (Hannigan, 2009).

No contexto do Jardim Catarina, as políticas públicas pontuais, de baixa qualidade técnica e entrelaçada com relações políticas de estatais e disputas entre órgãos e regiões acabam afetando em cheio a equidade dos serviços de abastecimento (Oliveira & Valla, 2001). O processo de urbanização e ocupação do solo, pautado por formas distintas e desiguais de apropriação do território, também contribuem para a existência de localidades com maior concentração de abastecimento e outras com menor acesso à água.

O fato é que o direito à água na periferia de São Gonçalo torna-se alvo de negociação por parte dos moradores. Há um aumento do custo de vida, onde agentes econômicos privados passam a lucrar com a debilidade do serviço e com práticas alternativas de abastecimento. É comum ver nas ruas do Jardim Catarina o atendimento por carros-pipas, mesmo nas partes que possuem ligação a rede geral. O levantamento de reportagens de jornal mostra que os moradores fazem suas queixas e evidenciam o bom negócio dos “pipeiros”:

Falta água para moradores e sobra para os *pipeiros*: quero pedir providências quanto a falta de água no Jardim Catarina - São Gonçalo, principalmente nas ruas que ficam próximas a pipa d’água. Ali nunca falta água, os caminhões fazem filas enormes para

venderem até mesmo pra quem mora ali perto. Isso é um absurdo, afinal nós pagamos essa água. No natal e ano novo, muitos moradores tiveram que comprar água, pois a Cedae deixou de abastecer nesses períodos. Agora eu pergunto, por que será que pra esses caminhões, nunca tem bomba quebrada e muito menos fazem manutenções constantes? Quero ressaltar que moro nesse bairro há mais de 20 anos e tudo isso veio depois de uma obra que a Cedae fez para reduzir nosso abastecimento e melhorar a venda dos *pipeiros*, por isso demonstro aqui minha revolta (fonte: www.reclameaqui.com.br/35049/cedae-rj/falta-de-agua-para-moradores-e-muita-agua-para-os-pipeiros/. 25/01/2008).

“No bairro, as crianças aprendem que, desde cedo, para ter água em casa, é preciso fazer muito esforço. Todos os dias de manhã, antes de ir para o colégio, saem para encher os galões. A tubulação da Cedae foi instalada em uma rua, mas nunca funcionou”. Antônio da Silva diz que as contas da Cedae não param de chegar. O aposentado paga em média R\$ 30,00 por mês por um fornecimento irregular. “Tive que fazer um empréstimo pelo INSS, que vou pagar até 2009, para poder fazer um poço artesiano”, conta. Dona Diva também gastou dinheiro para transformar o quintal de casa em uma grande cisterna. O hidrômetro da casa do aposentado Paulo Roberto Campos funciona sem problemas. As contas também chegam, mas a água que abastece a família vem mesmo é do poço artesiano. “Com essa estiagem piorou. A água no poço está baixíssima. É só para lavar roupa, para lavar as coisas. Não há condições”.

(*Reposta da Cedae*) “A companhia pede para que todos os moradores continuem economizando água. Algumas dicas: evitar lavar calçadas, desligar a torneira enquanto escovar os dentes e não lavar roupa todos os dias”. (fonte: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,MUL138223-9097,00-ESTIAGEM+PIORA+FALTA+DAGUA.html>. 19/09/2007)

As passagens acima evidenciam alguns elementos:

- O custo pela falta de abastecimento é repassado às famílias do bairro, que precisam dispor de recursos para a compra de carros-pipas, construção de poços e cisternas;
- O impacto desta precariedade na valorização de áreas em detrimento de outras, diante da dificuldade de comprar, vender ou alugar imóveis;

- Fatores subjetivos e objetivos ligados à saúde, quando “desde cedo” as crianças precisam enfrentar este problema, tendo que caminhar pelo bairro com galões na cabeça, antes mesmo de irem à escola.

Desta forma, fica evidente que não se trata apenas de custo material, mas de elementos que transcendem o espaço do bairro e das relações econômicas, ganhando contornos ainda maiores, atravessando as noções de direito e cidadania. Como resposta o Estado volta ao discurso da reformulação do comportamento humano, onde resta a população do Jardim Catarina “evitar molhar as calçadas, deixar a pia aberta ou lavar roupas”. Portanto, não é “conscientizando” ou “educando” a periferia com uma educação sanitária normatizadora que alcançaremos uma melhor condição de vida e a prevenção de riscos à saúde. Identificar exclusivamente carências ou práticas fora de um padrão pré-estabelecido significa desconsiderar a presença dos próprios sujeitos no território e desvaloriza aquilo que eles têm de melhor, sua história e sua capacidade de criação (Oliveira & Valla, 2001). Novamente estamos diante do ato de responsabilização do morador e de “desculpabilização” do saber técnico (Luz, 1993).

O conhecimento técnico-burocrático contribui para a legitimação de políticas atravessadas por fatores não cívicos, que alimentam a instauração de uma “cidadania controlada” nos territórios periféricos (Burgos, 2005). Com isso, a presença de intermediários políticos gera uma manipulação dos direitos e das necessidades da população. Para Burgos, a interação à cidade de periferias e favelas foi feita através da “instrumentalização da política do território, substituindo as lutas pela ‘afirmação de direitos em face do Estado’ (2005; pp.195). Assim, ter água no Jardim Catarina significa lidar com os custos do abastecimento extra-oficiais além de aceitar as melhorias pontuais, sem a exigência de um atendimento integral e de uma cidadania plena.

Distribuição desigual da terra: especulação, distinções territoriais, violência e estratégias de sobrevivência

Em visita à micro-área do “Pica-pau”, após as enchentes de abril/2010, uma moradora, olhando para o quadro de devastação, aponta para alguns lotes vazios, porém cercados: “Dá pra acreditar que olhando para isso aqui, tudo aí tem dono. Não tem nenhum terreno disponível pra posse (...). E se quiser comprar, vai ter que pagar caro”

(Moradora M.A). Olhando para os terrenos baldios, consumidos pelo lixo e pela lama, ao lado de uma dos principais canais de escoamento de esgoto do bairro, realmente fica difícil de acreditar. No entanto, a procura é alta, como traduz a imagem de uma casa construída sobre pilares com mais de um metro de altura, no meio dos outros terrenos desocupados. “As pessoas parecem não perder a esperança, continuam chegando e construindo”, complementa a moradora.

A citação da palavra “esperança” pode ser entendida pela necessidade de que as famílias de trabalhadores têm em se aproximar das poucas oportunidades que a periferia hoje oferece (comércio, “bicos”, igrejas e redes assistenciais). A inserção injusta na cidade dos grupos populares, somada às suas péssimas condições de trabalho e à acumulação do capital intensificada e segmentada, faz da disputa por recursos uma realidade conflituosa. Resta ao trabalhador negociar com agentes locais sua possibilidade de permanência em áreas não tão próximas assim aos centros urbanos e ainda carentes de serviços públicos (Ribeiro, 1999; 2007; Lago, 2003).

Com as mudanças nos padrões da organização das periferias. O que se vê hoje é uma heterogeneidade desses territórios, com formas distintas de relações de mercado e consumo entre si. Atualmente é possível encontrar em Jardim Catarina a formação de uma classe média baseada no seu poder de consumo e influência de redes sociais, diferente dos moradores do Pica-pau ou Ipuca, que ainda necessitam “correr em tempos de chuva”, comercializar com “Pipas” e viver ao lado dos valões e do lixo.

A análise dos aspectos da vulnerabilidade e sua relação com os riscos ambientais vão alertar para uma “distribuição desigual dos riscos sócio-ambientais” (Porto, 2007). Os níveis de vulnerabilidade de cada micro-área irão condicionar o grau de exposição de seus moradores aos efeitos ambientais da poluição de um rio ou da ocorrência de enchentes, influenciando nas formas como os grupos populares vão se apropriar do espaço social, reproduzindo muitas vezes, neste caso, as próprias relações de desigualdade que contribuíram anteriormente para o acontecimento desta situação de injustiça (2007).

A organização da periferia está diretamente entrelaçada com nosso modelo econômico de produção e consumo, onde discutir a vulnerabilidade das famílias de Jardim Catarina requer considerar as dimensões da realidade social que incorporam os aspectos de ordem ética, de degradação ambiental e das disputas intensas por recursos naturais e simbólicos (Porto, 2007; Acsegrad, 2004).

A territorialização do espaço social e a existência de conflitos e relações de poder no loteamento geram uma limitação na participação dos moradores nas tomadas de decisão e discussão sobre a política formal da cidade. Ou seja, não basta querer morar no Jardim Catarina Velho ou Novo, é preciso pagar por isso, enfrentar o mercado imobiliário regulado por atores privados que possuem o domínio sobre as terras. As terras alagadas do Pica-pau se tornam assim a única opção para aqueles despossuídos de capital.

A desvalorização das áreas marginais do bairro diante das partes centrais está vinculada diretamente a atual situação do destino de esgoto e das enchentes. A este fato soma-se a atuação histórica do poder público que realizou ao longo dos anos uma série de obras que contribuíram para a ocorrência de inundações ou invés de resolvê-las. Para ilustrar este dado podemos recorrer às entrevistas com os moradores além de documentos oficiais relativos a algumas intervenções no Jardim Catarina:

O que o governo do Estado faz aqui no bairro é um crime ambiental. As galerias estão totalmente obstruídas de entulhos e lixo, não há manutenção e mesmo assim eles continuam a destinar o esgoto da comunidade nelas. Além de poluir nossas águas, em época de chuvas não tem como não encher (morador J.B)

De acordo com morador, os canais que são utilizados para a drenagem do esgoto não têm como realizar sua função devido à poluição de suas águas. Construídos em um passado recente, os atuais “valões” deveriam captar o esgoto das casas, levá-los até a Estação de Tratamento de Esgoto (prevista no Programa Viva São Gonçalo, mas que não funciona) e encaminhá-lo até a Baía de Guanabara. Além de assoreados, esses rios passam pelas zonas de baixada (ex: comunidade do Pica-Pau e Ipuca) do bairro, que devido a sua localização inferior ao nível do mar, sofrem constantemente com refluxo das águas durante a maré cheia e os períodos de fortes chuvas.

Para esclarecer melhor esta situação o Fórum Comunitário de Jardim Catarina (que integra diversas instituições do bairro) fez uma reclamação oficial a Fundação DER (Departamento de Estradas e Rodagem –RJ), responsável pelas últimas obras de saneamento no bairro. O processo administrativo é relativo à abertura das comportas da ETA Laranjal. Em dias de chuva ou quando os tanques de armazenamento passam por alguma manutenção, a estação dispensa um elevado volume de água nas galerias do

bairro poluindo com lodo e produtos químicos (utilizados no tratamento das águas) os canais, contribuindo para o aumento do nível hídrico durante as enchentes, prejudicando assim, a drenagem da região (ofício PRE/DOP N°037/2004).

Como resposta, o DRE-RJ encaminhou a Cedae um pedido para a resolução do problema. A estatal realizou a instalação de “vertedouros” e caixas apropriadas para sedimentos sólidos oriundos da ETA. Esses equipamentos teriam a função de inibir o lançamento de dejetos dos tanques diretamente nas galerias de água, porém, pela opinião do Fórum Comunitário, esta tarefa seria inviável. A quantidade de entulho, lixo e esgoto não tratado nos canais impossibilita o bom funcionamento dos vertedouros e caixas, não havendo como os sedimentos vazarem pelos valões, sendo então redirecionados às galerias, poluindo inclusive o solo e lençóis freáticos, como ilustra a imagem a seguir.

Imagem 01: Canal conhecido como Valão da Cedae



Ao conversar com moradores da Ipuca, área que até o ano 2000 possuía menos da metade das moradias ligadas à rede geral de abastecimento, eles colocam que a única saída para se ter água é através de poços. Mesmo conscientes da possibilidade de contaminação dos lençóis, as famílias não encontra muita escolha:

Aqui o carro-pipa não vem, porque tem muita lama e a água não chega. Então só resta o poço. Eu confesso que não bebo dessa água não, mas meus vizinhos vivem me

pedindo para pegá-la. Eu aviso que a água está suja, principalmente depois de chuvas, mas fazer o que? Eles precisam de água (Moradora A. M.)

A necessidade deste recurso tão necessário passa por cima das questões insalubres e até mesmo dos riscos ambientais. A injustiça e a violência inseridas neste contexto são delineadas por um complexo emaranhado de relações, onde interagem o Estado (ex: DER, CEDAE), a população (suas instituições, sua diversidade e vulnerabilidade) e os grupos locais de poder (ex: loteadores e “Pipeiros”).

Tal complexidade dificulta a construção de políticas amplas e horizontais, capazes de integrar os diversos territórios do bairro. Ribeiro destaca é que a lógica de ocupação destes lugares diferem da migração dos anos 40/50 e de um associativismo que se pautava pelo assalariamento das classes trabalhadoras e pela facilidade na aquisição de lotes e da auto-construção de casas (Ribeiro, 1999). A dualidade do passado, entre periferia e centro, possibilitava a construção de identidades coletivas entre seus moradores, hoje, a segmentação sócio-espacial desses espaços é marcada pela retração das antigas formas de solidariedade e pela expansão da várias manifestações de violência (Ribeiro, 1999).

Esta mudança reforça a disseminação das relações coercitivas e inibidoras de organização comunitária. O Território deixa de ser o lugar da reprodução de valores e códigos culturais e “passam crescentemente ao papel de estigmatizadores e diabolizadores dos pobres, na medida em que se busca enunciá-los como o lugar e a origem da chamada violência urbana” (1999). Como resultado, Ipuca e Pica-pau ficam de fora da criação e aplicação de políticas sociais (como é o caso do Viva São Gonçalo, que não integrou estas regiões em seus projetos), ficando sob o regimento de normas repressivas, mediadas por instituições e agentes opressores (ex: quadrilhas de traficantes de drogas e milícias).

Desta forma, até mesmo as poucas instituições do Estado ou da sociedade civil que ainda oferecem algum apoio social aos moradores acabam tendo suas ações dissolvidas pelo o contexto desigual e injusto, como são os casos da Escola, dos projetos sociais e do Programa Saúde da Família (PSF). De acordo com as entrevistas com profissionais da educação e da saúde, moradores do Jardim Catarina, a realidade social contribui para o enfraquecimento da escola na atuação junto aos jovens. No

entanto, alegam que o a visão marginalizada e criminalizada que se tem deles é o fator principal de distanciamento entre professores e este grupo:

Pobreza, miséria, violência. Tudo isso tem no Jardim Catarina, mas o pior é o preconceito que vem do próprio bairro e da escola. Todos já acham que eles são marginais e desinteressados, o que não é verdade. Eu dou muito amor e dedicação a eles, e a maioria tem bom desempenho (professor P. A.)

O cenário é dramático, mas na fala deste professor de uma escola pública local, que também é morador do bairro, o problemático é lidar com o preconceito fruto do estigma e discriminação que a juventude da periferia sofre atualmente. A vulnerabilidade social e ambiental de regiões inteiras serve cada vez mais a construção de uma linguagem que estereotipa grupos sociais, produzindo um efeito de naturalização de desigualdades e práticas discriminatórias (Goffman, 1963). Com a fragilidade de suas instituições coletivas a população do Jardim Catarina é alvo de uma série de classificações que menospreza seu conhecimento e experiência de vida, e contribui ainda mais para seus isolamento e fragmentação.

Em contrapartida o estado oferece projetos sociais em parcerias com ONGs de fora do bairro que chegam para “civilizar” seus jovens e prepará-los para viverem, mesmo que apenas parcialmente, “no mundo externo”. Programas com repasse de bolsa para participação dos moradores e a contratação de profissionais para atuar em organizações comunitárias são a maneira de atrair segmentos do bairro a aderirem a essas políticas. Contudo, tais programas são verticalizados, articulados entre poder público (nos casos acompanhados, são projetos via prefeitura de São Gonçalo) e políticos com influência local, não passam por discussão junto à comunidade e são implantados de forma rígida, sem espaço para a criatividade de quem vive e conhece as particularidades do dia-a-dia. Resultado:

Dos vinte projetos como este de “Cidadania e Educação Ambiental” espalhados em São Gonçalo, funcionando tem apenas 04. Um deles esta aqui no nosso espaço. Mas não temos material didático, não sabemos como eles selecionam os jovens e nem temos respaldo da Prefeitura. Eu trabalho com homens de até 21 anos, que tem um monte de problema pra resolver. Estão pensando em trabalho, namoro, problemas em casa e na mixaria que o projeto oferece. Como vou falar de cidadania baseado nesta

única apostila que me deram. Aqui só se fala da carta dos direitos humanos, tudo aquilo que falta aqui no Catarina (Moradora M.A)

O relato acima traz o conflito entre o campo dos direitos universais, relacionados à cidade moderna e tecnológica, e o contexto do bairro, territorializado e fragmentado. Fica evidente a falta de participação da população na organização destes programas, do mesmo jeito que eles passam a idéia de que, por serem em periferias, podem funcionar precariamente e com carência de estrutura e acompanhamento. A moradora e integrante de um centro cultural comunitário compreende que a atuação destas políticas pode agravar ainda mais os problemas vinculados a juventude local, preferindo inclusive abrir mão próprio projeto e do salário que ele proporciona a ela: “estou pensando em entregar esta turma, pois tenho a sensação que ao invés de ajudar, estou atrapalhando minha comunidade” (Moradora M.A.).

Essa tentativa do governo em trazer temas como cidadania e ambiente para o espaço da periferia tem a ver com ideologia política liberal de democracia, onde em sociedades desiguais busca-se inserir os grupos vulneráveis no campo dos direitos cívicos. Contudo, esta intervenção não ataca a estrutura hierárquica de poder e nem de distribuição de capital, ela busca reconhecer as diferenças entre grupos e lugares, porém, mantendo o distanciamento econômico entre os territórios, de maneira a amenizar os possíveis conflitos sociais (Machado da Silva, 2004). Neste caso, o Estado tenta legitimar-se através destas intervenções, pois cidadania e acesso ao mercado de trabalho são dois pontos cruciais que regulam a vida pública na cidade. Ambos são oferecidos aos jovens por projetos de capacitação e conscientização, no entanto, descontextualizados e vazios de conteúdo.

De um lado, houve um progresso em relação às décadas de 60 e 70 em termos de ampliação dos direitos sociais, contudo com o fortalecimento da ideologia de mercado neoliberal a partir dos anos 80 e 90, o que se viu foi a intensificação de processos de individualização e competitividade entre lugares e sujeitos, acarretando numa brutal disputa entre territórios, visando os escassos recursos disponibilizados pelo estado e pelo capital (Oliveira, 1999). Assim, o projeto para jovens questionado e abandonado por um grupo comunitário, será acolhido por outro espaço do próprio Jardim Catarina, devido a esta lógica da sobrevivência, tanto de quem trabalha em projetos sociais, como

dos próprios moradores, que precisam se virar com as restritas oportunidades ofertadas pelo mercado de trabalho.

Este quadro não permite uma solidariedade horizontalizada entre as micro-áreas e nem entre bairros de periferia. Suas práticas são setorizadas da mesma forma que as políticas públicas agem nestes territórios. Um exemplo de política pública na área habitacional realizada pelo Estado no bairro foi a construção de 80 casas pela Cehab-RJ, em 1974. Com o intuito de receber moradores removidos de algumas favelas de Niterói (Cordeiro, 2004). No início, como integrante das ações do BNH e do governo federal, o conjunto tinha a proposta de criar espaços coletivos de lazer e representatividade para seus moradores (centros sociais e associação de moradores). Porém, a construção das moradias não veio acompanhada de obras de infra-estrutura, como saneamento básico. O impacto disso hoje é que o Conjunto da Rua 40, como é conhecido, apresenta um dos piores indicadores de saúde, com baixíssimo grau de abastecimento de água, coleta de lixo e esgoto.

Para agravar a situação, com a falência das políticas federais de habitação e controle do espaço urbano, os conjuntos foram deixados à própria sorte, tornando-se alvo fácil para a entrada de grupos criminosos e práticas repressivas. Estes elementos bloquearam as embrionárias tentativas de organização coletiva dos moradores e dissolveram as instituições criadas pelo Estado para atender a demanda do conjunto (Cordeiro, 2004).

Hoje, o Conjunto da 40 é evitado pelos moradores das demais partes do Jardim Catarina e pelos profissionais que trabalham no bairro. O pólo sanitário que está localizado no seu interior é constantemente recusado pelos agentes de saúde como posto de trabalho, muitas lideranças se negaram a realizar visitas naquela localidade. Esta micro-área foi a única em que se encontrou dificuldade para visitá-la durante a pesquisa.

O silêncio que “soava” nas entrevistas quando perguntava-se algo sobre os problemas e características deste território já indicavam pistas sobre o grau de isolamento físico e simbólico de seus moradores. Em diversas conversas, expressões como “lá eu não te levo não”; “problema de violência no Catarina só lá na 40”; “depois que aquele pessoal veio pra cá que as coisas começaram e se complicar”, surgiram nas narrativas sinalizando um universo obscuro de relações sociais, que se intensificam através da ação de grupos armados do estado e do crime, como também, dos discursos

discriminatórios e referências feitas à violência pelos canais de comunicação do município.

As relações violentas que surgem em bairros de periferias urbanas tendem a ser analisadas dentro de uma visão que opõem a cidade dos direitos universais em relação à “cidade perdida” (Ribeiro, 1999b). Com isso, acaba-se legitimando a atuação repressiva por parte de instituições públicas nestes territórios, como são os casos da ação policial ou da entrada de obras que intensificam ainda mais os problemas ambientais nesses espaços.

É verdade que os loteamentos ainda representam um lugar de acesso à cidade, contudo, a ampliação da violência e o afastamento das estruturas administrativas e de controle social do estado contribuem ainda mais para sua segregação espacial (Wacquant, 2001). Estes lugares além de serem produtos das desigualdades, acabam reproduzindo instituições e relações desiguais, como as escolas cujas direções não aceitam alunos de micro-áreas consideradas violentas.

A reciprocidade, como motor e expressão da vida social, passa a ser construída a partir de relações violentas de sociabilidade, onde grupos em disputa, com projetos políticos distintos, buscam o poder. Neste sentido, a violência é uma possibilidade sempre presente nos momentos de negociação (Velho, 1996). Em territórios extremamente heterogêneos e fragmentados as formas de diferenciação social e acesso aos recursos podem vir associados à violência. O que geralmente é visto pelo restante da sociedade como a única forma de manifestação social e expressão de vida dos habitantes das periferias.

No caso da saúde, através da atuação de seus profissionais (pesquisadores, médicos, enfermeiros, agentes comunitários etc.), este cenário e esta configuração cultural e social do Jardim Catarina acaba gerando um sentimento de impotência e sofrimento. Afinal, enfrentar este cotidiano de tantas contradições e inibições fragiliza fisicamente e emocionalmente os sujeitos que promovem algum tipo de ação política no loteamento. Em entrevistas com agentes comunitárias de saúde foi marcante o grau de emoção com que elas relatavam suas experiências, em uma mistura de pertencimento, por serem moradoras, e desilusão, pois falam de dentro do serviço e vivem as condições de trabalho da comunidade.

Contudo, o tamanho do loteamento, considerado um dos maiores da América Latina, se traduz pelas inúmeras organizações, sujeitos e instituições sociais com suas

redes de apoio e cuidado. Ao longo deste capítulo apontou-se uma série de problemas relacionados à saúde e ao ambiente, caminhando na direção das pistas deixadas por estes personagens. A partir daí, é possível estabelecer uma ponte entre os problemas com as práticas desenvolvidas pelos moradores no seu enfrentamento. Permitindo ir além do diagnóstico crítico da situação de saúde destes territórios, escapando das armadilhas metodológicas e epistemológicas das teorias que alegam a imutabilidade destes lugares.

É preciso analisar a questão da saúde e do ambiente nos seus aspectos amplos, articulando uma ação mais participativa por parte da população local com a construção de novos espaços de debate e formação de uma esfera pública igualitária (Burgos, 2005; Porto, 2007). O direito à cidade deve ser expandido aos loteamentos da periferia, mas através da consolidação da cidadania e da democracia nestas regiões, respeitando a cultura que durante anos ajudou seus moradores a sobreviverem num ambiente vulnerável e exposto a uma carga desigual e desproporcional de riscos, oriundos da produção capitalista de “outra” cidade, a mesma que nunca desejou repartir seus lucros, frutos do desenvolvimento.

O discurso dominante científico tende a negar esta cultura e seu processo histórico, homogeneizando aquilo que na prática se mostra diverso. A experiência e a produção do conhecimento por parte das camadas populares não conseguem ser enquadradas nos modelos matemáticos, estatísticos e analíticos do saber técnico-científico, causando embaraços na teoria acadêmica que não consegue dar conta dos imprevistos que a complexidade da vida moderna proporciona (Morin, 2006).

O que o modelo hegemônico de desenvolvimento econômico indica é a impossibilidade do surgimento de alternativas a ele mesmo. Olhando para os inúmeros resultados que ele produz e reproduz em nossa sociedade, nos parece a princípio que o futuro será semelhante ao presente, no entanto, o que os defensores deste sistema não percebem é que dele nasce também formas contraditórias e divergentes de lidar com o mundo, expressões de resistência à padronização e mercantilização da vida. Das diversas periferias urbanas surgem práticas e formas de agir que buscam manter antigos laços de parentescos e produzir novas maneiras de olhar para o território e reproduzi-lo.

A resistência local é uma das conseqüências deste capitalismo global (Santos, 2005). Num primeiro momento enxergamos apenas suas formas de desmobilização das atividades solidárias e éticas, contudo, desta mesma fragmentação espacial, surgem

múltiplas relações humanas e novas organizações sociais. Como nos salienta Boaventura de Sousa Santos:

Neste momento de complexidade nós precisamos de capacidade de ação, que por um lado se tenha determinação sem fechamento, tenha horizonte, mas não metas, tenha direitos, mas que esteja aberto à “ilegalidade”. Aqui se funda a passagem da ação conformista à ação rebelde (2001; pp.21)

Sistematização dos Problemas de Saúde e Ambiente de Jardim Catarina

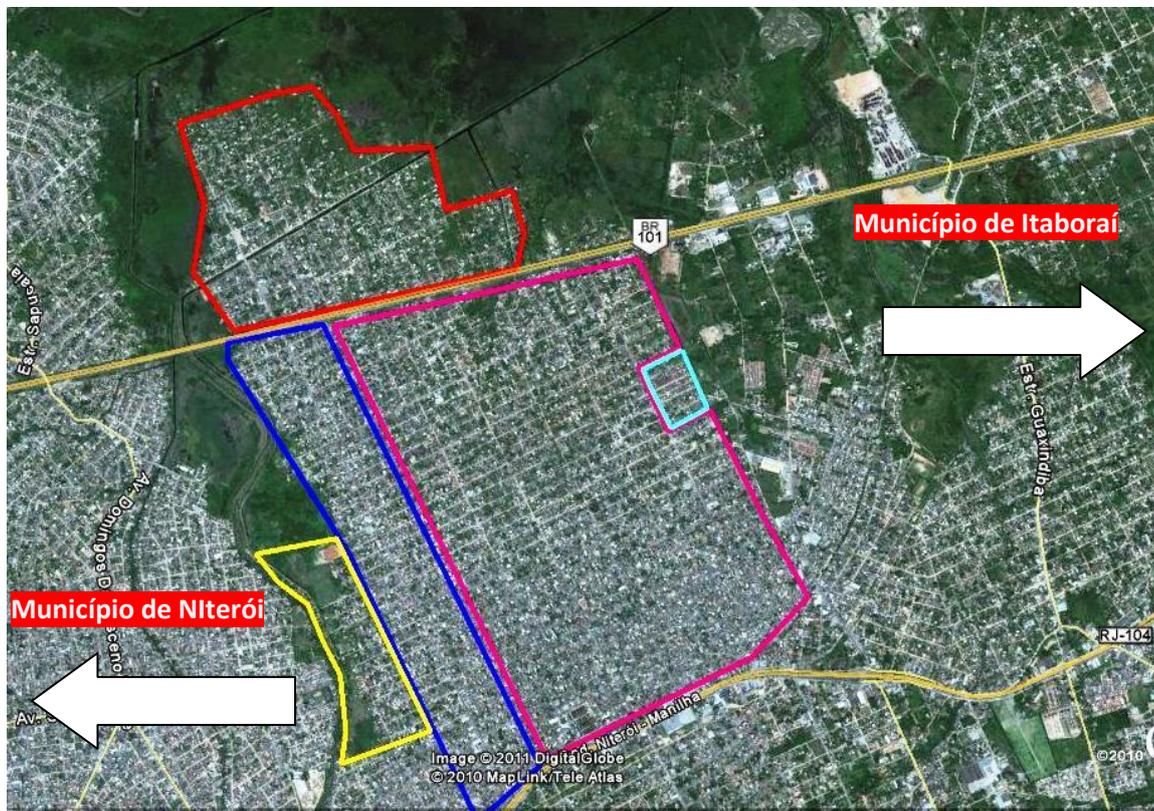
A tarefa de sistematizar os problemas de saúde e ambiente não é simples. Por se tratarem de questões resultantes de diversos elementos e características que se encontram, não podemos isolá-las do contexto onde ocorrem e, muito menos, desconsiderar uma série de situações que as atravessam. Neste caso, segue abaixo duas maneiras para visualizar os problemas de saúde e ambiente levantados nesta pesquisa: primeiro um quadro, dividido por micro-áreas, problemas de saúde e personagens que estão envolvidos com ambos no cotidiano; em segundo, construímos uma imagem da “especialização” das micro-áreas, capaz de realizar uma associação espacial entre as localidades do bairro e seus problemas que, como foi visto neste capítulo, vai muito além dos fatores físicos e materiais de suas ocorrências.

Quadro 04: as micro-áreas e seus problemas de saúde e ambiente

Micro-áreas	Problemas de saúde e ambiente	Personagens envolvidos	“Custos Sociais” envolvidos
Catarina Velho	Mesmo participando do Programa Viva São Gonçalo, algumas partes desta micro-área sofrem com a falta d’água; com o esgoto não captado e não tratado e; possui ruas sem pavimentação.	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; moradores.	Gasto com a compra de carro pipa; exposição a riscos ambientais como esgoto a céu aberto e doenças hídricas; poluição de rios e canais.
Catarina Novo	Abastecimento Irregular de água; falta coleta e tratamento de esgoto; a maioria das ruas não foi inserida em programas urbanísticos; a coleta de lixo é precária, onde o serviço só funciona nas vias principais da micro-área.	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; Empresa Municipal de coleta de lixo; moradores.	Gasto com a compra de carro pipa; exposição a riscos ambientais como esgoto a céu aberto e doenças hídricas; poluição de rios e canais e do ar a partir da queima de lixo;
Ipuca	Carência de moradias saudáveis e adequadas para a reprodução social das famílias; parte da micro-área não conta com transporte público; não há sistema de água e esgoto; não há coleta de lixo; as ruas não são pavimentadas; esta localidade sofre com problemas constantes de enchentes; faltam serviços públicos básicos, como iluminação, escola,	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; Empresa Municipal de coleta de lixo; empresas privadas de transporte alternativo; moradores.	Desvalorização do custo da terra; e afastamento dos investimentos públicos e privados em termos de urbanização; poluição dos rios e canais; maior custo com transporte; desgaste físico e emocional na locomoção para estudar; compra de carros pipas; poluição dos lençóis freáticos e poços artesanais; falta de associação de moradores

	atendimento de saúde.		ou outras instituições representativas
Pica-pau	Carência de moradias saudáveis e adequadas para a reprodução social das famílias; não há sistema de esgoto e água; exposição às enchentes; esgoto a céu aberto; não há coleta de lixo; iluminação pública precária; presença de grupos narcotraficantes na micro-área.	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; Empresa Municipal de coleta de lixo; tráfico de drogas; moradores.	Desvalorização do custo da terra e afastamento dos investimentos públicos e privados em termos de urbanização; poluição dos rios e canais; desgaste físico e emocional devido as perdas constantes de bens e vidas, ocasionadas pelos alagamentos das moradias; não é possível construir poços devido a geografia do lugar; falta instituições comunitárias representativas
Conjunto da 40	Falta de saneamento básico; degradação e alteração do padrão inicial do conjunto da CEHAB; possui um dos piores indicadores de renda do bairro; carece de escolas e serviços de saúde; sofre com a violência policial e do tráfico de drogas e armas.	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; Empresa Prefeitura; tráfico de drogas; Polícia; moradores.	Preconceito e estigma em relação à micro-área; poluição de rios e canais; compra de carros pipas.

Imagem 02: Espacialização das micro-áreas no Jardim Catarina



LEGENDA:

-  Catarina Velho
-  Catarina Novo
-  Ipuca
-  Pica-pau
-  Conjunto "da 40"

CAPÍTULO 05 - Práticas Locais: um movimento que se faz com os pés

A sistematização de experiências é uma grande possibilidade para que sejam expressos, desenvolvidos e divulgados os conhecimentos e saberes locais, que têm muito que dar ao enriquecimento do pensamento científico. Isto também permitirá assumir mais criativamente os nossos projetos, pois não teremos uma atitude passiva que se reduz a aplicar os conhecimentos e verdades que já existem, senão que impulsionaremos a nossa capacidade de criar conhecimentos adequados à realidade em que vivemos e às suas particularidades (Jara, 2007).

Para compreender a realidade social das periferias, ou de qualquer outro lugar, não devemos nos limitar apenas aos seus aspectos objetivos, mas também considerar os elementos simbólicos que conformam as experiências e práticas cotidianas de seus moradores. A este respeito, cabe lembrar a perspectiva do historiador Thompson, que indica um conjunto de elementos que vem sendo relegado pela maior parte das análises sobre a experiência dos moradores de territórios vulneráveis:

As pessoas não experimentam sua própria experiência como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (1981, p.189)

Analisar um problema de saúde e ambiente, como por exemplo, a questão da enchente de uma comunidade, passa pela consideração do que Thompson chama de consciência afetiva e moral daqueles que sofrem ou estão envolvidos com estes problemas. Assim, a compreensão dos problemas de saúde dependerá do exercício de sistematização das práticas dos moradores, objetivando e identificando suas experiências, mas sem perder de vista os elementos e o caráter subjetivo que as alimentam (Jara, 2007).

Conhecer e alterar as condições de vida de territórios vulneráveis, voltados para uma possível transformação de futuro passa por este processo, pois percebemos com mais clareza o que fazemos e o que nos motiva,

Provocando o nosso interesse a partir das nossas próprias necessidades, já que estamos plenamente envolvidos em ser sujeitos – e objetos ao mesmo tempo– de interpretação. Os principais riscos provêm da possibilidade de não fazer interpretação crítica, questionadora, que desfaz os esquemas senão, pelo contrário, uma “interpretação” justificadora condescendente, uma mera explicação passiva daquilo que fazemos.(Jara, 2007).

5.1 Um lote, muitas famílias...

Caminhando pelas ruas do bairro temos a sensação de que os lotes possuem dimensões amplas, capazes de oferecer ao seu proprietário o conforto necessário (com quintais e áreas de lazer) e comodidade a sua família. No entanto, quando temos acesso aos terrenos, verificamos a quantidade e variedade de formações domiciliares. Dos lotes que foram visitados durante esta pesquisa, praticamente todos possuíam mais de uma construção em seu espaço. Em alguns casos encontramos duas, três ou até quatro famílias residindo numa mesma área, mas em casas diferentes. Olhando de fora fica praticamente impossível diagnosticar esta realidade. As razões para esta mutabilidade dos lotes são diversas, pois possuem aspectos históricos relacionados às lutas populares por moradia, à desigualdade de acesso ao consumo e à produção e às mudanças no contexto social e político do bairro (Sader & Paoli, 1986; Sader, 1988).

A partir do momento em que a casa se torna o lugar de “reprodução da força de trabalho” (Kowarick, 1988; Sader, 1988) e um ambiente familiar, que atua como proteção e garante ao morador da periferia acesso ao mercado de trabalho e ao consumo nas cidades, fica clara a razão da existência de inúmeras autoconstruções em um mesmo lote, e por conta da mesma família.

A construção de novas casas ou sua expansão através de novos cômodos tem dois objetivos centrais: o primeiro trata de garantir aos membros da família a possibilidade de adquirir a casa própria em um ambiente desigual de acesso à terra, ou seja, com o casamento dos filhos ou o nascimento de um neto, a construção em um mesmo terreno

permite economizar recursos, contar com o auxílio de parentes nos mutirões de obras e permite a proximidade e apoio social dos pais e irmãos). O segundo elemento está vinculado ao comércio imobiliário, que tem nas construções e divisões dos lotes uma possibilidade de retorno financeiro à família através da venda ou aluguel de casas, o que também é comum em Jardim Catarina:

Eu sempre morei com meus pais na Rua 20, no mesmo lote. Depois que eles morreram a nossa casa ficou para meu irmão mais velho, a minha irmã construiu a sua do lado dele e eu fui levantar a minha nos fundos do terreno. Ela é simples, ainda não está pronta. Mas serve pra mim e meu filho, que moramos sozinhos lá (Moradora R.R)

No relato acima a construção do lar se realiza por etapas e de acordo com as mudanças na organização familiar. Com as mortes dos pais e o com crescimento dos filhos, o formato original da moradia perde sentido, fazendo com que uma nova configuração floresça garantindo a segurança familiar e a integração entre seus parentes. A privacidade e o sentido de propriedade, mesmo que em parte, é mantida, porém, ganhando contornos coletivos, ligados pelos laços de parentesco. Durante a entrevista, a mesma moradora afirma o sonho de no futuro construir um quarto para seu filho:

Por enquanto eu e meu filho moramos no mesmo quarto, nem dá pra ele dormir na sala porque ela é muito pequena. Mas eu prometi pra ele que assim que eu tiver um dinheirinho, vou terminar o quarto dele e ampliar a cozinha (Moradora R.R)

A escassez de recurso, tempo e espaço muitas vezes geram moradias pequenas, sem sala de estar ou banheiro particular, fazendo do quintal (ou que sobrou dele) uma área coletiva, onde os diferentes núcleos familiares se comunicam e a todo instante se articulam: festas, confraternizações, debates e decisões são tomadas nestes encontros no quintal. Neste caso, é o laço de parentesco e a prática da autoconstrução em um mesmo lote que torna possível a reprodução das famílias no Jardim Catarina .

No caso do mercado imobiliário, adquirir renda para a subsistência e consumo, também visa, geralmente, o sustento familiar. Mesmo tendo cuidado nesta afirmação, devido à ação de agentes privados, que buscam acumular e concentrar capital através da

especulação imobiliária e, com isso, dificultar (ou cobrar) o acesso de moradores às áreas mais valorizadas do bairro, será a repartição de terras que levará a expansão e a fixação ao lugar por parte dos moradores nos loteamentos urbanos das periferias metropolitana (Ribeiro, 1999; Magalhães, 2010):

Aqui antes, era uma horta que eu mesmo cuidava, mas com o tempo a família foi crescendo, né. Infelizmente, meus filhos estão desempregados, por isso disse a eles que podiam construir aqui, tem espaço pra todo o mundo. Eu não posso ter uma casa e ver meus filhos, com família e tudo sem um teto pra morar (moradora A.M)

Olhando para o quintal da moradora da Ipuca, do trecho anterior, logo percebemos a divisão espacial do que antes era uma horta. O espaço que possuía outra função social e com fortíssimo aspecto cultural transformou-se em opção de moradia para grupos vulneráveis que tentam enfrentar a ineficiência das políticas habitacionais, o desemprego e a informalidade.

Esta é uma prática que tem consequências do ponto de vista ambiental e da saúde da população, pois, o processo da autoconstrução e o de auto-gestão da terra geralmente é acompanhado pela falta de uma infra-estrutura mais ampla e de saneamento básico, o que potencializa os riscos à saúde. Instalações de esgoto coletivas e alternativas são direcionadas aos rios e canais mais próximos. A estratégia é levar para o mais longe possível os dejetos e lixo. Com isso, muitas áreas do bairro, mesmo não ocupadas, acabam sofrendo com o impacto ambiental deste modelo de ocupação espacial, o que favorece o discurso das autoridades políticas de que são os moradores que poluem o ambiente e as ruas do Jardim Catarina:

Eu sei que é errado, mas não posso deixar o esgoto no meu quintal. Aqui mora criança, idoso. O jeito é levar pra longe o esgoto (...). Nós aqui nos unimos e fizemos a instalação das tubulações. As vezes tem algum vazamento, mas pelo menos o esgoto não fica dentro da nossa casa (Moradora D.A.)

O depoimento foi feito por uma moradora que divide o mesmo terreno com mais duas famílias. A instalação de esgoto é uma só para as três casas. Todos contribuíram com os gastos de material e mão-de-obra. São primos e irmãos que vieram de outras cidades e só encontraram apoio na cidade através do ambiente familiar. Com isso,

reduzir a condição do problema da moradia ou do saneamento básico ao comportamento “inadequado” da população é limitar a capacidade de análise e compreensão dos problemas. A experiência, muitas vezes determinadas pelas condições materiais e as limitações impostas pela sociedade, podem ser reelaboradas, buscando contribuir para a sobrevivência dos grupos populares. De forma que os significados que os diversos agentes atribuem aos contextos e as suas práticas não serão também unívocos (Cunha, 2010).

Se levarmos em conta a heterogeneidade de ocupação e o comércio imobiliário entre as micro-áreas, este modelo popular de produção habitacional, alimentado pela fragmentação das políticas públicas deste setor, agrava ainda mais as condições de vida da população do bairro. Afinal, duas ou três casas no mesmo espaço representam mais esgoto a céu aberto, mais lixo e mais exposição a doenças e, o que é pior, consolida a manutenção das desigualdades sociais entre as regiões e territórios da cidade.

5.2 Trabalhador do social

Discutido anteriormente, a lógica dominante da implantação de programas de governo e projetos sociais nas periferias metropolitanas acabam contribuindo ainda mais para a segmentação e fragmentação dos territórios que as compõem. A atuação de atores externos ao espaço do Jardim Catarina, numa relação de troca de favores e disputa por recursos com grupos locais, dificulta a integração dos sujeitos que ali residem e a construção de reivindicações amplas e coletivas por parte dos moradores.

Parte das intervenções e investimentos públicos chega ao Jardim Catarina por intermédio de ONGs de outras cidades ou bairros, ou por contribuição de algum político que possui contato com lideranças locais ou representantes de instituição comunitárias. Este fato faz com que moradores de diversos ramos profissionais e áreas do conhecimento, em grande maioria, enfrentando as dificuldades atuais do mercado de trabalho e as más condições de vida do lugar onde moram, passem a buscar nestes projetos oportunidades de emprego e outros benefícios, seja para ele ou para sua família, seja para a comunidade:

Nós temos um monte de conta pra pagar aqui no centro comunitário. É conta de luz, é o carro pipa. As pessoas chegam aqui e pensam que é só usar a sala, fazer alguma aula

ou palestra e ir embora. Mas abrir este espaço todo dia custa dinheiro, pagar um professor custa dinheiro. Não acho justo um profissional da comunidade vir aqui, dedicar seu tempo e conhecimento e não ganhar nada. Ter um projeto que pague o salário do professor é uma forma de motivar o profissional, os alunos e nós mesmo que estamos na gestão (Morador R.M).

Neste depoimento a moradora, que trabalha em uma instituição local, deixa claro que os projetos sociais são vistos como uma fonte de renda e um símbolo do reconhecimento do trabalho da instituição. A participação política na vida da comunidade não faz desses trabalhadores indivíduos em posição acima dos problemas locais. Possuir uma trajetória de luta não livra estes sujeitos das inúmeras dificuldades que habitantes de uma periferia urbana encontram em termos de relação de trabalho, necessidade de consumo e carência de serviços públicos e privados.

A diferença com os demais moradores se faz pelo o posicionamento estratégico em que estes sujeitos se encontram no território. Devido à relação com representantes de órgãos públicos, ONGs, políticos, pesquisadores e comerciantes, os sujeitos locais acabam integrando uma rede de ação que faz com que eles passem a ter um acesso diferenciado aos novos meios de comunicação e as outras formas de estruturas políticas (Valla, 1993; Cunha, 2010; Oliveira & Valla, 2001).

O vínculo profissional, formal ou informal, com estas instituições que financiam projetos, a relação flexível de trabalho e a possibilidade de atuar no espaço da sua própria vizinhança permitem uma maior articulação e mobilidade por parte do trabalhador, fazendo com que ele consiga realizar um maior número de tarefas em programas de governo distintos, inclusive para grupos políticos adversários.

A gestão pública de alguns municípios da RMRJ, baseada numa estrutura organizativa verticalizada e segmentada, acaba necessitando deste tipo de profissional, pois, serão eles que promoverão o elo entre órgãos públicos e os territórios urbanos, garantindo a visibilidade necessária às ações e políticas governamentais.

Esta situação relaciona-se diretamente às análises sobre os circuitos secundários da economia na sociedade globalizada proposta por Santos (2005), pois os integrantes destes segmentos sofrem com a falta de assistência previdenciária (trabalho informal) e garantias sociais (carentes de direitos universais como educação integral, saúde ampla e liberdade de expressão e de ir e vir), além de estarem inseridos na produção em setores

econômicos menos valorizados e com pouco aparato tecnológico (projetos sociais direcionados a grupos e territórios vulneráveis).

Contudo, os participantes de circuito alinham-se com a idéia defendida por alguns estudiosos da cultura popular que indicam que a aproximação entre sujeitos locais com instituições e atores supra-locais, representantes dos modelos hegemônicos de produção e poder, nada mais é do que uma forma de enfrentar os percalços da vida cotidiana e superar as necessidades imediatas para a reprodução tanto da força de trabalho como da própria família. Integrando-se às propostas políticas dos grupos dominantes, as camadas populares têm a condição de conhecer a fundo a “lógica do jogo”, se apropriando das concepções modernas de mundo através de seu próprio conhecimento e experiência (Martins, 1989; Valla, 1993).

Aqui no posto de saúde falta tudo, eu que tenho que buscar remédio em Alcântara para as “minhas famílias”. Quando alguém passa mal, nem adianta ligar para a SAMU, porque aqui no Catarina eles nunca chegam. O jeito é arrumar um vizinho que tenha um carro e levar o doente para o pronto socorre de São Gonçalo (Agente de Saúde M.)

Pelo depoimento da agente de saúde, moradora e atuante no Saúde da Família do bairro, a falta de estrutura do serviço de saúde local não impossibilita que haja o atendimento aos moradores. Através de uma rede de vizinhança e do relacionamento da profissional junto aos órgãos públicos da cidade consegue-se garantir, pelo menos, em situações emergenciais, remédio ou um carro para transporte de paciente.

A experiência de viver no território em que atuam profissionalmente faz com que as práticas de enfrentamento dos problemas se apoiem, além do conhecimento técnico, num vasto conjunto de saberes, que foi sendo construído e moldado historicamente a partir das relações humanas de caráter material e subjetivo. Assim:

A compreensão do processo de trabalho dos agentes sociais supõe a análise das determinações e redes de relações nas quais eles estão inseridos, em territórios marcados pela vulnerabilidade social e ambiental, e em relação com diversas estruturas supra-locais (Cunha, 2010, p. 402)

O profissional que mora e atua no Jardim Catarina está localizado na extremidade do processo produtivo devido a sua posição marginal nos setores econômicos (inseridos

na economia através de projetos e políticas sociais voltadas a atender uma demanda pontual de grupos e territórios vulneráveis). Porém, na sua comunidade, ocupa um lugar diferenciado, na mediação entre o universo exterior, do capitalismo e da cidade moderna, e o ambiente precário no interior do loteamento. Esta posição Cunha irá chamar de “fronteira”:

A fronteira é concebida, num sentido histórico e sociológico, como um lugar que possui uma configuração particular, localizado num ponto de encontro entre as favelas da cidade e diferentes estruturas supra-locais. Ponto de cruzamento do global com o local, da esfera pública com o não público. A fronteira aproxima-se do conceito de campo de Bourdieu, sendo compreendida como espaço que se forjou historicamente, constituída por relações objetivas entre diferentes agentes sociais, que ocupam posições diferenciadas na sociedade e na fronteira. Assim, está longe de ser um espaço homogêneo e com relações horizontais (2005; p.402)

As redes onde circulam estes trabalhadores são conexões abertas, com potencial de expansão e atuação na cidade, com a capacidade constante de integrar novos pontos de interseção (Castell, 2002). Porém, é preciso destacar que estes “pontos” estão em posições hierárquicas distintas e possuem recursos, capital e poderes comunicativos diferentes entre si, o que pode causar, inclusive, rupturas nas redes. As práticas populares, neste sentido compreendem esta distinção social, econômica e cultural que acaba produzindo uma relação desigual entre sujeitos.

A vivência da experiência não reproduz obrigatoriamente a ideologia dominante, ao contrário, gera práticas, valores e normas que ajudam a construir identidades culturais. Esta identidade se transforma em possibilidade de ação, possibilitando algumas mudanças e pequenas formas de solução de problemas (Martins, 2006).

Resistir no universo popular significa ceder e reutilizar as ferramentas técnicas hegemônicas que estão à disposição, significa “agarrar-se a rede”. Desta forma, a articulação com um político em períodos de eleição, visando possíveis retornos de capital econômico e social para a comunidade e para si próprio ou adotar uma linguagem que representa a fala e “visão de mundo” do outro na tentativa de garantir algum benefício ao bairro, como projetos e obras, representam formas de resistência do lado que compreende mais claramente a desigualdade de recursos e poder entre lugares, classes e grupos sociais.

Não se trata de esperteza ou conformismo, mas um caminho para fazer valer, em um ambiente de injustiça e falta de direitos, o mínimo de retorno da produção capitalista aos territórios que mais estão expostos aos impactos de um modelo econômico insustentável e hierarquizado (Acselrad, 2004; Porto,2007). Integrados aos projetos sociais e às políticas públicas, mesmo de forma desigual e precária, os trabalhadores sociais conseguem fazer com que o modelo de desenvolvimento econômico deixe sua contrapartida, que de maneira pontual se expressa pelo acesso a alguns direitos sociais e intervenções públicas (Martins, 1992).

Contudo, quando lidamos com o exemplo do serviço de saúde, os problemas de estrutura, de gestão e a falta de manutenção dos equipamentos intensificam no território a precariedade tanto do atendimento quanto das condições de trabalho e saúde dos moradores e profissionais que atuam no bairro:

Olha, este equipe do PSF tem 10 anos no Catarina, mas nós nunca tivemos um lugar pra ficar. Dependemos sempre que alguém nos ceda uma casa. Desta vez estamos aqui, no terreno cedido pela igreja, mas eles querem de volta. A prefeitura nunca repassou nenhum recurso pra manutenção deste posto, agora o pastor que ele de volta. E está certo, o lugar está cheio de infiltração e sujeira (Agente de saúde S.)

Se levarmos em conta que as equipes de agentes de saúde são organizadas por áreas territoriais, com inclusão das famílias ao entorno do posto no cadastro e atendimento da atenção básica, o fato da equipe migrar constantemente de um lugar para o outro, corrompe a própria estrutura e proposta do serviço de saúde:

A nossa área vai da BR-101 até a Rua 15 do Catarina Velho, mas nosso posto, nosso atendimento, é aqui, na Rua 35 do Catarina Novo. E para piorar termos que sair daqui de novo nem sabemos pra onde vamos. A minha sorte é que eu moro na minha área de cobertura, as famílias que eu atendo são minhas vizinhas. Por isso fica mais fácil pra mim. Logo quando acordo, faço as minhas visitas (Agente de Saúde M.)

Dependendo do lugar de moradia de uma agente, a localização do posto talvez não seja um problema, mas para os moradores que foram cadastrados por aquela equipe, uma nova mudança do local de atendimento pode causar sérios transtornos. Cabe então

ao conhecimento dos profissionais de saúde, em relação a sua própria comunidade, a solução de alguns percalços:

Eu tenho muitos pacientes idosos, com problemas de locomoção e doenças crônicas. Eles não podem vir até o posto. Por isso eu sempre vou a casa deles, faço um chazinho ou ajudo em outra coisa. Esse não é meu trabalho não, mas são pessoas que eu conheço há muito tempo, gente que me viu pequena. Fico com pena porque eu sei que elas precisam de um atendimento. Faço o que eu posso pra ajudar (Agente de saúde M.)

Em um território em que o serviço público e as políticas de saúde são precários, onde a injustiça social e a vulnerabilidade ambiental são marcantes, é este agente que terá a função, através da sua experiência de vida e da sua vivência no bairro, de tampar as lacunas deixadas pelo serviço de saúde.

Este talvez seja um dos lados mais perversos da desigualdade entre os territórios da cidade e da distribuição de recursos. Muitas vezes, a própria proposta de um programa de governo, ou de projeto de uma ONG, traz embutida a necessidade de trabalhar especificamente com estes moradores, que atuam profissionalmente no Jardim Catarina. São eles, conhecedores da realidade do bairro, que mesmo diante da escassez de recursos, da ineficiência do atendimento público e da carência de oportunidades de lazer e cultura vão aceitar trabalhar em alguma destas ações e projetos.

Contando com sua prática e cultura local as políticas públicas setorizadas vão encontrar um meio para sua inserção nos bairros da periferia, pois sabem que o diferencial de um gestor de centro comunitário, do presidente de uma associação ou de um agente de saúde é justamente sua capacidade de se reinventar no território, encontrando caminhos para amenizar os conflitos entre interesses externos e internos à comunidade e uma forma de garantir a atuação das propostas de governos e instituições privadas e políticos.

Ao negociar com algum político ou governo municipal, passa-se a conhecer as burocracias estatais, buscando suprir de imediato algumas necessidades. A caminhada pela diminuição da desigualdade é feita nos loteamentos periféricos através de passos curtos, porém visando seguir sempre em frente. Para Martins, o caráter submisso dos

grupos populares, na verdade, revela-se um processo de manipulação de aparências, uma técnica de sobrevivência e reprodução social da cidade:

A vítima, na prática da duplicidade (*apropriação da cultura do outro para se proteger e resistir*) é débil, mas se protege do invasor e sua dominação (...). O que parece ser ultrapassado é recriação, já mediatizada como resistência. Nas lutas do cotidiano surge o “saber da emergência”, de duração conjuntural e provisória, de acordo com o dia-a-dia e necessidades (Martins, 1992; p.34 – grifo meu).

A criatividade das práticas, na relação com as instituições supra-locais, promove reajustes na realidade do bairro, não se tratando de “imobilismo” do morador de periferia. O que exige uma renovação do olhar sobre estes territórios, colocando a atuação destes sujeitos no campo da produção de conhecimento, na definição de prioridades e na resolução proposta para o enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente.

O fato de viverem numa micro-área com alta exposição às enchentes e carência de saneamento básico não significa desconhecimento a respeito dos riscos a saúde, mas trata-se daquilo que Oliveira chama de “Princípio da Realidade” (2000; p. 163), ou seja, vale mais a pena caminhar pelos caminhos já sabidos, apoiados a uma rede e a uma experiência de vida do que se deslocar para lugares estranhos e recomeçar uma nova caminhada. No simples fato de termos a consciência da experiência vivida, passamos a visualizar a nossa própria situação limite, da qual estamos diante e, com isso, abre-se espaço para transformações futuras da realidade, o que Freire chamaria de “inédito viável” (Freire, 2005).

A visão de conformismo e passividade das camadas populares a partir da “aceitação dos problemas” e da sua ignorância diante da opressão “disfarçada” por parte de agentes externos é criticada por autores da área da educação (Martins, 1992) e saúde (Valla, 1993; 1994; 1998), pois estes vão afirmar que na verdade a aproximação e articulação política envolvendo grupos populares e outras instituições da sociedade representam uma estratégia de resistência social dos primeiros em relação ao modelo econômico-político hegemônico e opressor dos segundos.

É a partir das práticas locais e da sua reprodução diante dos problemas de saúde e ambiente no cotidiano que os sujeitos do Jardim Catarina se organizam e se

movimentam no espaço da cidade, forjando um discurso atual, integrando antigos e novos valores, aspirações e utopias (Kowarick, 1986).

Deve-se levar em conta que estes sujeitos agem num contexto sócio-político no qual prevalecem os valores dominantes da sociedade, que exercem uma pressão permanente sobre os elementos emergentes, que estariam se dando na “franja contestadora da sociedade” (Evers, 1984 apud Ribeiro, 1989). As ações de professores, trabalhadores do social, agentes de saúde e lideranças muitas vezes ocorrem de forma anônima, diluídas no dia-a-dia do bairro e por suas exigências imediatas. Mas não significa que tantos os sujeitos como suas práticas não estejam ali.

“Apesar de tudo, os elementos culturais, forjados nos movimentos, parecem trazer em si um projeto emancipatório” (Evers, 1984 apud Ribeiro, 1989), ainda que não constituam uma plataforma política ampla e definida, porém, abrem pistas para uma transformação social mais abrangente e são estas pistas que necessitam serem descobertas, sistematizadas e reconhecidas através de uma pesquisa cuidadosa e paciente.

5.3 Os filhos de santo do Catarina

Durante a pesquisa foram realizados dois encontros com jovens do bairro, de variadas micro áreas da região. As atividades aconteceram em um centro comunitário do Catarina Velho. Em uma das ações propostas, os jovens tiveram que realizar um questionário com qualquer parente próximo, que fosse morador antigo do bairro. O objetivo deste trabalho era fazer uma comparação entre práticas e costumes do passado com as atuais, realizadas pelos antigos habitantes do Jardim Catarina. O título do questionário era “Como era a vida do bairro no passado e como é hoje?”.

Uma questão abordando as práticas de saúde, perguntava: “Quando você ficava doente, o que fazia? E hoje?”. Uma jovem trouxe a resposta de sua avó, moradora do Jardim Catarina há mais de 50 anos. “No passado, nós tomávamos chá de mato, xarope de ervas e procurava curandeiros. Hoje a gente vai ao médico” (Jovem M.).

Indagada sobre as práticas de hoje, a jovem afirmou que a medicina biomédica é, atualmente, a principal fonte de tratamento de doenças: “minha avó sempre diz, primeiro vamos ao médico, se não der certo, aí sim, a gente faz uma reza” (Jovem M.). No entanto, na continuidade da conversa ela nos mostrou que a tradição familiar e

religiosa se fazia presente até hoje e ia além do enfrentamento de enfermidades, entrelaçada por elementos subjetivos da vida, aproximando espiritualidade com redes de parentesco e apoio social.

Ao entrevistar a mãe da jovem descobrimos que a religião, especificamente o candomblé, faz parte não só das etapas da vida desta família, mas estava diretamente ligada à própria história do bairro e às diversas relações sociais entre seus moradores. Seguir os rituais do candomblé, entre outras coisas, significa cumprir com as obrigações “ditadas pelos santos” e exige uma integração e o apoio de uma rede de fiéis, pais e mães de santo e diversos barracões (ou terreiros). Cada estágio espiritual de um filho ou filha de santo representa um maior grau de conhecimento sobre a religião e um degrau a mais na hierarquia do templo e da comunidade religiosa.

Não cabe aqui, nesta pesquisa, desenvolver um estudo específico mais amplo sobre esta religião (mesmo diante de tantos elementos fascinantes), a proposta é identificar qual é dimensão das práticas religiosas destes moradores e filhos de santo no universo dos problemas de saúde e ambiente locais.

Há uma definição formal de saúde que é tratada em seus aspectos de bem estar físico e emocional, e há também uma ampliação destes aspectos para a questão espiritual. Valla & Moura, em um estudo sobre religiosidade popular e saúde, buscam compreender porque em favelas e loteamentos urbanos a religião ocupa papel central na vida das pessoas e nas suas formas de lidar com o mundo (2003).

Uma das razões pela qual os grupos populares vão às igrejas está relacionada justamente aos problemas de saúde. “Muitas vezes quando vai ao posto de saúde reclamar de dores de cabeça e no corpo, são problemas, na realidade, decorrentes de distúrbios da mente que podem mais cedo ou mais tarde causar doenças no corpo também” (Valla & Moura, 2003; p. 14). Seriam problemas derivados das preocupações com o desemprego, enchentes e violência, impossíveis de serem solucionados com remédios ou com o conhecimento médico.

No caso das religiões, elas lidam com todos os aspectos da vida, possuem uma inserção complexa e diversa na vida das pessoas. Alcançam um espaço capaz de dar respostas ao sofrimento e ao desgaste de quem sofre com dores ósseas e musculares após um mutirão de construção aos fins de semana ou ao choque psicológico de quem vê um filho sendo assassinado pelo tráfico ou grupo de extermínio.

Assim, as igrejas de todos os segmentos ganham força e poder no território de periferia, expresso pelo o número crescente de fiéis. Somente no Jardim Catarina há um elevado número de barracões, “no Catarina Velho temos muito mais de 100” (Moradora R.R). Quando um desses lugares sagrados realiza alguma confraternização ou evento sagrado, líderes e membros religiosos de outros terreiros são convidados. Como citamos anteriormente, cada ritual ou etapa a ser ultrapassado por um filho de santo exige dele uma obrigação, em muitos casos, eles precisam oferecer ao santo a qual está ligado uma “série de oferendas e trabalhos”, para isso, precisam recolher junto à comunidade, religiosa ou não, os utensílios para a oferta espiritual. A rede do bairro é acionada e o filho ou filha de santo inicia sua caminhada em direção ao cumprimento das obrigações.

Após a completude da oferenda, há o ritual com a presença de outras mães de santo, onde cada fiel, de acordo com sua posição hierárquica terá um lugar no rito e responsabilidades. Alguns são responsáveis em proteger o templo através dos toques do atabaque, outros devem ornamentar o ambiente e preparar as comidas para os convidados e as lideranças religiosas realizam suas funções com músicas, rezas e evocações. Os santos se manifestam indicando sua aprovação ou não, através de danças e movimentos simbolizando o sagrado.

“Raspar a cabeça” é o símbolo do processo de iniciação no candomblé e é feito com o uso de instrumentos simbólicos e com muito cuidado por parte da mãe de santo. O “filho” fica em uma espécie de tratamento no barracão, sendo muitas vezes obrigado a se “recolher” durante alguns dias no local. As crianças, os jovens e os adultos passam todos por este ritual que une simbologia, signos e uma participação intensa da comunidade religiosa.

A partir do momento que você integra este universo, passa a pertencer e a ser visto por um conjunto de sujeitos e instituições que formam uma rede maior, que como vimos vai além do próprio barracão no qual o seguidor faz parte. Conversando com a moradora M.A, um filho de santo pode se tornar uma mãe ou pai de santo, estando capacitado e autorizado pelos santos a tratar espiritualmente as pessoas criando assim sua própria “família espiritual”. A partir daí, outros terreiros são abertos pelos novos pais de santo, novos filhos “nascem”, expandido a rede no interior do Jardim Catarina.

A família e a religião estão conectadas, atuando diretamente sobre nas formas de agir dos moradores. Novos terreiros foram abertos a partir de um primeiro templo, garantindo a expansão da rede e do sistema de apoio espiritual aos seus membros. Dos

mais velhos aos mais novos, a interferência na vida é marcante, fazendo com que situações do cotidiano sejam interpretadas pelos sujeitos pelo prisma do sagrado. Mesmo quando a jovem M. afirma que “hoje a gente vai ao médico”, não se descarta os atravessamentos do tratamento religioso oferecido pelo candomblé.

A eficácia de um tratamento de saúde dependerá da representação social que o filho de santo tem a respeito dos seus problemas. Um processo de cura ou cuidado dependerá da eficácia simbólica criada pela relação de confiança interativa entre médico (ou mãe de santo), o paciente (ou o fiel) e as expectativas sociais em torno do modelo praticado (Lévi-Strauss, 1985). “O que significa dizer que tanto o problema como sua solução estão ancorados pelo ambiente cultural e histórico de seu exercício” (Minayo, 2006).

A análise dos processos saúde-doença deve considerar fatos e episódios - como epidemias, doenças, mortes etc. - como elementos centrais para a compreensão das estruturas sociais (e religiosas) que agem sobre os indivíduos e, também, o quanto estas estruturas são condicionadas pela ação dos sujeitos. Cada sociedade assume um discurso sobre saúde/doença e sobre corpo e morte, que “corresponde à coerência ou às contradições de sua visão de mundo e de sua organização social” (Minayo, 2006).

Como a doença é um fenômeno que ultrapassa a perspectiva biomédica, e a representação dela é tanto uma formulação de um saber construído, como também, uma interpretação do fenômeno doença, orientando as condutas dos agentes (Herzlich, 2005), o uso de rezas e plantas medicinais, sob a imposição da religião, ganham lugar no enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente.

A reza, os rituais e seus signos sintetizam o *Ethos* (valores morais, éticos e estéticos) e a “visão de mundo” (conceito próprio de sociedade) de um povo sob o foco da religião. Assim, para interpretar a saúde e o ambiente dos sujeitos devemos levar em conta esta relação dinâmica entre os objetos materiais e os fatores subjetivos da mentalidade humana (Geertz, 1989).

Cabe destacar neste processo, que o tratamento envolve uma rede de apoio que é acionada quando um fiel tem algum problema:

Uma vez foi uma mãe lá em casa, com uma menina ardendo em febre e tremendo toda. Estava querendo falar com minha mãe que é mãe de santo e costumava atender pessoas em casa (...). Eu sei que quando a minha mãe estava fazendo a reza, minha

filha estava ao lado, ela era pequena. De repente a febre da menina passou e quem começou a tremer foi a minha filha. Na mesma hora minha mãe chamou outra rezadeira do bairro e deram um “banho” de colônia (*tipo de planta*) nela. O problema da menina passou para minha filha. Que teve que ser tratada ali mesmo, não dava tempo de ir ao médico (Moradora M.A – grifo meu)

A emergência do problema neste caso envolve tanto a espiritualidade e a crença da família como a precariedade de serviço de saúde. A religião assume outra função além do cuidar do “espírito” da pessoa, ela contribui no atendimento à demanda local por serviços de saúde.

Quando é preciso de algum tipo de planta ou erva medicinal, a micro-área da Ipuca é o lugar em que é possível encontrar algumas espécies, pois seu território ainda possui algumas características e recursos ambientais do passado, como área de mata e manguezal. Em outros casos, ter uma pequena plantação no quintal contribui para um socorro inesperado:

Meu tio sofria com problemas de circulação nas pernas. Uma vez chegou na minha casa reclamando pra minha mãe que sua perna estava muito vermelha e doendo. Ela disse a ele que seu problema era erisipela e que deveria procurar um médico. Mas, ele insistiu muito, e olha que ele não acredita nessas coisas não. Aí minha mãe acabou fazendo uma reza e passou um tratamento de três dias ali mesmo com as coisas de casa (Moradora M. A., filha de Mãe de Santo)

Tratamento da mãe de santo: reza por três dias; utiliza-se azeite doce com pena de galinha. No local dos ferimentos e hematomas passa-se o azeite com a pena, depois faz uma compressa com folha de saião envolta do vermelhão. Envolve a compressa com atadura, que deve ser trocada constantemente e o local deve ser lavado sempre com água corrente.

Tanto o diagnóstico como o tratamento expressa uma integração entre saberes. A identificação da doença através de seus sintomas contou com a base teórica da medicina, o tratamento foi realizado com o conhecimento religioso, a fé da mãe de santo e com a eficácia simbólica sobre o enfermo. A aproximação entre as práticas populares e a técnica científica é um caminho encontrado para a resolução dos problemas de saúde local (Oliveira e Valla, 2001).

O “tio” recorreu à líder espiritual devido ao reconhecimento e ao “poder” que ela possui e representa na comunidade. Mesmo não pertencendo ao candomblé o morador buscou auxílio no universo religioso, muito provavelmente, pela sua experiência anterior do problema e de seu tratamento, como também, pela sabedoria de que depender unicamente do serviço de saúde pode levar a uma falta de atendimento. Nas “rachaduras” da política de saúde, é o conhecimento popular que supre as necessidades do lugar (Valla, 1994).

Outra prática comum é colocar na frente de sua casa um altar com as imagens dos santos e suas oferendas diárias como proteção. Quando caminhávamos pela micro área do Pica-pau, percebemos que algumas casas foram construídas sobre pilares a um metro do chão, como forma de evitar o alagamento da moradia em dias de enchente. Na parte da frente da escada que dava acesso à moradia estavam as imagens de alguns Orixás (santos do candomblé), como se estivessem protegendo a família do avanço das águas, que pelas suas marcas no cimento, conseguiu vencer quase todos os degraus, menos o último, onde justamente se encontravam as estátuas dos santos.

A imagem do Orixá e a estrutura elevada da moradia formam as estratégias de sobrevivência de quem prefere enfrentar os problemas ambientais e de saúde, mas estar inserido no espaço urbano, usufruindo minimamente de suas vantagens. O sagrado, além de mediar as relações entre religião e sociedade, encoraja a devoção, fortalecendo os enfrentamentos das adversidades do cotidiano (Geertz,1989). Sendo assim, em contexto de vulnerabilidade ambiental, a fé religiosa serve como busca por proteção e, ao mesmo tempo, é o caminho para enfrentar a experiência de viver no urbano, mesmo que sua casa esteja sobre as águas das enchentes.

A experiência anterior dos problemas sociais e ambientais, e a dificuldade em se estabelecer na cidade, devem ser analisadas como processos historicamente construídos e reconstruídos. Viver no Pica-pau ou na Ipuca, mesmo com a exposição ao esgoto e às enchentes, representa uma solução para a falta de moradia e o distanciamento dos serviços, a garantia de acesso às possibilidades de consumo que o meio urbano oferece. Compreender este processo é buscar, por meio das evidências, aprender como os moradores das periferias agem e pensam dentro de determinadas condições materiais, de suas experiências vividas e da autoconsciência dessas experiências (Martins, 2006).

5.4 O Sistema de Resgate do Pica-pau

Aqui sempre choveu, sempre alagou, mas nunca desse jeito. Antes dava tempo de tirar os móveis de casa, se proteger. Mas desta vez não deu não. A água subiu tão rápido que só dava pra salvar as vidas dos nossos filhos. Antigamente a gente esperava secar, limpava tudo e a vida continuava. Mas agora não dá, muitas casas caíram (Morador F.C.)

O morador do Pica-Pau reconhece a longa convivência com os problemas ligados às chuvas extremas e enchentes. A convivência do problema permite a ele esperar e preparar iniciativas que minimizam o impacto das águas. No entanto, a intensificação dos efeitos e riscos ambientais promove a ocorrência de problemas inesperados, incapazes de serem previstos pelo morador. Quando F.C. alega que na sua micro-área sempre houve enchentes ele demonstra não só o conhecimento do problema, como também, os caminhos para enfrentá-lo.

A mudança do “tempo” das águas pegou desprevenida parte da população do Jardim Catarina, causando prejuízos materiais e imateriais. Enquanto a água subia no Pica-Pau rapidamente, os moradores acionaram o governo municipal (através da Secretaria de Segurança Pública) e o estadual (Corpo de Bombeiros) na tentativa de encontrar ajuda para as famílias que estavam ilhadas em suas casas:

Liguei para todo mundo, Guarda Municipal, Bombeiros, Prefeitura, mas ninguém apareceu. Não mandarão nem um barquinho. Só no segundo dia de chuva que mandaram dois bombeiros, mas não tinham nenhum equipamento para resgate. Eles me disseram que não tinha estrutura suficiente para atender a todos os chamados pela cidade. (Morador F.C)

O único jeito de salvar a vida das pessoas foi a organização do resgate pela própria população: barcos, botes improvisados, cordas e outros materiais serviram de ferramentas para esta ação:

Quando eu vi o pessoal gritando, preso nas casas, não pensei duas vezes, entrei na água. Eu tinha acabado de chegar do hospital, minha mãe também estava muito doente, mas mesmo assim eu ajudei as pessoas. Eu e os outros moradores pegamos o

barco de um amigo que é pescador e começamos a tirar as pessoas. Tinha que ver, tudo mundo nos telhados. Foi muito triste (Morador F.C.)

A ação rápida dos moradores fez com que não se perdessem vidas naquelas chuvas de abril de 2010. Mas evidencia que a situação de vulnerabilidade sócio-ambiental das micro-áreas marginais do bairro vem se agravando. No capítulo que tratamos dos problemas de saúde e ambiente do Jardim Catarina descrevemos que o histórico de formação do próprio bairro, somado a ação parcial de políticas públicas causaram uma diferenciação interna entre as micro-áreas em termos de infra-estrutura, saneamento básico e serviços públicos. As comunidades do Pica-pau, Ipuca e Conjunto da 40 foram algumas citadas como desprovidas de uma série de serviços.

No caso do problema da enchente há uma relação direta com a questão do abastecimento de água e coleta de esgoto e lixo. As zonas com maior exposição aos riscos ambientais são justamente aquelas que não foram contempladas com estes sistemas sanitários. Foram também as que sofreram com o avanço do mercado imobiliário, pois, com a valorização das áreas centrais, houve um redirecionamento de novos e antigos moradores, despossuídos de capital para as partes extremas do bairro. Esses acontecimentos e mudanças históricas fizeram com que uma região, que por conta de suas características ambientais, já sofria com alagamentos de suas terras, passasse a sofrer com o aumento da frequência e intensidade dos problemas ambientais.

O sistema de resgate acaba funcionando como um evento-pista para as análises dos problemas. Pois, ele desvenda as contradições da realidade e as possibilidades de ação inscritas na mesma. Comumente analisam-se os processos para entender acontecimentos. Neste caso, o sentido inverso ganha importância, ou seja, pega-se um acontecimento e uma prática para se conhecer um processo mais amplo de injustiça ambiental.

Cunha (1995) analisando determinadas lutas populares nas favelas da Penha, município do Rio de Janeiro, chama atenção para a potencialidade de “acontecimentos”, que levam a um deslanchar coletivo de projetos e estão articulados à experiência acumulada dos sujeitos em luta e também à forma como esta é percebida num momento em que se vive uma situação de injustiça, e porque não, uma possibilidade de uma mudança. No momento mesmo em que a vivência é reconhecida em sua dimensão

precária, mas também subjetiva e coletiva. Uma situação que possivelmente carregue o que J.Souza Martins chama de transfiguração:

É significativo que na cultura popular brasileira, como provavelmente de outras sociedades, a injustiça constitua, como a morte, o acontecimento que inverte a leitura dos fatos correntes e revele o transcendente, uma outra realidade, e a possibilidade do universal. Essa transfiguração revela o novo que está oculto no que é velho, o universal escondido no particular, a humanidade no desumanizado. (Martins, 1989, p.122)

As desigualdades nas formas de produção e na distribuição dos riscos e benefícios no interior dos modelos econômicos fazem das periferias espaços de intensificação dos riscos ambientais, expondo territórios, denominados “zonas de sacrifício” (Bullard, 2004), que são ocupados por populações que sofrem com o racismo, o preconceito às culturas tradicionais, à posição social, à origem e ao lugar de moradia. No entanto, trazem em si uma diversidade de expressões culturais e de solidariedade que não podem ser ofuscados pelos grandes eventos e intervenções. A resistência está ali.

Após as chuvas de 2010, olhando para um cenário de destruição de casas e ruas, alguns moradores decidiram com uso de uma câmera digital registrar e filmar as imagens pós-enchentes. Passando por cima de entulhos, lixo e lama foram entrevistando os vizinhos que perderam seus bens e suas casas. Nas falas, todos aguardavam pela presença do Estado, que mesmo após 10 dias da enchente, ainda não havia aparecido na localidade afetada para a retirada dos escombros, análise das áreas de risco e para oferecer algum outro tipo de auxílio à população.

Os registros já circulam pela internet e pelas instituições locais ¹. A sua principal função é dar visibilidade a algo, que para a cidade de São Gonçalo, consta como invisível: o Pica-pau, a enchente, a perda de bens e sonhos, as práticas de resgate e o trabalho solitário na reconstrução do lugar de moradia.

É a partir da emergência de vozes locais, com o reconhecimento explícito de serem produtos de desigualdades e do déficit de direitos, que acontecerá a união entre questões ambientais e de saúde e a busca pela afirmação da identidade, das relações democráticas e o do exercício de cidadania. De um lado, então, está a existência das

¹ Acessar o site www.youtube.com, incluir no sistema de busca a frase “Enchentes no Jardim Catarina”

injustiças ambientais, que geram vulnerabilidades, mas no outro, há emergência de práticas que reconhecem esta realidade de desigualdades, porém que caminham na direção para enfrentar a questão de saúde ambiental de forma explícita, visando sempre afirmar a identidade local e a luta por cidadania (Porto, 2007).

Muito mais do que uma simples denúncia, o uso de tecnologias e ferramentas de comunicação por parte dos moradores dá visibilidade às iniciativas e às questões sociais particulares de uma parte do bairro esquecido pela ação do poder público nos momentos de salvamento e resgate em períodos de enchentes em São Gonçalo. Posicionar o Pica-pau no mapa, reconhecendo suas práticas e técnicas e uso de canais alternativos de comunicação, torna-se um movimento contra-hegemônico, criando novas formas de produção, comercialização e consumo (Santos, 2000). A estratégia de sobrevivência leva à permanência das famílias no lugar, pressionando politicamente o Estado e a sociedade por melhorias nas suas condições de vida e moradia.

Assim, dando continuidade ao exercício de sistematização, não apenas dos problemas, mas também das práticas existentes nos diversos territórios do Jardim Catarina, segue-se abaixo com um novo quadro, porém com a inclusão dos enfrentamentos por parte dos moradores em relação aos problemas de saúde e ambiente, originários e construídos a partir da experiência e da história de vida das populações destes lugares.

Quadro 05: as micro-áreas, seus problemas de saúde e ambiente e as práticas dos moradores

Micro-áreas	Problemas de saúde e ambiente	Personagens envolvidos	Práticas de enfrentamento dos moradores
Catarina Velho	Mesmo participando do Programa Viva São Gonçalo, algumas partes desta micro-área sofrem com a falta d'água; com o esgoto não captado e não tratado e; possui ruas sem pavimentação.	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; moradores.	Utilização de poços artesanais; construção de redes alternativas de abastecimento de água; negociação e compra de carros pipas junto aos agentes econômicos que controla o serviço;

			participação de alguns moradores em projetos sociais, visando obter retorno particular e coletivo, seja este financeiro ou social.
Catarina Novo	Abastecimento irregular de água; não há tratamento de esgoto; a maioria das ruas não foi inserida em programas urbanísticos; a coleta de lixo é precária, onde o serviço só funciona nas vias principais da micro-área.	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; Empresa Municipal de coleta de lixo; moradores.	Uso de rede de abastecimento alternativa e compra de carro pipa; despejo do esgoto fora do lote, sendo na rua ou no valões e rios; queima do lixo acumulado.
Ipuca	Parte da micro-área não conta com transporte público; não há sistema de água e esgoto; não há coleta de lixo; as ruas não são pavimentadas; esta localidade sofre com problemas constantes de enchentes; faltam serviços públicos básicos, como iluminação, escola, atendimento de saúde.	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; Empresa Municipal de coleta de lixo; empresas privadas de transporte alternativo; moradores.	Criação de redes de apoio para o resgate dos moradores em períodos de enchente; divisão dos lotes para oferta de aluguel ou para garantir a expansão da família no bairro; espiritualidade e o uso do saber terapêutico das lideranças religiosas no tratamento de doenças.
Pica-pau	Carência de moradias saudáveis e adequadas para a reprodução social das famílias; não há sistema de esgoto e água; exposição às enchentes; esgoto a céu aberto; não há coleta de	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; Empresa Municipal de coleta de lixo; tráfico de	Construção de casas sobre aterros improvisados; divisão dos lotes para oferta de aluguel ou para garantir a expansão da família no bairro; rede de resgate por parte dos

	lixo; iluminação pública precária; presença de grupos narcotraficantes na micro-área.	drogas; moradores.	moradores; divulgação em meio digital das conseqüências das enchentes no bairro.
Conjunto da 40	Falta de saneamento básico; degradação e alteração do padrão inicial do conjunto da CEHAB; possui um dos piores indicadores de renda do bairro; carece de escolas e serviços de saúde; sofre com a violência policial e do tráfico de drogas e armas.	Programas de governo; Estatais e seus técnicos; agentes privados locais; Empresa Prefeitura; tráfico de drogas; Polícia; moradores.	Evita-se sair à rua ou frequentar esta localidade do bairro; como meio de segurança, os problemas sociais e de saúde da micro-área não são expressos ou divulgados por seus moradores.

CAPÍTULO 06 - Considerações finais

Sinto decepcionar aqueles praticantes que supõem que tudo o que é necessário saber sobre a história pode ser construído a partir de um aparelho mecânico conceptual. Podemos apenas retornar, ao fim dessas explorações, com melhores métodos e um melhor mapa (...). Nas margens do mapa, encontraremos sempre as fronteiras do desconhecido. O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos. Não há nenhum altar mais oculto que seja sacrossanto de modo a obstar a indagação e a revisão. (E.P.Thompson, 1981, p.185)

Os Lugares e as populações muitas vezes tratados pela ciência e pelas políticas públicas como um todo uniforme se revelaram nesta pesquisa um universo heterogêneo, rico em subjetividade, em diversidade cultural e nas suas formas de lidar com a realidade. O território da periferia, em contraposição ao da cidade moderna, se transmuta em variados territórios, construídos a partir dos incessantes processos históricos de organização e reorganização sócio-espacial, mediados por disputas pelo espaço e recursos, gerando um interminável movimento de territorialização e reterritorialização de áreas, instituições e grupos humanos (Haesbaert, 2004).

O loteamento urbano do Jardim Catarina, com aproximadamente 100.000 moradores, em 40 anos viu seu modo de vida transformar-se radicalmente. No lugar das chácaras, sítios, plantações passou-se hoje para um incontável número de casas, nas mais variadas formas, inúmeras ruas e arranjos urbanos, expressando-se através dos contextos de suas localidades, representados pela baixada e manguezal, pelos aglomerados habitacionais no miolo do Catarina Velho e Novo, pelo distanciamento geográfico da Ipuca e pelas características de classe média do Catarina Novíssimo.

Uma doença, a falta d'água, a ação de técnicos do governo, o alagamento de casas, a religião e a tradição do homem do interior assumiram significados distintos através da prática dos sujeitos individuais ou coletivos, que se movimentam no dia-a-dia, em contatos constantes com redes de apoio social, com órgãos governamentais e com manifestações de violência e conflitos de poder.

A compreensão desta complexidade dos modos de vida na cidade e dos bairros periféricos deve servir de estímulo para a continuidade e para a busca por novos conhecimentos e relações humanas. Diante da incerteza, tenta-se dar uma resposta única a algo que é múltiplo. Perde-se tempo, trabalho e recurso afirmando e reafirmando realidades, quando na verdade os processos sociais e culturais estão em movimento. A experiência e a história de pessoas quando enquadrados nos modelos teóricos rígidos perdem sua riqueza de detalhes, simbologia e significados (Morin, 2006; 2007).

As lutas urbanas, como um exemplo de movimentos diários e históricos concomitantes, não podem ser interpretadas apenas como respostas lineares das populações pobres aos problemas sociais e ambientais tradicionais de uma cidade (Kowarick, 1998; 2000). Caso contrário, sempre serão tratadas como se possuíssem a mesma configuração e interesses por parte dos indivíduos, homogeneizando suas reivindicações e linguagens culturais.

Esta tentativa de padronização das mobilizações sociais está envolvida por uma racionalidade que tende a reduzir a “multiplicidade dos mundos e dos tempos (...). O que há é uma contração do presente, onde as experiências sociais são suprimidas” (Sousa Santos, 2010; p.101). No entanto, a resistência em relação a esta homogeneização do consumo, da cultura e da economia se faz presente a partir de pequenos gestos, novas formas de tecnologia e manutenção e resgate de antigas tradições (Santos, 2005; Sousa Santos, 2010).

Fácil seria diagnosticar que no Jardim Catarina há pobreza, violência, desemprego, corrupção, degradação ambiental, domicílios “subnormais”, déficit e abandono escolar. Mas, o desafio vai além disso. Por exemplo: qual é o simbolismo de uma moradia construída numa área alagada, onde é de conhecimento do morador que em todos os verões enchentes são constantes e que comumente casas, sonhos e vidas são destruídos? Ou por que um serviço de saúde, baseado na racionalidade biomédica, no saber da medicina ocidental, não tem como dar resposta, por conta própria, desta questão?

É comum o conhecimento técnico e burocrático agir por dicotomias: medicina moderna X medicina tradicional, ciência X saber popular, desenvolvido X subdesenvolvido. Aquilo que geralmente foge a esse jogo duplo é tratado como atrasado (Porto, 2008; Sabroza, 2001; Sousa Santos, 2010). Para compreender o real, aquilo que ocorre no cotidiano, entrelaçado por fatores subjetivos, materiais e culturais, é preciso

buscar enxergar mais do que aquilo que está dado, tido como sem solução ou acabado (Martins, 1992).

A sistematização das práticas de enfrentamento desenvolvidas pelos moradores do Jardim Catarina contribui para que não se caia nas armadilhas das análises simplistas e fatalistas sobre os espaços de favela ou periferias, criando assim, uma abertura às possibilidades que os próprios territórios fragmentados e heterogêneos são capazes de oferecer. A experiência vivida e a solidariedade entre sujeitos podem contribuir para a construção de um conhecimento em diálogo com a ciência, capaz de transformar a dialética histórica em um processo dialógico (Freire, 2005; Morin, 2007): “em nome da articulação do simples e do complexo, da ordem e da desordem, do separável e do não-separável” (Silva, 2006; p. 95). Então, a incerteza não fecha a porta para o novo conhecimento, mas serve de motivação para o estreitamento entre saberes e lugares, política e ética (Silva, 2006).

Boaventura Sousa Santos diagnostica que hoje é preciso outro pensamento, provavelmente de outro conhecimento que nos conduza neste processo. Diferente do pensamento crítico moderno, este novo pensamento “deve ser igual ao seu tempo para poder imergir nele, para poder se aprofundar nele. Ou seja, deve ser simultaneamente igual a este tempo que é realmente complexo” (2001, p.15).

O autor vai defender a construção de um pensamento que permita a aproximação entre ação e mobilização, exigindo uma convergência das tarefas intelectuais, políticas e morais. A meta dessas tarefas é procurar aquilo que está faltando no presente, ir a fundo no mundo popular, compreendendo suas instituições, laços de parentesco e sua resistência às intervenções públicas. Este movimento teórico e metodológico representa uma procura por aquilo que existe, aquilo que está lá, mas que não possui visibilidade e poder para superar definitivamente o modo de pensar, atuar e impor do modelo de desenvolvimento hegemônico (Oliveira, 1999; Sousa Santos, 2010). “A negatividade do presente, não é aquilo que lhe falta, mas o que o presente bloqueia e o que nos faz falta e a que temos direito (Sousa Santos, 2001; p19)”.

Assim, visando “dilatado” o presente, as experiências devem ser consideradas contemporâneas, cada uma a sua maneira. Todas as experiências são construídas historicamente e se materializam no presente, principalmente pelas práticas dos moradores que são criadas a partir delas. Observam-se as tensões do cotidiano que irrompem de modo espontâneo e imediato as formas de organização social no espaço

urbano. Diante do contexto de injustiça, será a experiência dos problemas e as ações políticas implantadas a partir delas que gerarão os primeiros atos de reação à precária situação de vida em territórios vulneráveis e periféricos (Turner, 1969 apud Dawsey, 2005). É através destas práticas humanas que o cotidiano “suprimido” se revelará.

6.1 Transgredir para transformar

Contudo, deve-se analisar os limites e as dificuldades que fazem dessas práticas locais elementos ainda em busca de se tornarem mecanismos de transformação da realidade social dos territórios periféricos. Nas análises sobre os trabalhadores do social no Jardim Catarina no capítulo 05 percebeu-se um primeiro ensaio de interlocução entre o global e o local, onde estes sujeitos buscam na articulação política junto às instituições sociais (partidos, ONGs, igrejas, órgãos públicos e empresas privadas) e aos agentes econômicos privados a construção de redes de apoio e solução imediata de problemas.

A necessidade de introduzir uma discussão ampla e com proposta de políticas públicas, agregando novos atores e lugares, possibilita que os sujeitos coletivos consigam transcender a dimensão local ou os poderes locais (Sousa Santos, 2010). Assim, é possível enxergar as possibilidades de expansão desses sujeitos em movimentos mais integrados, identificando quais limitações e outros tipos de coerções que inibem estes tipos de organização, o que acaba levando a carência de agendas globais por parte dos grupos oprimidos.

Agora, deve-se ter cuidado. Os próprios fóruns sociais mais integrados (ex: Fórum Social Mundial) também precisam estar preparados para traduzir aquilo que os grupos populares emanam de suas experiências e culturas. A crítica a política do cotidiano, onde fatores opressores da universalidade dos direitos (relações de clientelismo, assistencialismos, paternalismos e violência) são presentes, precisa estar acompanhada de uma sensibilidade capaz de dar voz a esses grupos e territórios e não apenas tentar guiá-los ou tutelá-los.

Da mesma forma, é perigoso se perder em um ufanismo ingênuo a respeito das práticas locais, esquecendo, por exemplo, que num projeto urbanístico inacabado ou precário, mesmo na periferia, há de um lado pessoas que arcam com uma carga maior de problemas e impactos na saúde, enquanto outras se beneficiam e lucram com tal condição social. Ou seja, quando parte de uma rua ou quarteirão é asfaltada e outra não,

ou conta com serviços públicos e outra não, isso traz como pano de fundo uma série de articulações políticas e relações de poder que envolvem não apenas agentes econômicos, Estado e instituições privadas, mas também, lideranças locais, moradores e espaços comunitários. A própria análise do mundo popular, tanto por acadêmicos como por membros de movimentos sociais, é capaz de confundir os caminhos, entre aqueles que levam à autonomia e os que acabam gerando ainda mais dominação e injustiça e reprodução das desigualdades sociais urbanas (Bourdieu, 1990).

Assim, o reconhecimento e o respeito aos limites locais permite conhecer a configuração dos níveis de complexidade da vida e dos processos saúde-doença (Castellanos, 1997; Sabroza, 2001) do espaço social, assim como, alerta os sujeitos sobre estas limitações. Esta talvez seja uma das primeiras contribuições deste trabalho. Deve-se localizar, e ajudar a perceber que estas lutas coletivas estão atreladas a discussões mais amplas de políticas e problemas sociais e ambientais.

Como exemplo, a mobilização comunitária que antes era destinada à limpeza de casas após enchentes na Ipuca ou Pica-Pau transformou-se em ação rápida de resgate das vidas que ali tentavam sobreviver. O acionamento de redes de apoio e o uso de tecnologias alternativas (dos botes de vizinhos às câmeras digitais para o registro das imagens) surgiram como meios para reagir às mudanças radicais no cotidiano e na intensificação dos riscos ambientais e problemas de saúde. Esta visibilidade expõe os limites da ação local (salvou-se vidas, mas o problema permanece), porém, deixa clara a insuficiência das políticas públicas na área ambiental e habitacional, como também, na assistência de resgate (ex: resgate deveria ter sido feito pela defesa civil e corpo de bombeiros).

A esperança que existe em construir ali está atrelada ao sonho e ao projeto de cidade popular. Deve ser reconhecida pelo “olhar” de quem o experimenta, de quem o vive. Aspectos subjetivos estão na base de sua construção. Assim, o diálogo entre sujeitos coletivos permitirá ampliar este sonho, levando a consolidação de agendas políticas e intervenções estruturais. No entanto, como sair do território, construir esta agenda política e retornar?

A caminhada histórica na periferia é feita “com os pés”, com pequenas ações diárias (Valla, 2001; Cunha, 2010). Do ponto de vista tradicional, traduzidos pelas teorias de classe e movimentos sociais, não existe “participação social” em termos de organização política por parte dos atuais grupos populares. Valla destaca que há um

discurso comum sobre o conformismo das camadas pobres urbanas e de suas instituições representativas (enfraquecimento das associações de moradores, esvaziamento de comunidades religiosas e quebra das antigas relações trabalhistas e sindicais), mas isso não significa que no cotidiano as pessoas não participem (2001).

A sistematização destas práticas de enfrentamento é um exercício necessário para o reconhecimento destes movimentos locais, demonstrando sua importância nos tratamentos de saúde, na implantação de políticas de saneamento básico e na garantia de direitos civis. A junção de sujeitos e a construção de redes e tecnologias representam um caminho à transgressão dos padrões sociais e culturais impostos, gerando a reorganização de territórios precários e a revitalização dos valores éticos, democráticos e cidadãos (Porto & Freitas, 1997; Porto, 2005).

Esta transgressão dos modelos de análise ajudará a enxergar além das situações limites. Ou seja, sem abandonar os conceitos e o rigor científico, as pesquisas acadêmicas passarão a estar conectadas às formas de agir, de produzir e consumir nas cidades, onde, ao invés de alimentar os processos de manutenção da desigualdade social e ambiental através do discurso defensor do crescimento econômico a qualquer custo, a ciência passe a acompanhar e a somar com os sujeitos e os ambientes e com a experiência e a cultura destes lugares.

Desta forma, o processo de segmentação e territorialização da cidade e dos grupos, mesmo que num primeiro momento represente fragmentação, segregação e bloqueio ao acesso de bens urbanos, tornam-se mais uma oportunidade para a consolidação da autonomia das ações e formação de coletividades (Burgos, 2005). As práticas locais, organizadas a partir da vida experimentada na periferia, constituem-se assim, no principal meio de resistência às injustiças provocadas pelas relações econômicas desiguais e, também, acabam representando um elemento comum, capaz de integrar lugares e pessoas, através da formação de identidades coletivas e ações diante da vulnerabilidade social e ambiental.

Grupos Comunitários, lideranças e centros culturais que buscam valorizar a identidade local fazem com que, no cotidiano do bairro de Jardim Catarina, a opressão do Estado e de instituições privadas não seja a única a existir e a prevalecer nas relações sociais. A fé da mãe de santo e seu tratamento espiritual; o apego às origens e a sensibilidade de um agente de saúde; a dedicação exclusiva de um professor ou voluntário de um centro social do bairro configuram-se fatores que fomentam uma

intervenção imediata e alternativa às imposições de políticas públicas, da violência do tráfico e ou da desigualdade extrema do mercado de trabalho.

Para Burgos, a união destes territórios pode favorecer uma comunicação entre a participação popular, política e social com uma produção normativa de direitos. Deste campo violento e opressor, assistencialista e sem direitos universais civis pode surgir uma solidariedade, aproximando culturas e territórios. A coisa pública, a “energia cívica” pode surgir daí. Uma nova agenda reformista passaria pela abertura de novos espaços de debate, colocando em comunicação moradores da cidade e da favela, antes separados por seus territórios, a partir de pequenas fontes de solidariedade (2005).

Assim, “o possível é mais rico que o real” (Sousa Santos, 2001, p. 20), dimensão esta onde se baseia a esperança e as oportunidades encontradas pelo morador que continua a viver e a querer morar no Jardim Catarina. São estas inúmeras representações que **questionam** a ordem vigente, que busca a sobrevivência e a consolidação de projetos de vida e de futuro:

Pensar nestas condições desafiantes implica uma transformação da subjetividade: é que só se pode produzir o mundo se nós o pensarmos produtivamente e não consumisticamente. O que significa que a capacidade de fazermos coisas diferentes pressupõe a nossa capacidade de sermos pessoas diferentes (Sousa Santos, 2001; p.23).

Os tempos se confrontam na periferia urbana: a autoconstrução da casa (cômodo a cômodo) por parte do trabalhador garante a preservação da família e enfrenta a ocupação acelerada promovida pelos impactos do crescimento econômico e expansão urbana, com empenho marcante do mercado imobiliário e do Estado; o tempo do progresso, da globalização, vai de encontro com o tempo no universo popular e suas condições de vida, suas relações de vizinhança, de trabalho, das injustiças e dos problemas sociais; o tempo e a simbologia da religiosidade encontram espaço na precariedade dos serviços de saúde e; o tempo da história contada, vivida, exclui o tempo da história linear, dos grandes fatos e dos programas de Estado.

6.2 Um novo começo...

Como esta pequena resistência pode transcender o local em direção a uma cidade ética e democrática?

Quais são as conexões que podem elevar estes sujeitos coletivos a uma agenda política mais ampla? Que retorno esta pode trazer em termos de cidadania a estes lugares?

Não foi possível ao longo desta pesquisa dar conta de tantos elementos capturados do dia-a-dia do bairro estudado. Religião, família, trabalho, moradia, violência, cultura saúde e ambiente são conceitos e universos infinitos em significados. É possível se perder entre as anotações de campo, as imagens registradas, as inúmeras situações vividas e os sentimentos expressos e reprimidos. Como é difícil selecionar o que usar, e não usar na construção de um trabalho científico a respeito de populações e lugares complexos. Quanta limitação. Às vezes, a reflexão acaba se tornando superficial devido a tantos fatos a serem apresentados. Às vezes é preciso ocultar outros, diante da perversidade que representam.

E aqui surge um novo começo. A ocorrência de práticas “humanizadas” no interior do bairro podem ser tornar um potencial “humanizante” em territórios periféricos e desiguais. Essas estratégias integram e organizam ações políticas, aproximando localidades e sujeitos (e suas lutas diárias), como forma de resistência aos processos de produção de desigualdade e imposição de diretrizes econômicas, culturais e sociais.

No seminário sobre a história e cultura do Jardim Catarina, realizado no final do trabalho de campo deste estudo, houve um encontro, face-a-face, entre os muitos personagens do bairro. Figuras muitas vezes anônimas tiveram neste fórum a oportunidade de se conhecerem. Pessoas que desenvolvem algum tipo de prática comunitária e que nunca tinham ido à outra micro-área, ou que não conheciam o trabalho de décadas realizado por instituições e sujeitos locais perceberam que no anonimato do dia-a-dia diversas vezes se fazem presentes na vida dos habitantes do Jardim Catarina.

A trajetória contada por eles depositou uma luz sobre um cotidiano tido como obscuro e exclusivamente perverso. Sem ingenuidades e utopias dissimuladas, o

encontro permitiu a todos uma sensação de amparo, como se o trabalho de cada um se tornasse algo maior, visível, identificado com o lugar.

A reconstrução da história, traduzida por relações humanas que ali foram expostas se contrapõem às práticas violentas e de disputa por poder que tanto contribuem para o rompimento dos direitos universais no interior do loteamento. Há um movimento silencioso nas periferias urbanas na direção a outra ética, a outra democracia. Neste sentido, a pesquisa científica em saúde tem a responsabilidade de dar visibilidade a estas práticas, superando a violência tida como a única forma de sociabilidade entre os espaços de favelas e dos loteamentos metropolitanos, e indicar caminhos para a construção de políticas públicas mais humanizadas.

Essa multiplicidade de sentidos, comportamentos e projetos se fazem valer através da oportunidade de retiro que a Ipuca, por exemplo, oferece aos antigos moradores, que em algum momento da história tiveram que abrir mão do seu modo de vida rural e passaram a ingressar em um universo urbano e de mercado capitalista; se traduzem no desejo de viver no Catarina Velho, onde a casa própria se torna o sonho dos jovens que não desejam sair do bairro porque encontram ali laços sociais de apoio e família; se materializam na sombra da amendoeira e na vista do manguezal, exprimido entre bairros populares e zonas degradadas, tornando-se uma paisagem de calma e descanso, contrário ao ritmo frenético dos comércios agitados, do trânsito caótico e da precariedade dos serviços públicos na periferia.

A sistematização destes comportamentos deve ser entendida como uma maneira crítica de compreender a realidade vivida, capaz de produzir uma resposta para sua transformação. O conhecimento científico deve ser complementado pela experiência dos problemas construída pelos moradores dos loteamentos e esta pesquisa busca ajudar na constituição de sujeitos críticos e criadores, capazes de desenvolver propostas de ação “em todos os campos da vida econômica, social, política e cultural. Processos político-pedagógicos através dos quais se constroem diversas formas de protagonismo popular” (Jara, 2007).

Ao invés de ensinar, devem-se aprender juntos. Ao contrário da normatização fria e verticalizada das políticas, é preciso aproximar as relações e reações humanas em um movimento horizontal de solidariedade e ética. Em resposta às imposições do mercado e do consumo, a diversificação ambiental e social dos lugares e as diferenças culturais

surgem como possibilidades de renovação e de transgressão de uma realidade tida como dada e imutável.

É na heterogeneidade dos lugares e territórios que se encontra os apontamentos em direção a uma cidade democrática, atravessada por todos os aspectos da vida humana: o tradicional e o moderno, a religião e a ciência, os centros e as periferias.

O que é comum é a idéia de que nem a natureza nem os artefatos constituem a realidade última ou o valor mais alto, mas que há apenas UMA que representa o valor supremo e meta supremo para o homem: a meta de encontrar a união com o mundo através do desenvolvimento total de suas capacidades especialmente humanas de amor e razão” (Fromm, 1970; p.23).

Imagem 03: Vista da amendoeira (Ipuca)



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACSELRAD, H. A construção da sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate europeu. In: *Sustentabilidade e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Proj. Brasil sustentável/FASE, 1999.

ACSELRAD, H. & HERCULANO, S & PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004;

ACSELRAD, H. Sustentabilidade, Território e Justiça Social no Brasil. In: *Território, Ambiente e Saúde*. RJ: ED. Fiocruz, 2008;

ALBERTI, V. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004;

ALVITO, M. As Cores de Acari: uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001;

ÁNGEL, P. A catástrofe do Prestige: leituras para a educação ambiental na sociedade global. In: *Educação Ambiental: pesquisas e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005;

BARCELLOS, C. Os indicadores da pobreza e a pobreza dos indicadores: Uma abordagem geográfica das desigualdades sociais em saúde. In: *A geografia e o contexto dos problemas de saúde*. Rio de Janeiro, ABRASCO: ICICT; EPSJV, 2008;

BECKER, H. S. “Os Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante” a “A história e o mosaico científico. In: *Métodos da pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCIT (2ª edição), 1994;

BOURDIEU, P. Coisas Ditas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990;

BOURDIEU, P. A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997;

BOURDIEU, P. Os usos da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004;

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

BRAGA, M.N.C. O Município de São Gonçalo e sua história. São Gonçalo, RJ: Ed. Falcão, 1998;

BRANDÃO, C.R. Reflexões sobre como fazer o trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, v.10, N.01, jan/jun. 2007, p.11-27;

BREILH, J. Derrota del conocimiento por la información: una reflexión necesaria para pensar en el desarrollo humano y la calidad de vida desde una perspectiva emancipadora. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1): 99-114, 2000);

BULLARD, RD. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2004;

BURGOS, M. Cidade, Territórios e Cidadania. *Dados*, Jan-mar. Ano/Vol. 48: IUPERJ, RJ, PP.189-222, 2005;

CAMARGO Jr. K. R. (Ir) racionalidade Médica: Os paradoxos da Clínica. *PHYSIS – Rev. De Saúde Coletiva*. Vol. 2, Número 1, 1992;

CASTELLANOS, P.L. Epidemiologia, Saúde Pública, Situação de Saúde e Condições de vida: considerações conceituais. In: Barata, R.B.. *Condições de Vida e Situação em Saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997;

Castells, M.. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. *In: A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002;

COPPE/UFRJ. “Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Investimentos da PETROBRAS na Área de Abrangência da Baía de Guanabara”. Lima/Coppe/Ufrj/Petrobrás, 2009.
<http://www.lima.coppe.ufrj.br/lima/files/aaepetrobras/diagnostico.pdf>;

COUTINHO, M. T. DA CUNHA. Os caminhos da pesquisa em ciências sociais/ Maria Tereza da Cunha Coutinho, Suzana Ezequiel da Cunha. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004;

CUNHA, M. Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e outras moradias: saber e história nas favelas da Penha. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF, 1995;

- CUNHA, M.. Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Educação. Rio de Janeiro: UFF, 2005;
- CUNHA, M & FRIGOTTO, G. O trabalho em espiral. Interface: comunicação, saúde e educação. V. 14. No35, p. 401-10, out/dez, 2010;
- DAWSEY, J.C. Victor Turner e a Antropologia da experiência. Cadernos de Campo. N.13, p.163-176, 2000;
- DRAIBE, S. M. O “Welfare State” no Brasil: características e perspectivas. Campinas, Unicamp/NEPP, Caderno de Pesquisa n.08, 1993;
- DURHAM, E. A dinâmica cultural da sociedade moderna. In: Ensaio de Opinião. Rio de Janeiro: Inúbia, 1977;
- DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. In: *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;
- ELIAS, N. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000;
- EVERS, T. Identidade, a face oculta dos novos movimentos sociais. In: *Novos Estudos* CEBRAP, vol. 2. São Paulo: Abril, 1984;
- FILGUEIRAS, B. S. C. Lugares, trajetórias e práticas: explorando os vínculos de sujeitos nas relações sócio-espaciais. Caxambu-MG: XXXI Anpocs. 2007;
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo. Paz e Terra, 2005;
- FREIRE, Renato de L. Poder e Sociedade na [Trans] Formação da Cidade: História dos Loteamentos no Município de São Gonçalo na década de 1950. *Monografia Final de Curso. UERJ/Faculdade de Formação de Professores*. São Gonçalo, 2002;
- FREITAS, C.M. Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais. *Ciência e Saúde Coletiva*. 8 (1): 132-150, 2003;
- FROMM, E. O espírito de Liberdade. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1970;
- FRÚGOLI Jr, H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 48 n° 1, 2005;

FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J: Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, IV(2): 219-230 jul.-out. 1997;

GEERTZ, C. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora,1989;

GINZBURG, C. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989;

GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991;

GOFFMAN, I. *Estigma*. Ed. Guanabara, 1963;

GOLDBERG, M. Este Obscuro Objeto da Epidemiologia, IN Costa, D. C. (org) *Epidemiologia, Teoria e Objeto*. São Paulo: Heucitec-Abrasco,1990;

GOLDMANN, L. *A Criação Cultural na Sociedade Moderna: por uma sociologia da totalidade*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972;

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004;

HERZLICH, C.. A problemática da Representação social e sua utilidade no campo da doença. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15 (suplemento): 57-70, 2005;

IANNI, Aurea M. Z. *Meio Ambiente e saúde na periferia da metrópole: Capela do Socorro, SP. Dissertação de Mestrado*. São Paulo, USP, 1999;

JARA, O. *O desafio político de aprender das nossas práticas*. CEP - Centro de Estudos e Publicações Alforja. Costa Rica, 2007;

KOWARICK, L. *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

KOWARICK, L. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000;

LEFF, E. *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003;

LÉVI-STRAUSS, C. *O feiticeiro e sua magia* In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2ª. Ed,1985. P. 193-213;

- LAGO, L. Favela – Loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e segregação urbana. *Cadernos Metr6poles*, N° 09, pp. 119-133. 1° semestre, 2003;
- LAGO, L. (org.). *Como anda o Rio de Janeiro*. RJ, Letra Capital: Observat6rio das metr6poles, 2009;
- LUZ, M. *Racionalidades m6dicas e terap6uticas alternativas*. RJ: UERJ/IMS, 1993;
- MACHADO DA SILVA, L. A. Cidadania, Democracia e Justiça Social. *Democracia Viva*. N°22, JUN 2004 / JUL, 2004;
- MAGALHÃES, S. Col6quio de Favelas UFRJ/IFCS. *Mesa: Favelas e Pol6ticas Urbanas*, 2010;
- MARTINEZ- ALIER, J. Perfis Metab6licos dos Pa6ses e Conflitos da Distribuiç6o Ecol6gica. In: *Territ6rio, Ambiente e Sa6de*. RJ: ED. Fiocruz, 2008;
- MARTINS, J.S. *Caminhada no Ch6o de Noite*. S6o Paulo: Ed. HUCITEC, 1989;
- MARTINS, J.S. Educaç6o e Cultura nas lutas do campo. In: *Sociedade Civil e Educaç6o*. Campinas, SP: Papyrus: Cedes, S6o Paulo: Ande: Anped,1992;
- MARTINS, S. A. As contribuiç6es te6rico-metodol6gicas de E. P. Thompson: experi6ncia e cultura. *Revista Eletr6nica da UFSC*, Em Tese. SC, Vol. 2 n° 2 (4), agosto-dezembro/2006, p. 113-126;
- MARQUES, E. C. Equipamentos de saneamento e desigualdades no espaço metropolitano do Rio de Janeiro. *Cad. Sa6de P6bl.*, Rio de Janeiro, 12(2):181-193, abr-jun, 1996;
- MARQUES, E. C.. Estado e redes sociais: permeabilidade e coes6o nas pol6ticas urbanas no Rio de Janeiro. S6o Paulo: RENA VAN. Fapesp, 2000;
- MATTOS, R. A integralidade na pr6tica (ou sobre a pr6tica da integralidade). *Cad. Sa6de P6blica*, RJ, 20 (5): 1411-1416, set-out, 2004;
- MENDES, M. Loteamento que se fez cidade: perspectiva para um planejamento urbano no loteamento Jardim Catarina. In: *II Semin6rio Nacional Metr6pole: Governo, Sociedade, Territ6rio*. IFF/UERJ, SG. 2000;

- MINAYO, Maria Cecília. Contribuições da Antropologia para pensar e fazer saúde. In: Campos, G.W.S et AL. (orgs.) *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro; Ed. Fiocruz, 2006, p. 189-218;
- MONKEN, M. & BARCELLOS, C. Vigilância em Saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. *Cad. Saúde Pública* (online). 2005, 21 (3): 898-906;
- MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: *Ensaio de Complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 2006;
- MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina – 3ª edição. 2007;
- PARK, Robert. Ecologia Humana. In PIERSON, Donald. 1948. *Estudos de Ecologia Humana*. São Paulo: Livraria Martins Fontes ed.
- PARK, Robert Ezra. *A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*. In VELHO, Otávio (org), *O Fenômeno Urbano*, Zahar, 1973;
- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO - 2006. Prefeitura da Cidade de São Gonçalo. www.saogoncalo.rj.gov.br;
- PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO - 2008. Prefeitura da Cidade de São Gonçalo. www.saogoncalo.rj.gov.br;
- PINHO, O. A. A vida em que vivemos: raça, gênero e modernidade em São Gonçalo. *Estudos Femininos*. Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril, 2006;
- PORTO, M. & FREITAS, C.M. Análise de riscos tecnológicos ambientais: perspectivas para o campo da saúde do trabalhador. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 13(Supl. 2):59-72, 1997;
- PORTO, M.F. Riscos, Incertezas e Vulnerabilidades: transgênicos e os desafios para a ciência e a governança. *Revista Política & Sociedade*, Vol. 4, N 07, 2005;
- PORTO, M. F. Uma Ecologia Política dos Riscos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007;

PORTO, M. F. Entre a Prevenção e a Precaução: riscos complexos e Incertos e as bases de uma nova ciência da sustentabilidade. In: *Território, Ambiente e Saúde*. RJ: ED. Fiocruz, 2008;

Prefeitura Municipal de São Gonçalo. www.saogoncalo.rj.gov.br;

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: *Os sentidos de Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. (OLIVEIRA, F. et Al.). Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999;

OLIVEIRA, F. G. Reestruturação Econômica, Poder Público e Desenvolvimento Social: Possibilidades de Disputas e de Recomposição do Poder no Território. *Scripta Nova* (Barcelona), v. XI, p. 1-19, 2007;

OLIVEIRA, M. P. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. (Milton Santos et al.) RJ: Lamparina, 2007. 3ª Edição;

OLIVEIRA, R. A produção do conhecimento em saúde em escala local: repensando a relação entre investigação científica e a experiência dos grupos populares. Tese em Saúde Pública/Fiocruz, Ano de Obtenção: 2000;

OLIVEIRA, R.. A dengue no Rio de Janeiro: repensando a participação popular em saúde.. *Cadernos de Saúde Pública* (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 69-77, 1998;

OLIVEIRA, R. & VALLA, V. As condições e as experiências de vida de grupos populares no RJ: repensando a mobilização popular no controle da dengue. *Caderno e Saúde Pública*, RJ, 17: 77-88, 2001;

OLIVEIRA, M. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Milton Santos et. al. RJ: Lamparina, 2007. 3ª edição;

RIBEIRO, L. Os movimentos sociais e sua relação com a questão da saúde. *Caderno de Saúde Pública*, RJ, 5 (3): 264-175, jul-set, 1989;

- RIBEIRO, L. C. Transformações da estrutura sócio-espacial: segmentação e polarização na RMRJ. *Cadernos Metrópole*. N 01. Pp. 07-32, 1  semestre, 1999;
- RIBEIRO, L. C. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da Metrópole do RJ. Trabalho Apresentado no Seminário “O Futuro das Metr poles: impactos da globalização”: IPPUR/UFRJ-FASE, 1999b;
- RIBEIRO. L. C. de Q. Trabalho: A dimensão metropolitana da questão social: ensaio exploratório. Caxambu-MG: XXXI Anpocs. 2007;
- RODRIGUES, J. C. Os corpos e a Antropologia. In: (Minayo, M.C., Coimbra, Jr., org.) *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005, p. 157-182;
- ROMÃO, J. E. Educa o e Linguagem. São Bernardo do Campo: UMESP, 1998;
- SABROZA, P. C. & LEAL, M. C. Saúde, ambiente e desenvolvimento. Alguns conceitos fundamentais. In: Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar (M. C. Leal, P. C. Sabroza, R. H. Rodriguez & P. M. Buss, org.), pp. 45-93, Rio de Janeiro: ABRASCO/São Paulo: Editora Hucitec, 1992;
- SABROZA, P. Concep es de saúde e doença. *Curso de Especializa o em avalia o em programas de Controle de processos end micos*, 2001;
- SANTOS, W. G. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1979;
- SANTOS. M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1988;
- SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1996;
- SANTOS, Milton. Por uma outra globaliza o: do pensamento único   consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000;
- SANTOS. M. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: EDUSP, 2005;
- SADER, E. & PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Eunice R. Durham et. al.; organizadora Ruth Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;

SADER, E. Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande SP, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

Secretaria Municipal de Governo. Prefeitura Municipal de São Gonçalo. www.saogoncalo.rj.gov.br/governo. 2009;

Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Prefeitura Municipal de São Gonçalo. www.saogoncalo.rj.gov.br/maioambiente. 2009;

SILVA, Maria Lais P. Favelas cariocas, 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005;

SILVA, J.M. Em busca da complexidade esquecida. In: *Ensaio da Complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 2006;

SOUSA SANTOS, B. Seis Razões para Pensar. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. No. 54. São Paulo, 2001;

SOUSA SANTOS, B. A gramática do tempo: para uma nova cultura política/Boaventura Sousa Santos - 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2010;

STOTZ, E. & org. Pobreza e Capitalismo, In: *Para compreender a pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: ENSP, 2005;

STOTZ, E. & PERES, F. Movimentos Sociais e Saúde Ambiental: Reflexões para a Conferência de Saúde Ambiental do Estado do Rio de Janeiro. Disponível no site da 1 Conferência de Saúde Ambiental, 2009;

TAVARES, L & BURICHE, D. As Transformações sócio-espaciais e territoriais provocadas pela ação do Poder Público no Jardim Catarina, São Gonçalo (RJ). In: *II Seminário Nacional Metrópole: Governo, Sociedade, Território*. IFF/UERJ, SG. 2000;

TEIXEIRA, S. M. & OLIVEIRA, J. DE A. A imprevidência Social: 60 anos de história da Previdência Social. Petrópolis; Vozes, 1985. Pg. 201 a 261;

TELLES, V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Seminário *Cidade: perspectiva e interlocução nas Ciências Sociais*. Caxambu-MG: XXXI Anpocs. 2007;

THOMPSON, E.P. A Miséria da Teoria, Rio de Janeiro: Zahar ed., 1981;

- THOMPSON, P. A entrevista. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1991;
- VALLA, V. A construção desigual do conhecimento e o controle social dos serviços públicos de educação e saúde. *In: Participação popular, Educação e Saúde: teoria e prática*. Org. Victor Valla, Eduardo Stotz. RJ: Relume-Dumará, 1993;
- VALLA, V. A crise da interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. Trabalho apresentado na XVII Reunião Anual da ANPED, em Caxambú, 1994;
- VALLA, V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 14(Sup. 2):7-18, 1998;
- VALLADARES, L. do P. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005;
- VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. *In: Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Ed. FGV, 1996;
- VOGEL, A. & MELLO, M. A. Lições da Rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. *Arquitetura Revista*. V.1, N.1. set, 1993;
- WACQUANT, Loïc. Os Condenados da Cidade. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001;
- ZALUAR, Alba. Teoria e Prática do trabalho de campo: alguns problemas. *In: A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986;
- ZALUAR, A. & ALVITO, M (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Reportagens e sites de consulta

www.globo.com/rios/bairros;

<http://g1.globo.com/>

<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV>”

www.reclameaqui.com.br

www.youtube.com

ANEXOS

Anexo 01: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Participantes da Etapa 01 – Entrevistas.

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa *Práticas locais dos moradores e os problemas de saúde e ambiente de Jardim Catarina, SG/RJ*. Você foi selecionado (a) por ser morador (a) de Jardim Catarina e por residir no bairro no mínimo há 10 anos. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição no qual ele faz parte.

Os objetivos deste estudo são “compreender as práticas locais de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente dos moradores do bairro popular de Jardim Catarina e sua relação com a configuração sócio-espacial do território de estudo”. Sua participação nesta pesquisa consistirá em realizar um depoimento sobre sua trajetória de vida no Jardim Catarina, dizendo as mudanças que você percebeu no bairro ao longo dos anos, quais são as características positivas e negativas do lugar onde você mora e como você se relaciona com os vizinhos, com a comunidade em geral e com a cidade. O tempo de entrevista será no máximo de 1 hora e 30 minutos.

Os riscos relacionados com sua participação são os possíveis reconhecimentos que outros moradores podem ter em relação aos seus depoimentos. No entanto, os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Além disso, os conteúdos das entrevistas, quando for permitido por você a gravação digital, serão guardados no computador do pesquisador, com senha de segurança, pelo tempo mínimo de 05 anos. O pesquisador se compromete a retornar com o material levantado nas entrevistas ao final da pesquisa.

Por se tratar de sua própria trajetória no bairro, sua contribuição servirá como fonte de informação para que instituições locais e outros moradores possam conhecer um pouco mais sobre a história de sua comunidade.

Os dados também podem ser usados em publicações científicas sobre o assunto pesquisado. Porém, sua identidade não será revelada em qualquer circunstância. O participante receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Marcos Thimoteo Dominguez - marcosthdz@yahoo.com.br

ENSP / FIOCRUZ - Departamento de Endemias Samuel Pessoa

Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Manguinhos – Rio de Janeiro / RJ

Telefone: (21)2598-2654

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/ ENSP

Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo – Manguinhos - RJ

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Data: ____/____/____

Nome e assinatura ou Rubrica do Entrevistado:

Anexo 02: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Participantes da Etapa 02 - Entrevistas.

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa *Práticas locais dos moradores e os problemas de saúde e ambiente de Jardim Catarina, SG/RJ*. Você foi selecionado (a) por ser morador (a) de Jardim Catarina, por participar e promover ações comunitárias ou por ser membro de uma instituição do bairro. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição no qual ele faz parte.

Os objetivos deste estudo são “compreender as práticas locais de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente dos moradores do bairro popular de Jardim Catarina e sua relação com a configuração sócio-espacial do território de estudo”. Sua participação nesta pesquisa consiste em responder a uma entrevista a respeito dos problemas sociais, de saúde e de ambiente que você identifica em Jardim Catarina e as formas de enfrentamento destes problemas. O tempo de entrevista será no máximo de 1 hora e 30 minutos.

Há o risco de que algumas das informações coletadas nesta pesquisa sejam reconhecidas pelos moradores, e relacionadas à pessoas que participam do cotidiano comunitário do bairro. Como meio de minimizar esta possibilidade, procuraremos diversificar os sujeitos entrevistados, de forma a não vincular os dados coletados a poucos indivíduos e grupos comunitários. Além desta variação de participantes, o sigilo dos nomes, tanto das pessoas como das instituições, será preservado. Os dados coletados serão armazenados no computador do pesquisador, protegido por senha, pelo tempo mínimo de 05 anos. O pesquisador se compromete a retornar com o material levantado nas entrevistas ao final da pesquisa.

Os resultados do estudo serão apresentados em um encontro com os participantes, de caráter público, fazendo com que as informações sejam socializadas e relacionadas ao contexto do bairro e não a personagens específicos.

Como benefício direto, estas informações cedidas pelo senhor (a) contribuirá para identificar os problemas de saúde e ambiente do Jardim Catarina e as formas de enfrentá-lo. Indiretamente estas informações poderão contribuir para o planejamento e formulação de políticas públicas para a localidade.

Os dados também podem ser usados em publicações científicas sobre o assunto pesquisado. Porém, sua identidade não será revelada em qualquer circunstância. O participante receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Marcos Thimoteo Dominguez - marcosthdz@yahoo.com.br

ENSP / FIOCRUZ - Departamento de Endemias Samuel Pessoa
Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Manguinhos – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21)2598-2654
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/ ENSP
Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo – Manguinhos - RJ

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Data: ____/____/____

Nome e assinatura ou Rubrica do Entrevistado:

Anexo 03: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Participantes da Etapa 02 – Visitas Guiadas.

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa *Práticas locais dos moradores e os problemas de saúde e ambiente de Jardim Catarina, SG/RJ*. Você foi selecionado (a) por ser morador (a) de Jardim Catarina, por participar e promover ações comunitárias ou por ser membro de uma instituição do bairro. Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição no qual ele faz parte.

Os objetivos deste estudo são “compreender as práticas locais de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente dos moradores do bairro popular de Jardim Catarina e sua relação com a configuração sócio-espacial do território de estudo”. Sua participação nesta pesquisa consiste em acompanhar o pesquisador na região onde você mora de forma a mostrar as diferenças que existem entre as partes do bairro, os diversos problemas que você identifica em Jardim Catarina e as formas de enfrentamento destes problemas. O tempo da visita guiada será de 2 horas.

Há o risco dos moradores relacionarem a presença do pesquisador na comunidade com a sua imagem. Como meio de minimizar esta possibilidade, vamos contar com outros sujeitos que nos guiarão por outras partes do bairro. Além desta variação de participantes, o sigilo dos nomes, tanto das pessoas como das instituições, será preservado nos resultados da pesquisa. Os dados coletados serão armazenados no computador do pesquisador, protegido por senha.

Os resultados do estudo serão apresentados em um encontro com os participantes, de caráter público, fazendo com que as informações sejam socializadas e relacionadas ao contexto do bairro.

Como benefício direto, estas informações observadas nas visitas ou cedidas pelo senhor (a) contribuirá para identificar os problemas de saúde e ambiente do Jardim Catarina e as formas de enfrentá-lo. Indiretamente estas informações poderão contribuir para o planejamento e formulação de políticas públicas para a localidade.

O participante receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Marcos Thimoteo Dominguez - marcosthdz@yahoo.com.br

ENSP / FIOCRUZ - Departamento de Endemias Samuel Pessoa
Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Manguinhos – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21)2598-2654
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/ ENSP
Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – Térreo – Manguinhos - RJ

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Data: ____/____/____

Nome e assinatura ou Rubrica do Entrevistado:

Anexo 04:

Temas Norteadores das Entrevistas da 1ª Etapa: Caracterização da organização sócio-espacial do Jardim Catarina, segundo períodos históricos recentes, identificando suas diferenças e extratos no território.

- 1) Identificação do Entrevistado (Nome, profissão, local de residência etc.)
- 2) Percurso no Jardim Catarina (há quanto tempo vive no bairro, características do bairro etc.)
- 3) Mudanças no Jardim Catarina (quais foram as principais mudanças na comunidade, que evento na cidade de São Gonçalo ou em Jardim Catarina marcou a vida do entrevistado, quando iniciou os loteamentos etc.)
- 4) Relação com outros bairros de São Gonçalo (como o Jardim Catarina é visto pelos os moradores da cidade, o que diferencia o Jardim Catarina dos demais bairros de São Gonçalo)
- 5) A organização comunitária no bairro (principais instituições de atuação local, conflitos entre grupos e organizações, áreas de atuação, relação com o poder público etc.)

Anexo 05:

Perguntas norteadoras da 2ª Etapa: Mapeamento dos principais problemas de saúde e ambiente do Jardim Catarina.

1. Qual é o seu nome?
2. Qual é sua profissão?
3. Quanto tempo você mora no bairro?
4. Você participa de alguma instituição do bairro (ONG, Centro Cultural, igreja, escola etc.)?
5. Como é esta participação (qual sua função, horas dedicadas ao trabalho neste espaço etc.)?
6. Como é o dia-a-dia de sua atuação na comunidade?
7. Você participa de alguma outra organização que não seja do bairro (partido político, ONG, igreja, órgão público etc.)?
8. Quais são os principais problemas da comunidade?
9. Como a comunidade os enfrenta?
10. Como você e sua organização enfrentam estes problemas especificamente?
11. E quando os eventos (problemas) são imprevisíveis?
12. O que falta para resolvê-los?
13. Em sua opinião qual é o papel do Poder Público tanto para resolver os problemas como para ajudar a evitá-los?
14. Qual é o papel das outras instituições locais na resolução destes problemas?
15. Quais são as principais condições existentes no bairro que contribuem para resolver ou enfrentar tais problemas
16. Quais são os principais obstáculos que existem no Jardim Catarina na resolução destes problemas.

ANEXO 06:

Pontos Centrais a serem observados nas visitas guiadas:

1. Pavimentação das ruas e tipos de construção das casas;
2. Relação entre as partes do bairro e as condições de saneamento básico, de infraestrutura e sócio-econômicas estipuladas na 2ª etapa;
3. Presença ou não de áreas de lazer e esportivas;
4. Presença ou não de instituições locais de representação comunitária (associação de moradores, centros culturais comunitários e outros);
5. Presença ou não de territórios dominados por organizações criminosas.